

Equipe de Trabalho

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Juciano Martins Rodrigues
Filipe Souza Corrêa

Equipe de Apoio

Aline Schindler
Arthur Felipe Molina Moreira
Marcelo Gomes Ribeiro
Thiago Gilibert Bersot

Status, Cor e Desigualdades Socioespaciais nos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros:

São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte,
Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife,
Fortaleza, Brasília, Belém, Manaus, Campinas,
Goiânia, Florianópolis, Vitória, Natal e Maringá



Copyright © Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Juciano Martins Rodrigues e Filipe Souza Corrêa, 2009

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – IPPUR/FASE

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br

Projeto Gráfico e Produção

LETRAPITAL

Telefax: (21) 2224-7071 / 2215-3781
www.lettracapital.com.br

O Observatório das Metrôpoles é um grupo que funciona em rede, reunindo instituições e pesquisadores dos campos universitário, governamental e não-governamental. A equipe constituída no Observatório vem trabalhando há 17 anos, envolvendo 97 principais pesquisadores e 59 instituições de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional, tendo como referência a compreensão das mudanças das relações entre sociedade, economia, Estado e os territórios conformados pelas grandes aglomerações urbanas brasileiras.

O Observatório das Metrôpoles tem como uma das suas principais características reunir Programas de Pós-graduação em estágios distintos de consolidação, o que tem permitido virtuosa prática de cooperação e intercâmbio científico através da ampla circulação de práticas e experiências acadêmicas. Por outro lado, o Observatório das Metrôpoles procura aliar suas atividades de pesquisa e ensino com a realização de atividades que contribuam para a atuação dos atores governamentais e da sociedade civil no campo das políticas públicas voltadas para esta área.

O Observatório das Metrôpoles integrou o Programa do Milênio do CNPq e, nos próximos 5 anos, integrará o Programa Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, também do CNPq, com apoio da FAPERJ. O objetivo do programa é desenvolver pesquisa, formar recursos humanos, desenvolver atividades de extensão e transferência de resultados para a sociedade e para os governos envolvidos, tendo como eixo a questão metropolitana. Por envolver grupos de pesquisas distribuídos em todas as 5 Grandes Regiões do país (Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul), as atividades de pesquisa que desenvolvemos permitem aprofundar o conhecimento da diversidade da realidade metropolitana do país e suas relações com as desigualdades regionais.

O Observatório das Metrôpoles é um programa plurinstitucional e pluridisciplinar que procura aliar pesquisa e ensino com a missão social de realizar e promover atividades que possam influenciar as decisões dos atores que intervêm no campo da política pública, tanto na esfera do governo, como da sociedade civil. O seu Programa de Trabalho para os próximos 5 anos está organizado nas seguintes linhas:

Linha I - Metropolização, dinâmicas intermetropolitanas e o território nacional.

Linha II - Dimensão sócio-espacial da exclusão/Integração nas metrôpoles: estudos comparativos.

Linha III - Governança urbana, cidadania e gestão das metrôpoles.

Linha IV - Monitoramento da realidade metropolitana e desenvolvimento institucional.

SUMÁRIO

<i>Lista de Tabelas e Quadros</i>	5
<i>Lista de Ilustrações</i>	7
<i>Resumo</i>	9
<i>1. Introdução</i>	12
<i>2. Os Grandes Espaços Urbanos Brasileiros</i>	17
<i>3. Explicações Metodológicas</i>	18
3.1. Bases de dados utilizadas.....	18
3.2. Definição das variáveis utilizadas.....	18
3.3. Modelos de regressão	21
3.4. Identificando o contexto socioespacial	21
<i>4. Resultados descritivos</i>	30
4.1. Uma breve descrição do fenômeno.....	30
<i>5. Efeito da segregação socioespacial sobre as desigualdades habitacionais</i>	45
5.1. Adensamento habitacional excessivo	45
5.2. Carência de instalação sanitária	48
<i>6. Efeito da segregação socioespacial sobre as desigualdades de oportunidades</i>	51
6.1. Atraso Escolar	52
6.2. Evasão escolar	56
6.3. Maternidade precoce.....	59
6.4. Desafiliação institucional	62
<i>7. Considerações finais</i>	66
<i>Bibliografia</i>	69
<i>Anexo I</i>	71
<i>Anexo II</i>	86
<i>Anexo III</i>	98

Lista de Tabelas e Quadros

QUADRO 3.1: Variâncias intra e interclasses dos agrupamentos segundo o clima educativo, por GEUB – 2000	24
TABELA 3.1: Frequência absoluta e relativa das áreas de ponderação segundo os tipos socioespaciais, por GEUB – 2000	25
QUADRO 3.2: Média do clima educativo do domicílio segundo os tipos socioespaciais, por GEUB – 2000	25

QUADRO 3.3:	Desvio padrão e variância do clima educativo do domicílio, segundo os tipos socioespaciais, por GEUB – 2000	27
TABELA 4.1:	Composição por cor das áreas segundo o contexto socioespacial em números absolutos, por GEUB – 2000	35
TABELA 4.2:	Composição por cor das áreas segundo o contexto socioespacial em números relativos, por GEUB – 2000	36
TABELA 4.3:	Composição por cor das áreas segundo o contexto socioespacial, por GEUB – 2000	37
TABELA 4.4:	Percentual de indivíduos residentes em domicílios com adensamento habitacional excessivo* – 2000	43
TABELA 4.5:	Percentual de indivíduos residentes em domicílios com carência de instalação sanitária – 2000	44
TABELA 5.1:	Estimação do efeito do contexto social sobre a situação de adensamento habitacional excessivo nos GEUBs – 2000	46
TABELA 5.2:	Estimação do efeito do contexto social sobre a situação de adensamento habitacional excessivo, considerando apenas brancos, nos GEUBs – 2000	46
TABELA 5.3:	Estimação do efeito do contexto social sobre a situação de adensamento habitacional excessivo, considerando apenas pretos, nos GEUBs – 2000	47
TABELA 5.4:	Estimação do efeito do contexto social sobre a situação de adensamento habitacional excessivo, considerando apenas pardos, nos GEUBs – 2000	48
TABELA 5.5:	Estimação do efeito do contexto social sobre a situação de carência de instalação sanitária nos GEUBs – 2000	49
TABELA 5.6:	Estimação do efeito do contexto social sobre a situação de carência de instalação sanitária, considerando apenas brancos, nos GEUBs – 2000	50
TABELA 5.7:	Estimação do efeito do contexto social sobre a situação de carência de instalação sanitária, considerando apenas pretos, nos GEUBs – 2000	50
TABELA 5.8:	Estimação do efeito do contexto social sobre a situação de carência de instalação sanitária, considerando apenas pardos, nos GEUBs – 2000	51
TABELA 6.1:	Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de atraso escolar de dois anos ou mais, considerando crianças entre 8 e 14 anos, nos GEUBS – 2000	53
TABELA 6.2:	Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de atraso escolar de dois anos ou mais, considerando crianças brancas entre 8 e 14 anos, nos GEUBS – 2000	54
TABELA 6.3:	Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de atraso escolar de dois anos ou mais, considerando crianças pretas entre 8 e 14 anos, nos GEUBS – 2000	55
TABELA 6.4:	Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de atraso escolar de dois anos ou mais, considerando crianças pardas entre 8 e 14 anos, nos GEUBS – 2000	55

TABELA 6.5:	Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de evasão escolar, considerando crianças entre 8 e 14 anos, nos GEUBS – 2000.....	56
TABELA 6.6:	Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de evasão escolar, considerando crianças brancas entre 8 e 14 anos, nos GEUBS – 2000.....	57
TABELA 6.7:	Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de evasão escolar, considerando crianças pretas entre 8 e 14 anos, nos GEUBS – 2000.....	58
TABELA 6.8:	Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de evasão escolar, considerando crianças pardas entre 8 e 14 anos, nos GEUBS – 2000.....	59
TABELA 6.9:	Estimação do efeito do contexto sobre o risco de mulheres entre 14 e 19 anos serem mães solteiras, nos GEUBS – 2000.....	60
TABELA 6.10:	Estimação do efeito do contexto sobre o risco de mulheres brancas entre 14 e 19 anos serem mães solteiras, nos GEUBS – 2000.....	61
TABELA 6.11:	Estimação do efeito do contexto sobre o risco de mulheres pretas entre 14 e 19 anos serem mães solteiras, nos GEUBS – 2000.....	61
TABELA 6.12:	Estimação do efeito do contexto sobre o risco de mulheres pardas entre 14 e 19 anos serem mães solteiras, nos GEUBS – 2000.....	62
TABELA 6.13:	Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de desafiliação de jovens entre 14 e 24 anos, nos GEUBS – 2000.....	63
TABELA 6.14:	Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de desafiliação de jovens brancos entre 14 e 24 anos, nos GEUBS – 2000.....	64
TABELA 6.15:	Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de desafiliação de jovens pretos entre 14 e 24 anos, nos GEUBS – 2000.....	64
TABELA 6.16:	Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de desafiliação de jovens pardos entre 14 e 24 anos, nos GEUBS – 2000.....	65

Lista de Ilustrações

CARTOGRAMA 2.1:	Grandes Espaços Urbanos Brasileiros – GEUBs.....	18
GRÁFICO 3.1:	Percentual de domicílios segundo o clima educativo do domicílio, por GEUB – 2000.....	22
GRÁFICO 3.2:	Percentual de pessoas segundo o clima educativo do domicílio, por GEUB – 2000.....	23
GRÁFICO 3.3:	Percentual de pessoas segundo a classificação do contexto social de residência, por GEUB – 2000.....	28
GRÁFICO 3.4:	Composição percentual por faixas de clima educativo do domicílio dos territórios classificados segundo o contexto social, por GEUB – 2000.....	29
GRÁFICO 4.1:	Composição por cor em percentual da população, por GEUB – 2000.....	31
GRÁFICO 4.2:	Percentual de pessoas, segundo a cor nas áreas de alto contexto social, por GEUB – 2000.....	32

GRÁFICO 4.3: Percentual de pessoas, segundo a cor nas áreas de baixo contexto social, por GEUB – 2000	33
GRÁFICO 4.4: População que se declarou de cor branca, segundo o contexto social, por GEUB – 2000	33
GRÁFICO 4.5: População que se declarou de cor preta, segundo o contexto social, por GEUB – 2000	34
GRÁFICO 4.6: Percentual de pessoas nas áreas de alto contexto social, segundo a cor, por GEUB – 2000	38
GRÁFICO 4.7: Percentual de pessoas nas áreas de baixo contexto social, segundo a cor, por GEUB – 2000	38
GRÁFICO 4.8: Densidade relativa da composição por cor das áreas de alto contexto social, por GEUB – 2000	39
GRÁFICO 4.9: Densidade relativa da composição por cor das áreas de baixo contexto social, por GEUB – 2000	40
GRÁFICO 4.10: Densidade relativa da população que se declarou de cor branca segundo o contexto social, por GEUB – 2000	40
GRÁFICO 4.11: Densidade relativa da população que se declarou de cor preta segundo o contexto social, por GEUB – 2000	41

RESUMO

O presente relatório tem como objetivo apresentar um estudo que procura avaliar a relação entre *status* social e cor na explicação da segregação residencial e nas desigualdades sociais nos grandes espaços urbanos brasileiros. O objetivo geral é responder à seguinte questão: em que medida as desigualdades sociais verificadas entre os segmentos brancos, pretos e pardos no espaço urbano decorrem das diferenças das condições sociais entre os territórios definidos pelas áreas de ponderação ou das desigualdades “raciais” já descritas por outros pesquisadores? De maneira mais precisa, o nosso interesse é saber se uma pessoa de cor preta ou parda desfruta da condição social em termos de oportunidades e de acesso a certos elementos de bem-estar urbano e de oportunidades, independente de estar vivendo em um espaço de maior ou menor *status* social, ou se, ao contrário, o *status* social do espaço residencial é o filtro pelo qual as oportunidades e o bem-estar social urbano são distribuídos desigualmente entre os grupos de cor.

Nos últimos 25 anos, observa-se uma significativa mudança nos paradigmas com os quais vem sendo discutida a *questão racial brasileira*. Nos anos 30, tendo como expoente Gilberto Freire, disseminou-se na academia um consenso de que haveria uma *democracia racial* no Brasil como fruto da miscigenação cultural entre brancos, “negros” e indígenas. Esta miscigenação teria sido possível em razão da natureza inclusivista da colonização portuguesa. Portanto, não haveria no Brasil um preconceito racial contra os “negros”, tal qual ocorria na sociedade norte-americana. Entre os anos 30 e 50 o consenso em torno da existência de uma *democracia racial* foi mantido, tendo como defensores alguns pesquisadores como Donald Pierson, Roger Batisde, Charles Wagley e Costa Pinto, por exemplo. A preocupação desse período, portanto, foi de encontrar as causas da *democracia racial* no Brasil. Já nos anos 50 e 60, período de crescimento industrial e urbanização no Brasil, buscou-se pensar outras explicações para a integração social dos “negros” na sociedade de classes que surgia. A característica principal desses teóricos encabeçados por Florestan Fernandes era a ideia de que o racismo era visto como um fato intrínseco à sociedade escravocrata que sobrevive na sociedade urbano-industrial como um anacronismo, como um arcaísmo frente à modernidade da sociedade de classes emergente. Nos anos 70 e início dos anos 80, a partir dos trabalhos de Hasenbalg (1979) e Valle e Silva (1978), em contraposição à tese do legado escravista na explicação das desigualdades raciais tal como proposto por Florestan Fernandes e seus seguidores, esses autores propõem explicar a persistência e coexistência do racismo e da modernização da sociedade industrial brasileira, já que esse racismo adquire novos significados e funções na estrutura social após a abolição da escravidão. A partir desses trabalhos, ganham importância as vantagens simbólicas e materiais obtidas pelos brancos em relação aos “negros”, entre elas se destacam dois mecanismos sociais: segregação geográfica e autorregulação das aspirações. A partir desses estudos começa-se a pensar sobre os efeitos da organização do território sobre as desigualdades raciais a partir da segregação residencial.

Para fins dessa análise comparativa utilizaremos dentre os 37 grandes aglomerados urbanos brasileiros, apenas os 15 grandes espaços urbanos (GEUBs) que apresentam características das funções de coordenação, comando e direção próprios das grandes cidades na “economia em rede” (VELTZ, 1996; 2000); e que, além disso, concentram elevada parcela da população, exercem alta capacidade de centralidade e possuem características que lhes permitem atingir um grau maior de

inserção na economia de serviços produtivos e poder de direção, medido pela localização das sedes das 500 maiores empresas do país, pelo volume total das operações bancárias/financeiras e pela massa de rendimento mensal (OBSERVATÓRIO, 2005). Além dessas 15 metrópoles, incluímos outros dois aglomerados: a região metropolitana de Natal-RN e a região metropolitana de Maringá-PR, que fazem parte da Rede Observatório das Metrópoles.

Para identificarmos o contexto socioespacial de residência dos indivíduos utilizamos como base de dados a Amostra do Censo Demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Adotamos como unidade territorial mínima de análise da divisão social dos GEUBs as “áreas de ponderação” do IBGE. A partir dessas áreas, criamos uma tipologia tendo como base a distribuição dos indivíduos de acordo com as faixas da variável de “clima educativo do domicílio” que é construída com base na média de anos de estudo dos indivíduos maiores de 24 anos no domicílio.

Com o intuito de explicar o efeito dos contextos sociais de residência e da cor do indivíduo sobre as desigualdades de condições habitacionais e de oportunidade utilizamos, no primeiro caso, as situações de (i) residir em domicílio com elevada densidade e (ii) residir em domicílio com carência de instalação sanitária; no segundo caso utilizamos as situações de (i) crianças entre 8 e 14 anos de idade com atraso escolar de 2 anos ou mais, (ii) crianças entre 8 e 14 anos de idade fora da escola, (iii) mulheres solteiras entre 14 e 19 anos e com filhos, e (iv) jovens entre 14 e 24 anos de idade que não trabalham, não estudam e não procuram emprego. Para estabelecermos um sentido causal na explicação da variação encontrada nas variáveis que selecionamos para evidenciar os efeitos da cor e da divisão social dos territórios dos GEUBs sobre as situações de desigualdade de condições habitacionais e de oportunidades, fazemos uso de modelos estatísticos de análise multivariada (modelos de regressão logística e regressão linear múltipla).

Em termos de bem-estar urbano podemos dizer que é claro o efeito do território na reprodução dessas desigualdades inclusive apresentando um efeito maior para os contextos sociais de residência do que para a cor do indivíduo, apesar da cor apresentar um efeito significativo. Esse efeito do território aparece nas duas situações de bem-estar urbano que consideramos – adensamento habitacional excessivo e carência de instalação sanitária. Em se tratando de carência de instalação sanitária o efeito do território é maior em relação à cor do que no caso do adensamento habitacional, isso na maioria dos casos. Neste segundo caso, somente nos GEUBs de Natal, Florianópolis e Porto Alegre identificamos um efeito um pouco mais alto de cor em relação ao efeito do território, os demais GEUBs apresentaram resultados no sentido de um maior efeito do território do que para a cor do indivíduo, apesar de ser em menor medida do que o efeito do território identificado para a situação de carência de instalação sanitária.

No caso das desigualdades de oportunidades, o efeito do contexto social de residência apresenta um resultado mais baixo do que quando consideramos as desigualdades de bem-estar urbano; e isso, ao mesmo tempo em que temos efeitos significativos para a cor do indivíduo. No caso da situação de atraso escolar de dois anos ou mais a maioria dos GEUBs (Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Maringá, Florianópolis e Porto Alegre) apresentou um efeito de cor maior do que o efeito do território, somente nos GEUBs de Belém, Natal, Curitiba, Goiânia, RIDE do Distrito Federal e Manaus, evidenciamos um efeito maior do território. O mesmo ocorre com a evasão escolar, cujos resultados mostram que nos GEUBs de Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro, Campinas, Maringá, Porto Alegre e RIDE do Distrito Federal, a cor possui efeito maior do que o território. Considerando-se a situação de maternidade precoce, identificamos que em Fortaleza, Recife, Salvador, Vitória e Florianópolis o efeito do território é menor do que o efeito da

cor; contudo, na maioria dos GEUBs (Natal, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Curitiba, Maringá, Goiânia, RIDE do Distrito Federal, Manaus) o efeito do território é maior do que o efeito da cor. No caso da variável de desafiliação institucional, a maioria dos GEUBs apresenta um efeito maior do território do que o efeito da cor (Belém, Natal, Recife, Salvador, Vitória, Campinas, Curitiba, RIDE do Distrito Federal); por outro lado, alguns GEUBs (Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre) apresentaram um efeito da cor maior do que o efeito do território para o conjunto da população.

Quando consideramos os grupos de cor em separado para as situações de desigualdades de bem-estar urbano e de oportunidades, percebemos que o efeito do território é maior sobre indivíduos brancos do que sobre indivíduos pretos. Ou seja, existe uma maior desigualdade relativa em termos de bem-estar urbano entre os bancos residentes nos contextos sociais classificados como baixo e médio em relação ao contexto social alto, do que entre os pretos. Esse resultado demonstra a complexidade da questão das desigualdades raciais sob a ótica da segregação residencial segundo a qual existe uma proximidade social entre brancos e pretos em termos de compartilhamento dos níveis precários de bem-estar urbano nas áreas de contexto social baixo, enquanto que nas áreas de contexto social alto o distanciamento social entre pretos e brancos é nítido quando consideramos o compartilhamento de níveis de bem-estar urbano. Podemos falar, portanto, de um “embranquecimento” das posições superiores da hierarquia socioespacial.

Com ressalvas em relação à comparação direta entre os resultados encontrados para os diferentes GEUBs por conta da própria dinâmica das relações raciais nesses diferentes espaços, já que a própria composição demográfica em termos de cor da população é bastante diferente entre as diferentes metrópoles, podemos perceber que há um efeito significativo da cor sobre essas desigualdades. E, além disso, constatamos na maioria dos casos uma relação entre os efeitos da divisão territorial dos GEUBs e os efeitos da cor do indivíduo sobre as situações de desigualdade, sendo que essas situações tendem a piorar, dentro de um mesmo grupo de cor, de acordo com a hierarquia dos espaços intrametropolitanos.

Portanto, de uma maneira geral, nos GEUBs onde a questão da discriminação e das desigualdades raciais se coloca, evidenciamos empiricamente uma relação entre a reprodução das desigualdades raciais e o aprofundamento das desigualdades sociais, além de um “embranquecimento” das posições superiores da hierarquia socioespacial. Esses resultados nos permitem uma reflexão mais profunda sobre os mecanismos simbólicos e institucionais já apontados pela literatura sobre discriminação racial no Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho é definir em que medida as desigualdades sociais verificadas entre os segmentos brancos, pretos e pardos nos espaços urbanos decorrem das diferenças das condições sociais entre os territórios definidos pelas áreas de ponderação ou das desigualdades “raciais” já descritas por outros pesquisadores.

De maneira mais precisa, o nosso interesse é saber se uma pessoa de cor preta ou parda desfruta da condição social em termos de oportunidades e de acesso a certos elementos de bem-estar social independente de estar vivendo em um espaço de maior ou menor *status* social, ou se, ao contrário, o *status* social do lugar de residência é o filtro pelo qual as oportunidades e o bem-estar social urbano são distribuídos desigualmente entre os grupos de cor.

A questão é pertinente em função da literatura recente – dedicada à análise dos impactos das transformações econômicas nas grandes cidades – destacar crescentemente o papel da segregação residencial na explicação das desigualdades de oportunidades, resultantes da combinação dos efeitos (i) da segmentação do mercado de trabalho; (ii) da reestruturação do sistema de bem-estar social, por sua vez resultante da combinação das tendências à mercantilização da reprodução social e da retração e segmentação social do sistema público de consumo; (iii) da fragilização e precarização das estruturas sociais no plano da família e da comunidade (bairro) em suas capacidades de gerar ações solidárias de mobilização de recursos para a autorreprodução e utilização das oportunidades geradas pelas macroestruturas sociais; (iv) e, finalmente, a adoção pelos segmentos vulnerabilizados por essas tendências de atitudes e comportamentos que aprofundam o isolamento sociocultural, com particular incidência sobre os jovens.

A segmentação do mercado de trabalho tem gerado quatro importantes impactos: (i) a experiência da mobilidade social ascendente que marcou o período anterior de expansão econômica, ainda de curta distância, é substituída pela imobilidade e pela mobilidade descendente, diluindo as expectativas de integração social pelo trabalho, formadas no período anterior; (ii) a fragilização (ou diluição) do processo de socialização pela experiência social do trabalho assalariado responsável pela incorporação de valores de integração social e, conseqüentemente, diluição do trabalho como eixo da identidade do indivíduo; (iii) o estreitamento dos laços de sociabilidade pela perda de contatos sistemáticos no mundo do trabalho; e, finalmente, (iv) este conjunto de transformações tem gerado o encurtamento dos horizontes de tempo e de espaço em decorrência da regressão da divisão social do trabalho.

Já a reestruturação do sistema de bem-estar social tem produzido transformações distintas em função de como em cada país estabeleceu-se na fase anterior à combinação entre mercado, Estado e comunidade na constituição de instituições de regulação da reprodução social. No Brasil, tivemos um sistema no qual o mercado e a comunidade tiveram historicamente papel relevante na reprodução social, como consequência de um sistema público que não universalizou os direitos sociais e segmentou o atendimento, tanto na qualidade dos serviços como também nos procedimentos de acesso. Por exemplo, a educação pública segmentou-se socialmente entre ensino elementar e médio e o ensino universitário; os primeiros para as camadas populares e o segundo para as elites. O mesmo pode ser observado no tocante ao sistema de saúde. De maneira geral, o sentido do público

está associado ao popular. A exceção notável, neste quesito, foi o sistema de saneamento básico e a infraestrutura viária das cidades. Outro lado da segmentação do sistema público de bem-estar social tem a ver com o que Santos (1993: 77) chamou de *hibridismo institucional* - o universalismo de procedimento e o clientelismo – correspondendo à segmentação das formas de acesso aos direitos sociais.

Os serviços públicos não têm sido no Brasil, o campo de experimentação da sociabilidade interclasses, necessária à consolidação do sentido social de igualdade e de cidadania. Nos últimos anos vêm ocorrendo movimentos contraditórios: (i) universalização dos direitos sociais no campo popular (por exemplo, a extensão do sistema previdenciário ao trabalhador rural, o SUS, o Metrô (no caso de algumas grandes cidades), expansão do serviço de saneamento básico, telefonia etc., e ao mesmo tempo, o surgimento do (ii) *clientelismo privado*¹, (iii) da segmentação da qualidade de alguns serviços públicos, (iv) da expansão das formas privadas e segmentadas de serviços públicos (por exemplo, a medicina fundada nas empresas de planos de saúde, privatização dos serviços de telefonia e eletricidade domiciliar).

A fragilização da estrutura social tem ocorrido pelas tendências ao isolamento sócio-territorial-cultural dos bairros que concentram os trabalhadores que mantêm laços frágeis com o mercado de trabalho, gerando as seguintes tendências: (i) diminuição das possibilidades de estabelecer laços com pessoas de outras categorias sociais, privando aqueles que são isolados do acesso a ativos diferentes dos que circulam normalmente em seu entorno urbano; (ii) separação da exposição ao modelo de papel social exitoso, já que os pobres vivendo somente entre eles passam a perder referências sobre as possibilidades de mobilidade social; (iii) estreitamento do conjunto dos problemas cujas experiências e soluções podem ser compartilhados com outras classes; (iv) na busca de soluções ocorre a perda de apoio daqueles que têm voz na sociedade. Este fenômeno tem sido denominado como *efeito de vizinhança* (KATZMAN, 2001), *efeito território* (BIDOU-ZACHARIASEN, 1996) ou *efeito do lugar* (BOURDIEU, 1997).

Por outro lado, sabemos que na sociedade brasileira o segmento social “negros”² tem historicamente uma situação de desvantagem na distribuição das oportunidades, prestígio social e no acesso ao bem-estar social. Nos últimos 25 anos, observa-se uma significativa mudança nos paradigmas com os quais vem sendo discutida a *questão racial brasileira*. Com efeito, nos anos 30, Oliveira Vianna e Gilberto Freire sustentavam haver uma *democracia racial* no Brasil como fruto da miscigenação cultural entre brancos, “negros” e indígenas. Essa miscigenação teria sido possível em razão da natureza inclusivista da colonização portuguesa. De acordo com essa linha de interpretação, nunca teria havido no Brasil um preconceito racial contra os “negros”. Entre os anos 30 e 50, pesquisadores brasileiros e estrangeiros – Donald Pierson, Roger Bastide, Charles Wagley, Costa Pinto, por exemplo – desenvolveram outra interpretação das razões para a existência de uma *democracia racial* no Brasil. O ponto de partida deste pioneiro trabalho era investigar e explicar as causas da então admitida *democracia racial* no Brasil, com o objetivo de ajudar no esforço internacional de combater o racismo.

1 Trata-se do clientelismo político transformado em assistencialismo realizado diretamente pelos políticos locais, na forma da criação com recursos públicos de instituições filantrópicas. Este *clientelismo privado* baseia-se no mesmo princípio da intermediação do acesso aos direitos sociais, instrumento da constituição de clientelas políticas. Mas, o fato do atendimento do serviço ser realizado por instituições privadas de assistencialismo, reforça o sentido de “favor”, aprofunda a dependência pessoal do cliente e bloqueia a constituição de uma consciência dos direitos na medida em que os serviços deixam de estar associados a uma função pública.

2 Tradicionalmente estudos sobre relações raciais no Brasil a partir dos dados do Censo Demográfico têm considerado como “negro” a junção das categorias de cor “preto” e “pardo”. Contudo, para fins da presente análise utilizaremos essas categorias de cor em separado, conforme será explicado mais a frente.

Nos anos 50 e 60, época do crescimento industrial e da urbanização no Brasil, os trabalhos de Otávio Ianni, F. H. Cardoso, orientados por Florestan Fernandes, construíram outra explicação sobre os padrões de integração social dos “negros” na emergente sociedade de classes. O racismo por eles é visto como um fato intrínseco à sociedade escravocrata que sobrevive na sociedade urbano-industrial como um anacronismo, um hiato cultural.

Nos anos 70 e início dos anos 80 surge uma nova linha de estudos sobre a questão racial a partir dos trabalhos empíricos de Hasenbalg (1979) e Valle e Silva (1978). Suas pesquisas se esforçam por mostrar e explicar a persistência e coexistência do racismo e modernização da sociedade industrial brasileira. Para eles o preconceito e a discriminação raciais, contrariamente à tese de Florestan Fernandes, adquirem outros significados e funções na estrutura social que emerge após a abolição da escravidão. O racismo e a discriminação relacionam-se com os benefícios simbólicos e materiais obtidos pelos brancos, benefícios estes sustentados pela desqualificação dos seus competidores “negros”. Portanto, deixa de ter importância na explicação das desigualdades raciais o legado escravista tal como foi proposto por Florestan Fernandes e seus seguidores.

Os autores dessa terceira linha chamam a atenção para dois mecanismos pelos quais se realizam as desigualdades raciais no Brasil: a segregação geográfica dos “negros”, pela qual foi possível mantê-los concentrados em regiões predominantemente agrárias e/ou com baixo padrão de desenvolvimento, portanto, em uma situação socioespacial na qual há menores oportunidades educacionais e econômicas. O outro mecanismo seria a combinação de “violência simbólica” e práticas discriminatórias sobre os “negros” como um fator de regulação de suas aspirações de acordo com o que é culturalmente “imposto”, fazendo com que o negro ocupe o lugar social apropriado para pessoas de sua cor. Esta segregação social seria internalizada pelos não brancos como uma autoimagem desfavorável. São, portanto, dois mecanismos: a segregação espacial e a autorregulação das aspirações.

No livro “Racismo e Anti-racismo no Brasil”, Guimarães (1999) propõe a hipótese de que no Brasil haveria um racismo, sem “racialismo”; ou seja, é a ideia da existência na sociedade brasileira de uma atitude moralmente difundida de tratar de modo diferente membros de diferentes raças (preconceito) e de uma posição estrutural de desigualdades sociais entre as raças (discriminação). Apoiando-se nos estudos empíricos da época sobre as relações raciais no Brasil iniciados no final da década de 70, Guimarães defende a existência no Brasil de um racismo na medida em que “indivíduos de raça ou cor diferentes não têm as mesmas oportunidades de vida e não competem em pé de igualdade pelos mesmos recursos sociais, culturais e econômicos” (GUIMARÃES, 1999: 201). Tal situação de desigualdade racial não resulta apenas das atitudes preconceituosas presentes nas relações sociais entre brancos e “negros”, mas de três mecanismos sociais historicamente constituídos. Em primeiro lugar, a socialização realizada no plano da escola e da comunidade (relações de vizinhança) faz das pessoas portadoras de determinadas características somáticas ou culturais consideradas socialmente desvalorizadas e transforma estes valores em atributos individuais, o que cria e mantém um grande contingente com baixa autoestima. O segundo mecanismo atua pela via das práticas discriminatórias que ocorrem na vida cotidiana. Já o terceiro mecanismo corresponderia às práticas discriminatórias institucionalizadas, portanto que funcionam de maneira impessoal, baseadas em ações burocratizadas que ocorrem no mercado, como os preços das mercadorias e dos serviços, as qualificações formais ou tácitas exigidas, qualidades pessoais, diplomas, aparência e etc.

Podemos incluir como variante do terceiro mecanismo sugerido por Guimarães certas práticas jurídico-administrativas que legitimam e, portanto, mantêm e reproduzem as características somáticas e culturais. Por exemplo, o tratamento diferenciado dado pelos aparelhos administrativos à “população favelada” e/ou aos moradores da periferia: o discurso que pratica o reconhecimento de

uma população da favela como diferenciada e o não reconhecimento do problema da ausência de propriedade da terra.

Aqui passamos para a questão da cidade. Como as relações sociais que ocorrem no território e a sua gestão pública estão atravessadas por práticas de discriminação ou preconceito racial? Este é o tema da *segregação racial*. Recentemente Telles (2003) retoma a tese da existência de um “racismo à brasileira”, reforçando a hipótese do “racismo sem racialismo” e amplia seus estudos anteriores (TELLES, 1993) sobre a existência ou não do fenômeno da segregação racial nas grandes cidades brasileiras. Sobre esse assunto, Telles (2003) se contrapõe à ideia de que a segregação racial no Brasil pode ser resumida por uma segregação por classe; defende, portanto, a ideia de que a segregação racial no Brasil não é autoevidente e de que há mais segregação racial do que as pessoas imaginam. Isso ocorre muito, em parte, devido ao consenso acerca da existência de uma “democracia racial” no Brasil, que muito tempo dominou a academia e a literatura sobre relações raciais e ainda hoje persiste no senso comum. Com isso, utilizando os índices de segregação difundidos desde os trabalhos seminais de Duncan e Duncan (1955), comparam-se os padrões de distribuição territorial entre “negros” e brancos nas metrópoles brasileiras e americanas, concluindo entre nós vigorar uma “segregação moderada” (TELLES, 2003: 180). Uma ressalva deve ser feita em relação às considerações de Telles.

Deve-se problematizar o tratamento da classe de pardos como sendo basicamente de mulatos, o que seria um reducionismo em relação à diversidade de origens que abarca essa categoria, principalmente se levarmos em consideração a diversidade das regiões brasileiras, ou seja, a categoria “pardo” nas regiões Sul e Sudeste pode ser considerada como categoria idêntica à categoria de “pardo” das regiões Norte e Nordeste (nos estados onde a escravidão negra não foi predominante)? Apesar dessa ressalva, o índice de dissimilaridade, calculado para as dez maiores regiões metropolitanas brasileiras na época, é menor do que nas áreas urbanas dos Estados Unidos, assim como o índice de exposição é maior. Esses resultados demonstram que não há uma segregação racial no Brasil tal qual nos Estados Unidos. Por outro lado, Telles avança na discussão entre classe e raça ao relacionar os índices de dissimilaridade com uma estratificação por renda. Esses resultados são bastante interessantes ao concluir que, quanto mais elevada é a posição na estratificação por renda, menor é o distanciamento social para todos os grupos de cor. E, além disso, percebe-se que o distanciamento social é menor para o segmento branco nos estratos de menor renda e, ao contrário, maior no de renda mais elevada, sendo que os índices de distanciamento são significativamente superiores para os pretos. Em outras palavras, o seu trabalho conclui que as distâncias sociais entre a “classe média” – considerada por Telles como sendo o estrato de maior renda – e o restante dos estratos sociais segundo os grupos de cor diminuem na medida em que aumenta a renda, mas em gradação diferente quando se trata de brancos, pretos e pardos. Os “negros” tendem, portanto, a estarem isolados dos brancos afluentes da sociedade. Telles retira algumas conclusões sobre os possíveis impactos desse fato socioterritorial:

[...] menor acesso a recursos, tais como profissionais modelares, melhores redes de trabalho, uma infra-estrutura urbana melhor, o que por sua vez, geraria capital social e melhor qualidade de vida. Os não-brancos e especialmente os pretos são mais propensos a ter piores chances de vida simplesmente por ficarem mais distantes da classe média e viverem em concentrações de pobreza. (TELLES, 2003:180)

Um fato importante destacado por Telles (2003) é que seria mais difícil encontrar segregação residencial sistemática por raça no Brasil devido ao grande número de moradias nas grandes cida-

des que são improvisadas ou estão a meio caminho da legalidade. Ou seja, não existem no Brasil mecanismos institucionalizados de segregação residencial com base racial. Contudo, se nas situações de moradia informal não há uma segregação racial sistemática, é mais provável que ela ocorra em locais onde o nível de renda é maior, onde existem mais opções de moradia e onde o mercado imobiliário se encontra desenvolvido. A partir disso, podemos supor que os mecanismos velados de discriminação racial no mercado de trabalho que condicionam o acesso às oportunidades de renda (HASENBALG, 1979; VALLE E SILVA, 1978) afetam também, de maneira indireta, as possibilidades de escolha de moradia, já que o acesso à renda é elemento fundamental para o acesso à moradia nos espaços de maior *status* onde o mercado imobiliário é mais desenvolvido, o que explicaria a grande concentração de brancos nesses espaços, e a grande concentração de pretos e pardos nas áreas de favela ou periferias.

A partir das hipóteses levantadas pela literatura recente sobre relações raciais e segregação racial no Brasil, propomo-nos a avaliar a relação constatada nos grandes espaços urbanos brasileiros entre a distribuição espacial dos estratos sociais pelo clima educativo do domicílio – caracterizando, portanto, uma estrutura socioespacial baseada na escolaridade média dos adultos do domicílio – e os grupos de cor (brancos, pretos e pardos); e os seus efeitos sobre as desigualdades sociais vistas tanto do ponto de vista das condições habitacionais, quanto do ponto de vista da vulnerabilidade social.

Sendo assim, no segundo tópico faremos a apresentação dos grandes espaços urbanos que tomamos como referência espacial para o presente trabalho. No terceiro tópico apresentamos as explicações metodológicas das análises empreendidas, ou seja, apresentaremos a base de dados e as variáveis utilizadas, assim como a definição dos modelos de regressão e a tipologia utilizada para classificar o contexto socioespacial de residência. Já no quarto tópico, apresentamos os primeiros resultados descritivos dos fenômenos. No quinto tópico apresentamos os efeitos da cor e da segregação socioespacial sobre as desigualdades de condições habitacionais. No sexto, apresentamos os efeitos da cor e da segregação socioespacial agora sobre as desigualdades de oportunidades.

2. OS GRANDES ESPAÇOS URBANOS BRASILEIROS

Nosso sistema urbano conta hoje com 37 grandes aglomerados onde residem 45% da população (76 milhões de pessoas) e, apesar de seus desequilíbrios constitui importante ativo para o desenvolvimento nacional. Entre os 37 grandes aglomerados urbanos, temos 15³ metrópoles, ou seja, grandes espaços urbanos que apresentam características das funções de coordenação, comando e direção próprias das grandes cidades na “economia em rede” (VELTZ, 1996; 2000). Ao mesmo tempo concentra elevada parcela da população, exerce alta capacidade de centralidade, além de possuir características que permitem atingir um grau maior de inserção na economia de serviços produtivos e poder de direção, medido pela localização das sedes das 500 maiores empresas do país, pelo volume total das operações bancárias/financeiras e pela massa de rendimento mensal⁴.

Neste estudo, além das 15 metrópoles já mencionadas, incluiremos na análise outros dois aglomerados urbanos: a região metropolitana de Natal-RN (Lei Complementar Estadual nº 152, de 16 de janeiro de 1997) e a região metropolitana de Maringá-PR (Lei Complementar Estadual nº 83 de 17 de julho de 1998), que fazem parte da Rede Observatório das Metrópoles. Portanto, neste relatório, quando mencionarmos a sigla GEUBs, estaremos nos referindo a esses 17 grandes espaços urbanos. A localização destes 17 GEUBs e a categoria de tamanho populacional ao qual eles pertencem estão representados no Cartograma 1.1.

Vale salientar, que esses espaços considerados metropolitanos têm redobrada importância no cenário social e econômico nacional, principalmente no que tange à concentração das forças produtivas nacionais. Eles concentram 62% da capacidade tecnológica do país, medidas pelo número de patentes, artigos científicos, população com mais de 12 anos de estudo e valor bruto da transformação industrial (VTI) das empresas que inovam em produtos e processos produtivos. Ainda nessas 15 metrópoles estão concentrados 55% do valor de transformação industrial das empresas exportadoras.

A população desses 17 GEUBs em 2000 chegou a 63,3 milhões de pessoas, representando mais de 37% da população do país. Em relação a 1991, ocorreu um aumento absoluto superior a 10 milhões de pessoas, quando a população desses espaços somava pouco mais de 53 milhões de pessoas. Segundo os dados mais recentes, da Contagem Populacional de 2007 do IBGE, a população destes GEUBs atingiu a marca de 70 milhões de pessoas, representando 38,1% de toda a população brasileira. Percebe-se, portanto, que à população do conjunto desses 17 grandes espaços urbanos acrescenta-se anualmente, desde 1991, 1 milhão de pessoas em média por ano.

3 São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Curitiba, Recife, Fortaleza, Goiânia, Campinas, Belém, Vitória, Florianópolis e Manaus.

4 Para maiores detalhes ver: OBSERVATÓRIO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL. Relatório de Atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Convênio Ministério das Cidades/Observatório das Metrópoles/Fase/Ipardes-PR. Brasília, 2005. 118p. Disponível em http://www.observatoriodas-metropoles.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf.

CARTOGRAMA 2.1: Grandes Espaços Urbanos Brasileiros – GEUBs



3. EXPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

3.1. Bases de dados utilizadas

Os Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consistem na principal fonte de dados utilizada neste trabalho. A partir desses dados construímos os indicadores e variáveis utilizados na presente análise.

Adotamos como unidade territorial mínima de análise da divisão social do espaço metropolitano as “áreas de ponderação”. Esta divisão territorial foi criada pelo próprio IBGE para a divulgação dos dados da amostra, obedecendo a critérios estatísticos. Cada uma dessas unidades geográficas é “formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo” (IBGE, 2001).

3.2. Definição das variáveis utilizadas

Variáveis dependentes: Escolhemos aqui alguns indicadores que poderiam traduzir mecanismos de desigualdades de oportunidades relacionados à localização e às estruturas familiares e de vizinhança. Eles revelam situações em que crianças e jovens podem estar em situação de risco social pela existência de bloqueios no plano da família e do bairro ao aproveitamento de oportunidades de acumulação de recursos que no futuro poderiam levá-los a usufruírem de maior bem-estar social

e alcancarem posições sociais mais elevadas na sociedade. Tais oportunidades relacionam-se com o acesso a ativos educacionais advindos da escolarização e àqueles resultantes do acúmulo de experiências no mercado de trabalho.

- (i) Atraso escolar: para esta variável consideramos o atraso escolar de dois anos ou mais para crianças entre 8 e 14 anos de idade, que é calculado a partir da diferença entre a idade da criança e o seu total de anos de estudos. Nesse caso estamos considerando que o atraso escolar além de motivos puramente pedagógicos e de dificuldades de aprendizado apresenta um efeito significativo também do ambiente social no qual a criança se desenvolve, seja no plano do domicílio, seja no plano da família; portanto, consideramos que crianças com atraso escolar de dois anos ou mais estão em desvantagem em relação a crianças cuja trajetória educacional corresponde aos padrões aceitos de desenvolvimento pedagógico e educacional;
- (ii) Evasão escolar: neste caso consideramos a evasão escolar de crianças entre 8 e 14 anos de idade, construída a partir da informação de se a criança está ou não matriculada em alguma escola. O fato de uma criança não estar matriculada em escola mesmo estando em idade escolar, apesar de diferentes motivos, poderá se traduzir em dificuldades de converter os conhecimentos adquiridos a partir do aprendizado escolar em recursos que serão utilizados futuramente para alcançar um maior bem-estar social e melhores posições na hierarquia social;
- (iii) Maternidade precoce: A maternidade precoce de adolescente sem cônjuge também implica em diminuição de chances de inserção social, na medida em que a jovem é obrigada - em grande parte dos casos - a retirar-se dos estudos e ter limitadas suas possibilidades presentes e futuras de emprego. Mesmo nos casos das famílias que têm condições de amparar e ajudar a filha, a maternidade precoce é uma situação geradora de elevados riscos de reprodução da pobreza. Pesquisas realizadas pela UNESCO e pelo Ministério da Saúde indicam que a gravidez precoce de adolescente está relacionada a várias situações de risco. Antes de tudo, está correlacionada com a terceira causa de mortalidade entre mulheres jovens no Brasil, perdendo apenas para homicídios e acidentes de transporte. Por outro lado, a maternidade precoce é hoje uma das principais causas da evasão escolar, pois, também segundo a UNESCO, 25% das meninas grávidas com idade entre 15 e 17 anos deixam de estudar. Segundo dados do Ministério da Saúde, entre 2001 e 2003 nasceram no país 82.834 crianças cujas mães têm entre 10 e 14 anos e hoje existem dois milhões de filhos de jovens com idade entre 15 e 19 anos.⁵ Dados da PNAD⁶ realizada em 1996 trabalhados por Itaboraí (2003, p. 179) indicam que 22% das jovens mães de 15 a 19 anos tinham somente até 3 anos de escolaridade e 46,7% até 7 anos. Esse mesmo estudo mostra não haver grandes diferenças entre as áreas rurais, urbana e metropolitana (15,7%, 13,0% 10,5%, respectivamente). A maternidade precoce está fortemente relacionada aos contextos familiares e sociais nos quais vivem essas jovens, onde agem diversos mecanismos que condicionam o seu comportamento: falta de informação sobre as práticas contraceptivas, falta de acesso ao sistema de saúde pública, o processo de socialização, exposição ao modelo de papel social etc. Os dados trabalhados por Itaboraí (2003, p. 179) indicam que 22,5% das mães adolescentes de 15 a 19 anos são socializadas em ambientes bastante pobres, pois 22,5% vivem em domicílios com renda até 2 salários-mínimos

5 Ver informação sobre estas pesquisas ainda em curso no jornal O Globo de 7 de março de 2005.

6 Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio, IBGE.

e 37,3% em domicílios com até 5 salários-mínimos. Segundo vários estudos antropológicos, podemos interpretar a gravidez precoce como decorrendo também do comportamento das jovens adolescentes moradoras em bairros pobres orientado pela busca de valorização da individualidade, isto é, como propôs Sansone (2003, p. 269), comportamento orientado pelo “culto da dignidade que deriva escolher individualmente o que fazer da própria vida”. Para construir essa variável consideramos como maternidade precoce as mulheres entre 14 e 19 anos de idade, solteiras e com filhos; e

- (iv) **Desafiliação institucional:** O jovem do sexo masculino na condição de não estudar, não trabalhar e nem procurar emprego indica também uma situação de risco nos termos enunciados anteriormente. Tal situação aproxima-se da condição social denominada por Williamson (1997) de status zero ou a de desafiliação institucional⁷ (Alvarez, 2002), pelo fato desse jovem estar afastado, simultaneamente, dos dois papéis sociais dessa etapa do seu ciclo da vida, ou seja, os papéis de trabalhador e estudante. Com efeito, o fato de não trabalhar, não estudar e nem procurar emprego pode indicar a exclusão das condições sociais nas quais esse jovem adquire ativos importantes para o acesso a posições sociais superiores, sejam eles decorrentes da escolaridade ou da acumulação da experiência ocupacional. Na situação limite, pode indicar o comportamento não mais orientado - parcial ou integralmente - pela normatividade exigida pela sociedade como exigência moral aos jovens, na forma de valores e aspirações dominantes. Nesse caso, a variável de desafiliação institucional foi construída considerando homens entre 14 e 24 anos de idade nas situações de não trabalhar, não estudar e não procurar emprego.

Variáveis independentes: São variáveis cujos efeitos sobre as situações de desigualdade de oportunidade buscamos evidenciar. Com isso, utilizamos duas variáveis, a cor do indivíduo e o contexto social de residência. A variável de cor possui três categorias: preto, pardo e branco. O contexto social de residência também apresenta três categorias: baixo, médio e alto, cuja construção será explicada no tópico seguinte. Nesse sentido, buscamos evidenciar os diferenciais dos efeitos da cor do indivíduo sobre as situações de desigualdades de oportunidades explicadas anteriormente, tendo como hipótese que pretos e pardos são mais afetados por essas situações do que brancos. A definição do contexto social de residência (e o seu uso na explicação das situações de desigualdades de oportunidades) se justifica pelo fato de termos como hipótese, que os grupos de cor se distribuem de maneira diferenciada na estrutura socioespacial dos GEUBs considerados, sendo que essa mesma estrutura condiciona também oportunidades desiguais em termos de bem-estar, acesso ao mercado de trabalho, etc..

Variáveis de controle: São variáveis cujo efeito sobre as situações de vulnerabilidade social é considerado relevante, apesar de não ser o efeito de interesse do presente estudo, ou seja, caso não fossem consideradas incorreríamos no risco de atribuir à cor ou ao contexto social de residência os efeitos de outras variáveis. Sejam elas:

7 É importante considerar os contextos sociais na busca do significado sociológico da condição do jovem que não está nem na escola e no trabalho. Como menciona Saravi (2004), na América Latina o *status zero* tem sido entendido como condição de vulnerabilidade e risco, por representar a possibilidade de diminuição da oportunidade futura de bem-estar social e, crescentemente, de associação a atividades ilícitas. Sobre o conceito de desafiliação institucional.

- (i) Clima educativo do domicílio: o clima educativo do domicílio é calculado como uma média dos anos de estudo dos adultos com idade igual ou superior a 25 anos de idade em cada domicílio. Essa variável é dividida em três categorias: (a) até 4 anos de estudo, (b) mais de 4 a 8 anos de estudo e (c) 9 ou mais anos de estudo. É também a variável utilizada na construção da tipologia espacial, com vistas a explorar os efeitos da segregação socioespacial.
- (ii) Renda domiciliar per capita: corresponde à soma dos valores dos rendimentos nominais mensais dos moradores do domicílio dividida pelo número de moradores do domicílio, e expressa em salários mínimos. Para melhor considerarmos os efeitos da renda familiar per capita sobre as situações de desigualdade de oportunidades utilizamos três faixas: (a) até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, (b) de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo e (c) acima de 1 salário mínimo.

3.3. Modelos de regressão:

Utilizamos na análise um modelo de regressão logística tendo como variáveis dependentes as quatro situações de desigualdades de oportunidades já mencionadas acima. A escolha do modelo de regressão logística se deve ao fato das variáveis de desigualdades de oportunidades configurarem variáveis indicadoras, ou seja, para cada indivíduo temos o valor “1”, caso ele esteja classificado numa das situações de desigualdade de oportunidades, e o valor “0”, caso contrário. Como variáveis independentes para a explicação do modelo, consideramos as variáveis de renda familiar per capita em salários mínimos e de clima educativo do domicílio como variáveis de controle no modelo; e as variáveis de cor, contexto socioespacial e efeito favela, cujos efeitos queremos evidenciar. Para cada uma das variáveis dependentes aplicamos quatro modelos: o primeiro considerando toda a população do GEUB, e outros três modelos considerando de maneira separada brancos, pretos e pardos. Com isso queremos evidenciar não só o efeito da cor e da segregação espacial na explicação das desigualdades de oportunidades, controlando-se por renda e clima educativo; como também, evidenciar os efeitos diferenciados do contexto social de residência e das variáveis de controle para cada um dos grupos de cor, tendo como hipótese que a cor apresenta efeito diferenciado também sobre as variáveis explicativas.

Para a variável de cor do indivíduo consideramos “branco” como sendo o nível de referência e estimamos o efeito para “pardos” e para “pretos”. No caso do contexto socioespacial, consideramos o nível de referência como sendo o contexto socioespacial de alto status e buscamos evidenciar os efeitos dos contextos de baixo status e de médio status. No caso da renda familiar per capita, buscamos estimar o efeito para as situações de desigualdade de oportunidades dos grupos de renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo e do grupo de renda familiar de $\frac{1}{2}$ a 1 salário-mínimo, ambos tendo como nível de referência o grupo com renda *per capita* de 1 salário-mínimo ou mais. Para o clima educativo do domicílio, consideramos os efeitos de risco para o grupo de indivíduos com clima educativo até 4 anos de estudo e o grupo com clima educativo entre mais de 4 e 8 anos de estudo, tendo como grupo de referência indivíduos que tenham clima educativo domiciliar de 9 ou mais anos de estudo.

3.4. Identificando o contexto socioespacial

Para classificarmos as áreas de ponderação, criaremos uma tipologia utilizando a variável de “clima educativo do domicílio”, essa variável é construída com base na média de anos de estudo dos indivíduos maiores de 24 anos do domicílio. Optamos por uma construção tipológica enquanto instru-

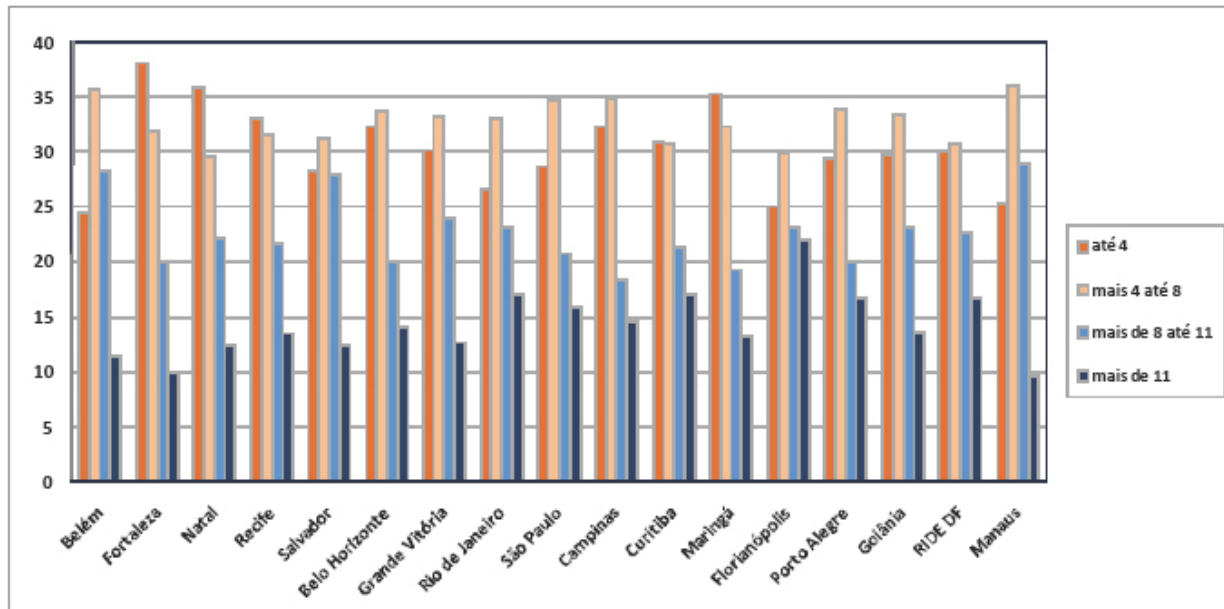
mento de classificação e de descrição, permitindo o ordenamento e a categorização dos fenômenos sociais (RIBEIRO, 2005).

A escolha do clima educativo como variável de construção da tipologia se justifica pela possibilidade de descrição da segregação residencial em termos de concentração de pessoas que vivem nos planos da família e do bairro em situações de maior ou menor chance de acesso a recursos que potencializam o seu posicionamento na estrutura de oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, conforme referência aos trabalhos de Kaztman e Retamoso (2005) e Ribeiro (2007).

Primeiramente, os domicílios foram agrupados em quatro faixas de escolaridade média: (i) até 4 anos de estudo; (ii) mais de 4 a 8 anos de estudo; (iii) mais de 8 a 11 anos de estudo; e, (iv) mais de 11 anos de estudo.

Os Gráficos 3.1 e 3.2 trazem, respectivamente, a distribuição dos domicílios e das pessoas segundo as faixas de clima escolar nos 17 espaços urbanos selecionados para o estudo. Essa distribuição, como se pode notar, apresenta resultados diferenciados entre estes espaços. Com efeito, podemos notar que em duas regiões metropolitanas da Região Nordeste, Fortaleza e Natal, predominam os domicílios com baixo clima escolar. Nestas duas regiões metropolitanas mais de 35% dos domicílios têm escolaridade média de até 4 anos de estudo, onde também residem mais de 40% das pessoas. Em todas as outras Metrôpoles, na maioria dos domicílios, o clima escolar ou escolaridade média das pessoas de 25 anos de idade ou mais está entre 4 ou 8 anos de estudo. Em Belém e Manaus o percentual de domicílios com clima escolar nessa faixa é superior a 35%. Vale destacar que São Paulo e Campinas também apresentam um alto percentual de domicílios nessa faixa de clima escolar em relação aos outros espaços urbanos.

GRÁFICO 3.1: Percentual de domicílios segundo o clima educativo do domicílio, por GEUB – 2000

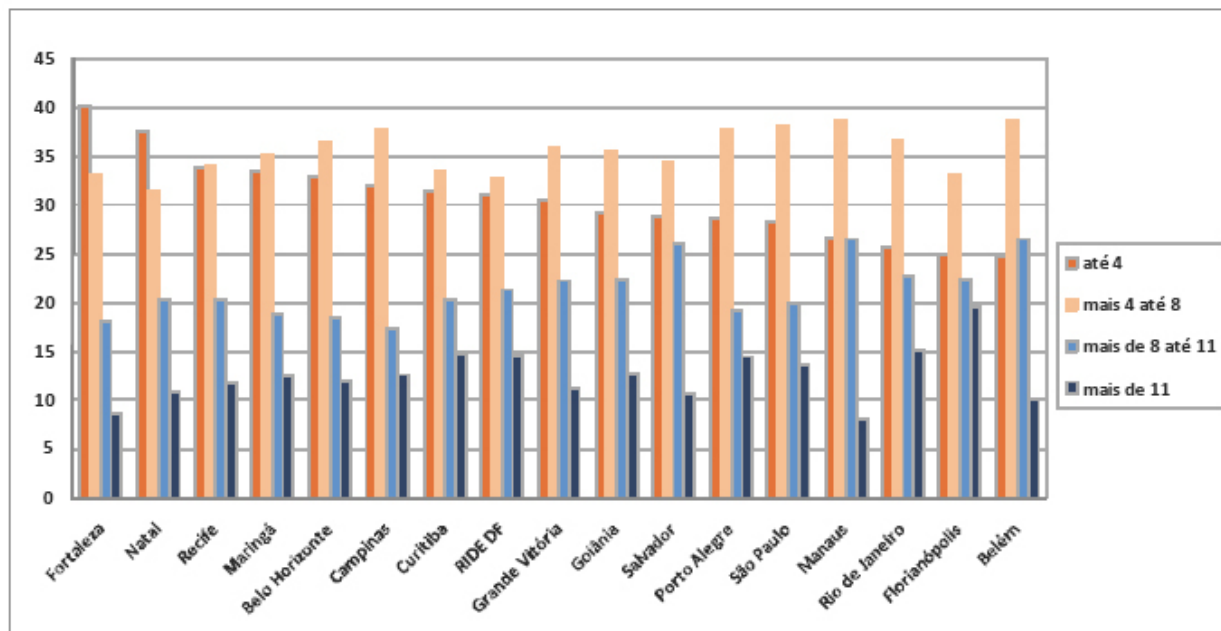


Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000 – IBGE.

Manaus, Belém, Fortaleza e Natal, ao mesmo tempo em que apresentam maior presença de domicílios nas faixas de clima escolar inferiores, ou seja, nas faixas de 0 a 4 anos e de mais de 4 até 8 anos, apresentam baixo percentual de domicílios com clima escolar mais elevado, ou seja, com mais de 8 anos de estudo a 11 anos de estudo. No que tange especificamente aos domicílios com alta escolaridade (mais de 11 anos de estudo), o percentual em Fortaleza e Natal não chega a 10%.

Florianópolis, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e São Paulo apresentam os maiores percentuais de domicílios com alto clima escolar, ou seja, acima de 15,2%, que é o percentual médio de todos os espaços urbanos analisados.

GRÁFICO 3.2: Percentual de pessoas segundo o clima educativo do domicílio, por GEUB – 2000



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000 – IBGE.

A partir da distribuição dos indivíduos em cada faixa de clima educativo domiciliar para cada uma das áreas de ponderação de cada um dos GEUBs estudados, partimos para a construção da tipologia.

A classificação das áreas de ponderação por meio dessa tipologia foi realizada através da aplicação da técnica de Análise Fatorial por Combinação Binária, seguida de uma Classificação Hierárquica Ascendente. Na primeira etapa, para cada GEUB, reduzimos a dimensão de explicação da distribuição dos indicadores de clima educativo, pelas áreas de ponderação em duas dimensões (fatores), tendo como critério do número de dimensões a considerar, o valor de 80% de explicação da variância dos indicadores. As cargas fatoriais resultantes desse procedimento foram salvas para a realização da segunda etapa de construção da tipologia segundo o contexto social. Para tanto, utilizamos essas cargas fatoriais na definição de *clusters* com base nas áreas de cada uma das regiões metropolitanas. O resultado da Classificação Hierárquica Ascendente forneceu três agrupamentos de áreas, cuja variância intraclasse foi em média 28,8% e a variância interclasses, em média 71,2%. No Quadro 3.1, temos os resultados da variância intraclasse e interclasses para cada um dos GEUBs.

QUADRO 3.1: Variâncias intra e interclasses dos agrupamentos segundo o clima educativo, por GEUB – 2000

GEUBs	Variância intraclasses	Variância interclasses
Belém	18,2%	81,8%
Fortaleza	28,8%	71,2%
Natal	29,9%	70,1%
Recife	35,9%	64,1%
Salvador	29,3%	70,7%
Belo Horizonte	31,1%	68,9%
Grande Vitória	32,2%	67,8%
Rio de Janeiro	32,6%	67,4%
São Paulo	33,4%	66,6%
Campinas	32,1%	67,9%
Curitiba	24,6%	75,4%
Maringá	19,0%	81,0%
Florianópolis	30,2%	69,8%
Porto Alegre	33,8%	66,2%
Goiânia	19,6%	80,4%
RIDE DF	32,5%	67,5%
Manaus	31,9%	68,1%

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000 – IBGE.

Vejamos com base na Tabela 3.1, que o número de áreas alocadas em cada tipo é bem diferente. Temos bem menos áreas do tipo 3 (que denominamos de “alto”), que são aquelas caracterizadas por uma maior presença de domicílios com alta escolaridade. No conjunto dos 17 GEUBs estudados, foram encontrados nesse tipo 324 áreas, o que representa 12,7% das 2.550. No tipo 1, áreas com maior presença de domicílios e pessoas com baixa escolaridade, foram encontradas 1.019 áreas (40% do total) e no tipo 2, caracterizado pela presença de pessoas e domicílios com escolaridade média, foram encontradas 1.207 áreas (47,3% do total).

TABELA 3.1: Frequência absoluta e relativa das áreas de ponderação segundo os tipos socioespaciais, por GEUB – 2000

GEUBs	Baixo		Médio		Alto		Total
	Casos	Percentual	Casos	Percentual	Casos	Percentual	
Belém	23	41,1	28	50,0	5	8,9	56
Fortaleza	46	46,9	42	42,9	10	10,2	98
Natal	15	45,5	13	39,4	5	15,2	33
Recife	78	60,9	33	25,8	17	13,3	128
Salvador	30	27,8	64	59,3	14	13,0	108
Belo Horizonte	95	64,6	44	29,9	8	5,4	147
Grande Vitória	30	50,0	22	36,7	8	13,3	60
Rio de Janeiro	224	54,4	161	39,1	27	6,6	412
São Paulo	189	23,3	485	59,7	138	17,0	812
Campinas	64	59,3	31	28,7	13	12,0	108
Curitiba	41	36,6	52	46,4	19	17,0	112
Maringá	11	45,8	11	45,8	2	8,3	24
Florianópolis	9	23,1	23	59,0	7	17,9	39
Porto Alegre	51	31,1	83	50,6	30	18,3	164
Goiânia	24	36,4	35	53,0	7	10,6	66
RIDE DF	72	50,0	62	43,1	10	6,9	144
Manaus	17	43,6	18	46,2	4	10,3	39
Total	1.019	40,0	1.207	47,3	324	12,7	2.550

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000 – IBGE.

QUADRO 3.2: Média do clima educativo do domicílio segundo os tipos socioespaciais, por GEUB – 2000

GEUBs	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Manaus	5,6	7,6	9,6
Belém	5,6	7,5	11,2
Fortaleza	4,5	6,9	10,4
Natal	4,6	7,1	10,3
Recife	5,4	7,2	10,7
Salvador	5,1	7,1	11,2
Belo Horizonte	5,3	8,2	12,2
Brasília	5,5	7,4	10,5
Vitória	5,3	8,3	12,1
Rio de Janeiro	5,8	7,5	10,7
Campinas	7,2	7,0	11,3
São Paulo	5,8	6,4	11,5
Curitiba	3,3	7,2	10,9
Maringá	4,8	7,7	10,9
Florianópolis	5,6	6,9	10,6
Porto Alegre	5,5	5,9	11,7
Goiânia	4,9	8,5	12,9
Total	5,3	7,31	11,10

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000 – IBGE.

O número de áreas em cada tipo também varia para cada GEUB, como podemos ver na Tabela 3.1. Em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Brasília, Belém e Maringá, por exemplo, o número de áreas do tipo 3 é menor que 10%. Já em São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre o número de áreas desse tipo é superior a 17%, bem superior à média dos GEUBs estudados, que é de 12,7%. Por outro lado, alguns GEUBs apresentam um número de áreas mais elevado no tipo 1. São os casos de Belo Horizonte, Recife e Campinas, 64,6%, 60% e 59,3%, respectivamente.

Medidas de dispersão também nos permitem assegurar a consistência de cada um dos tipos, qualificando a média do grupo, ou seja, quanto menor a dispersão, mais confiável o perfil médio do tipo. Nesse sentido, calculamos o desvio-padrão e a variância do clima educativo dos domicílios para cada um dos tipos.

Antes, porém, a média nos ajuda a qualificar o perfil de cada tipo, para assim denominá-los, de “baixo”, “médio” e “alto”. No total dos GEUBs estudados a média do clima educativo no tipo 1 é de 5,28, no tipo 2 é de 7,31, e no tipo 3 é de 11,70. Ao mesmo tempo, essa média varia para cada um dos GEUBs. A maior média no tipo 1 se encontra em Campinas, com 7,1 anos de estudo e a menor em Curitiba, que é de 3,3 anos de estudo. Já no tipo 2, a maior média é verificada em Goiânia, com 8,5 anos de estudo e a menor em Porto Alegre, com 5,9 anos de estudo de média. Já no tipo 3, que denominamos de alto, a média no conjunto dos GEUBs estudados é de 11,1 anos de estudo, sendo a menor delas em Manaus (9,6 anos de estudo) e a maior em Goiânia (12,9 anos de estudo).

O desvio padrão e a variância do clima educativo em cada um dos tipos nos mostram que todos apresentam coerência interna, como podemos ver no Quadro 3.3. Isto quer dizer que não há uma grande variação em torno da média de clima educativo em cada tipo e em cada GEUB, embora no tipo 3 (“alto”), ela seja maior. Estes dados nos permitem chegar a algumas conclusões a respeito dos tipos construídos e a sua confiabilidade no que tange à sua coerência como “tipo” que representa a divisão social do espaço das metrópoles. A primeira delas é a de que o tipo 1 (“baixo”) são áreas mais homogêneas, no que se refere à distribuição dos domicílios segundo o clima educativo, como também o tipo 2 (“médio”). A segunda é que o tipo 3 (“alto”) é menos homogêneo, visto que apresenta uma maior variância. Podemos imaginar que nesses espaços há uma maior presença de domicílios com alto clima educativo e domicílios com baixíssimo clima educativo, embora o seu perfil seja de um conjunto de áreas com alto clima educativo.

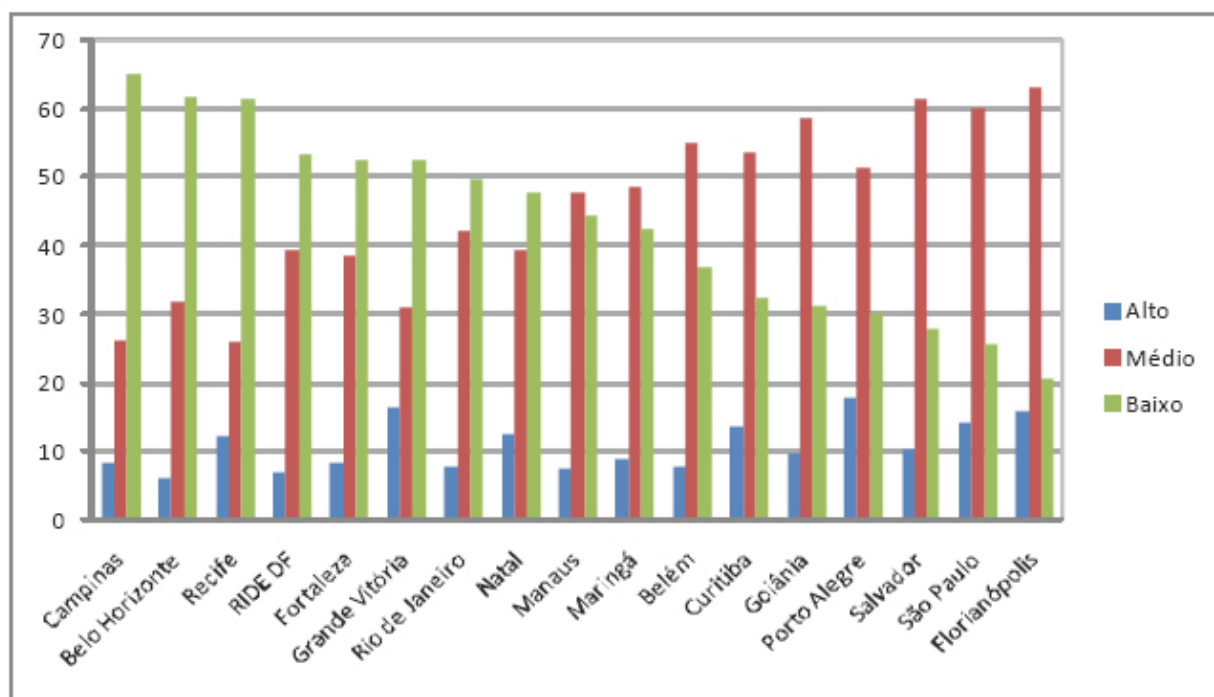
QUADRO 3.3: Desvio padrão e variância do clima educativo do domicílio, segundo os tipos socioespaciais, por GEUB – 2000

GEUBs	Tipo 1		Tipo 2		Tipo 3	
	Desvio Padrão	Variância	Desvio Padrão	Variância	Desvio Padrão	Variância
Manaus	3,18	10,09	3,45	11,94	3,89	15,12
Belém	3,07	9,44	3,35	11,24	3,32	10,99
Fortaleza	3,29	10,80	3,62	13,12	4,11	16,86
Natal	3,27	10,70	3,76	14,13	4,23	17,91
Recife	3,55	12,60	3,55	12,57	4,26	18,16
Salvador	3,28	10,74	3,50	12,25	3,84	14,71
Belo Horizonte	3,02	9,14	3,76	14,16	3,90	15,20
Brasília	3,19	10,16	3,33	11,10	3,98	15,86
Vitória	3,16	10,00	3,70	13,67	3,72	13,87
Rio de Janeiro	3,17	10,07	3,68	13,54	4,04	16,34
Campinas	4,08	16,66	3,47	12,01	4,24	17,94
São Paulo	3,41	11,65	3,43	11,76	3,73	13,88
Curitiba	2,62	6,87	3,80	14,46	4,05	16,43
Maringá	2,88	8,27	3,83	14,66	4,42	19,52
Florianópolis	3,05	9,32	3,40	11,53	4,12	17,01
Porto Alegre	3,08	9,46	3,41	11,60	3,62	13,07
Goiânia	3,08	9,50	3,77	14,21	3,38	11,45

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000 – IBGE.

No Gráfico 3.3, podemos ver como a população de cada GEUB se distribui segundo os 3 tipos encontrados. Como podemos notar, a distribuição da população residente em cada um dos tipos de contexto social nos 17 GEUBs é bastante diferenciada. Alguns deles apresentam uma elevada concentração do tipo Médio, são os casos de: Florianópolis, Salvador, São Paulo, Goiânia, Belém, Curitiba e Porto Alegre. Este último ainda se destaca por apresentar o maior percentual de pessoas residindo em territórios com alto clima educacional, o que tem muito a ver com a situação social da metrópole. Outros três GEUBs se destacam pela alta concentração de pessoas residentes no contexto socioespacial cujo perfil dominante é o da concentração dos domicílios com baixo clima educacional. São os casos de Campinas, Belo Horizonte e Recife, todos com mais de 60% das pessoas residindo nesse tipo de território. Ao mesmo tempo, em Belo Horizonte é baixa a concentração de residentes nos territórios de alto clima educacional (6,1%). Como também em Brasília e Manaus, sendo de 7% e 7,5%, respectivamente.

GRÁFICO 3.3: Percentual de pessoas segundo a classificação do contexto social de residência, por GEUB – 2000



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000 – IBGE.

A composição dos tipos por faixas de clima educativo do domicílio pode ser vista no Gráfico 3.4. Esses dados concordam, em certa medida, com o entendimento que se tem da maneira como os grupos sociais se distribuem no território, principalmente no que diz respeito a essa autosegregação. O Gráfico 4.4 apresenta a distribuição dos adultos de 30 a 59 anos de idade nos três tipos socioespaciais encontrados. Essa distribuição colabora em dois sentidos: primeiramente, na justificativa de construção dos tipos, reforçando os parâmetros utilizados para defini-los através da técnica utilizada. Em segundo, contribui no entendimento do padrão de segregação de cada espaço urbano estudado, visto que podemos ver como os grupos sociais se distribuem no território.

Neste sentido, visualizamos no Gráfico 3.4 que três regiões metropolitanas se destacam pela alta concentração de pessoas de escolaridade elevada nas áreas classificadas como Alto contexto social: Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Nestas metrópoles, respectivamente, 79,1%, 72,1% e 69,1% dos adultos residentes nas áreas de tipo “Alto” possuem escolaridade superior a 11 anos de estudo. Ao mesmo tempo, verifica-se que nestas áreas ocorre uma pequena presença de adultos com escolaridade inferior a 4 anos de estudo. Em Brasília, por exemplo, o percentual de adultos com esse nível de escolaridade nessas áreas gira em torno de 2,5% e no Rio de Janeiro, embora o percentual seja um pouco maior, 4,6%, ficam abaixo da média dos GEUBs analisados, que é de 6,1%. Podemos afirmar, portanto, que nesses GEUBs, essas áreas classificadas como de alta escolaridade tendem a ser áreas de autosegregação dos grupos sociais de maior escolaridade, espaços quase que totalmente exclusivos desses grupos.

GRÁFICO 3.4: Composição percentual por faixas de clima educativo do domicílio dos territórios classificados segundo o contexto social, por GEUB – 2000



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000.

Outros Geubs, como Curitiba, Goiânia, Campinas e Salvador, seguem a mesma tendência, pois todas apresentam a concentração de adultos com escolaridade elevada nas áreas de alto clima escolar acima da média, que é de 57,1%. Por outro lado, Curitiba, Fortaleza e Natal, as áreas de baixo clima educativo, concentram um percentual elevado de adultos com escolaridade inferior a 4 anos de estudo, em comparação com os outros espaços urbanos estudados. Nas áreas desse tipo, nessas metrópoles, mais de 50% dos adultos possuem escolaridade situada nessa faixa. Vale des-

tacar que ao mesmo tempo, em Curitiba, o percentual de adultos com baixa escolaridade não chega a 5% dos adultos que residem em áreas classificadas como de Alto clima escolar.

Os resultados georreferenciados do contexto socioespacial segundo o clima educativo do domicílio são apresentados no Anexo I. No caso do Rio de Janeiro, com base nesse mapa podemos perceber que os contextos de alto *status* coincidem em grande medida com as áreas tidas como áreas nobres da cidade do Rio de Janeiro e de Niterói; as áreas de médio *status* coincidem com as áreas de subúrbio da cidade do Rio de Janeiro e Niterói, e com as áreas centrais de alguns municípios da região metropolitana; e as áreas classificadas como de baixo *status* correspondem à periferia da RMRJ. Essa lógica de organização socioespacial, com as pessoas de alta escolaridade residindo nas áreas centrais e as de baixa e média escolaridade residindo nas áreas periféricas, reproduz-se na maioria dos GEUBs estudados, como podemos ver nos Cartogramas do Anexo I.

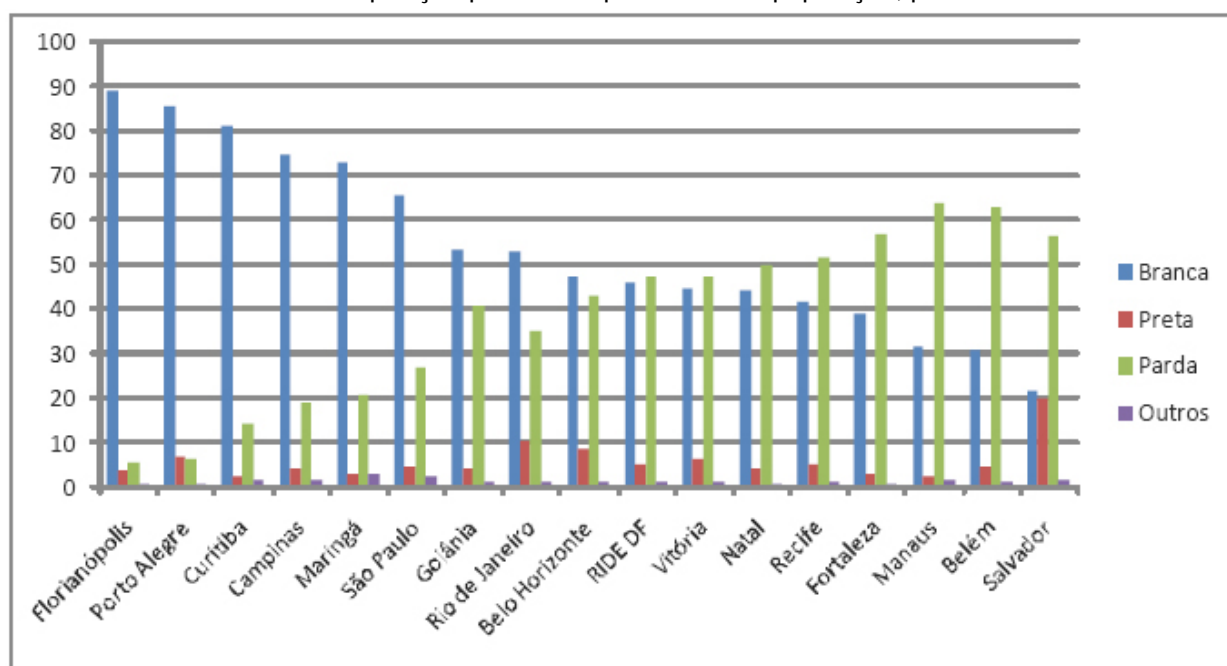
Para cada um dos contextos socioespaciais baseados no clima educativo do domicílio, evidenciamos a situação social dos segmentos brancos, pretos e pardos com a finalidade de examinar as possíveis diferenças entre eles no que diz respeito a dois tipos de desigualdades: (i) de oportunidades distribuídas (ou à disposição) através da utilização de indicadores da situação de risco dos jovens e das crianças de reproduzirem a situação de pobreza dos pais pela via educacional e do trabalho; atraso e evasão escolar e desocupação; e (ii) desigualdades em termos de bem-estar foram avaliadas pelas diferenças das condições habitacionais.

4. RESULTADOS DESCRITIVOS

4.1. Uma breve descrição do fenômeno

A variável de cor ou raça do Censo Demográfico de 2000 é obtida com base em declaração do informante e posteriormente enquadramento nas categorias definidas pelo plano de investigação do Censo. Sendo assim, a distribuição da população dos grandes espaços urbanos brasileiros, segundo a cor declarada, é bastante diferenciada. Como podemos ver no Gráfico 4.1, em alguns GEUBs a população se declara como majoritariamente branca, enquanto em outras, como majoritariamente preta ou parda.

GRÁFICO 4.1: Composição por cor em percentual da população, por GEUB – 2000



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000.

Daquelas cuja declaração da cor Branca se sobressai, temos as metrópoles do Sul do País: Florianópolis, com 89,3%, Porto Alegre, com 85,7% e Curitiba, com 81,5%. Destacam-se ainda Campinas-SP e Maringá-PR, que também apresentam percentuais da população declarada como branca, elevado, ambas com participação no total da população acima de 70%. Assim, todos os outros GEUBs analisados apresentam o percentual desse segmento populacional abaixo desse número. O que mais se aproxima é São Paulo, com 65,5% das pessoas se declarando como brancas. Vale destacar, porém, que algumas apresentam um percentual baixo de pessoas que se declaram como brancas. São os casos de Salvador (21,8%), Belém (30,7%) e Manaus (31,9%).

Essas mesmas, por outro lado, apresentam percentuais maiores de pessoas que se declaram como pretas e pardas. Em Salvador, por exemplo, 20% da população se declaram como pretos e 56,4%, como pardos. Em Manaus e Belém, 63,9% e 63,2% se declaram como pardos, respectivamente. Nas metrópoles do Sul, onde vemos a participação da população que se declara como branca, aqueles que se declaram pretos e pardos constituem grupos minoritários de cor. Em Curitiba, apenas 2,6% da população se declaram como sendo de cor Preta. Já em Florianópolis registra-se o menor percentual de pessoas que se declaram como Pardas: 5,9%.

Nos cartogramas do Anexo I, vimos como os tipos que classificam o contexto social pelo clima educativo do domicílio se distribuem nos GEUBs considerados. Resta-nos saber como se distribuem no espaço dos GEUBs os grupos de cor que estamos considerando nesse trabalho (brancos, pretos e pardos). Para tanto, os cartogramas do Anexo II apresentam a distribuição desses grupos de cor segundo quatro faixas proporcionais de concentração da cor no território com o intuito de ver em que áreas os grupos de cor se concentram mais (ou menos).

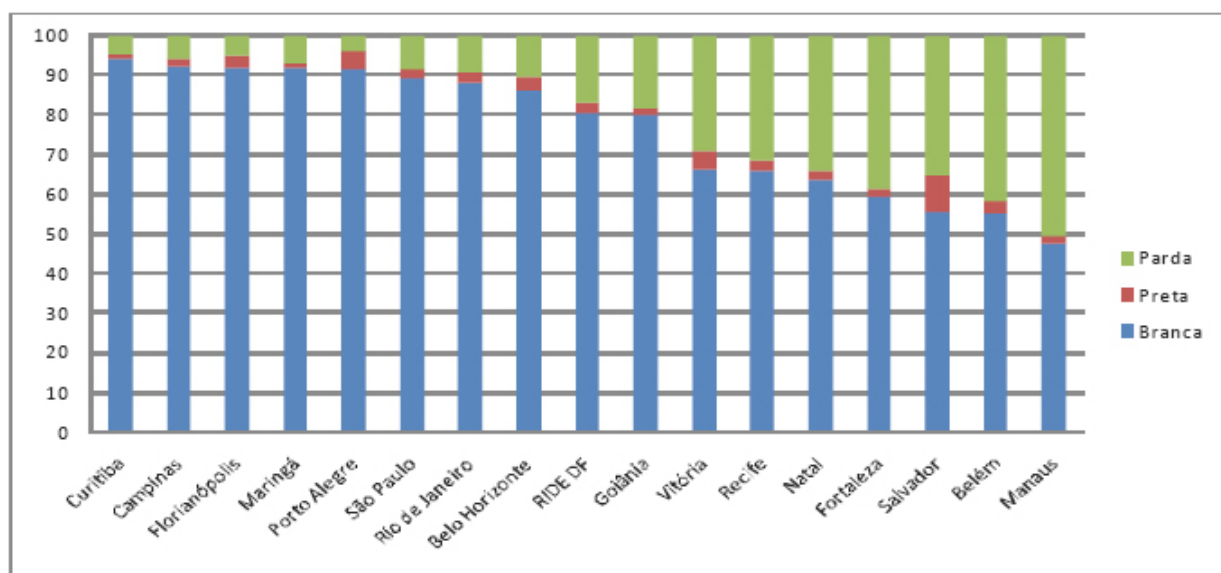
É bastante evidente a baixa concentração de negros onde os brancos apresentam um percentual de concentração muito mais elevado do que a porcentagem de brancos no território das GEUBs, como podemos ver no Gráfico 4.2. Quando olhamos para as áreas de alto contexto social, isso fica claro. No geral, onde existem muitas pessoas de cor branca, existem poucas pessoas de cor preta. Essa situação é mais marcante nos GEUBs das regiões Sudeste e Sul. Como podemos ver

no mesmo gráfico, que de certa forma sintetiza as tabelas apresentadas abaixo, Belo Horizonte é o caso mais emblemático. As únicas exceções são Manaus e Belém, onde a presença de brancos nos espaços de alto contexto social é menor do que em todas as outras, pois estes dividem os espaços com os pardos, que no caso de Manaus chegam a mais de 50% da população nesses espaços.

Vale destacar também a baixa presença dos pardos nos GEUBs de São Paulo, Curitiba, Maringá, Florianópolis e Porto Alegre. Em todos estes a população que se declarou como parda não chega a 10% da população nos espaços de alto contexto social. Por outro lado, a população que se declara negra nesses espaços supera 90%.

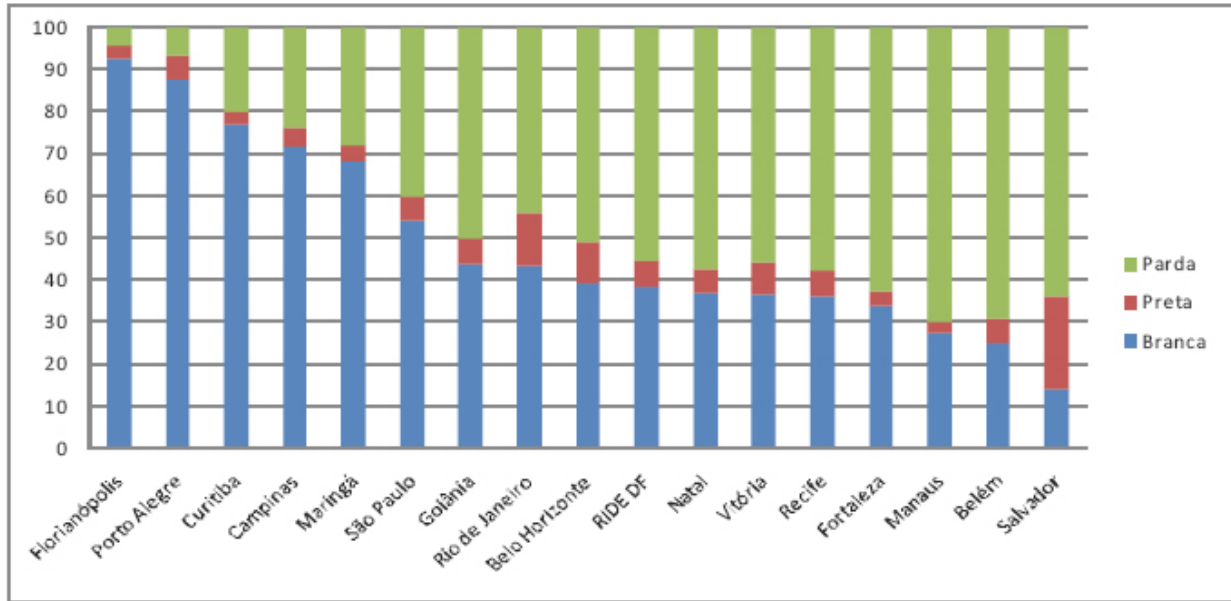
Nos espaços de baixo contexto social, a presença de pessoas que se auto-declararam negras é maior do que a presença das mesmas nos espaços de alto contexto social, como podemos ver no Gráfico 4.2. Nos GEUBs do Sul é elevada também a presença de brancos nos espaços inferiores. Isso se deve principalmente à presença das pessoas dessa cor na população total, que é bem maior do que em todos os outros GEUBs.

GRÁFICO 4.2: Percentual de pessoas, segundo a cor nas áreas de alto contexto social, por GEUB – 2000



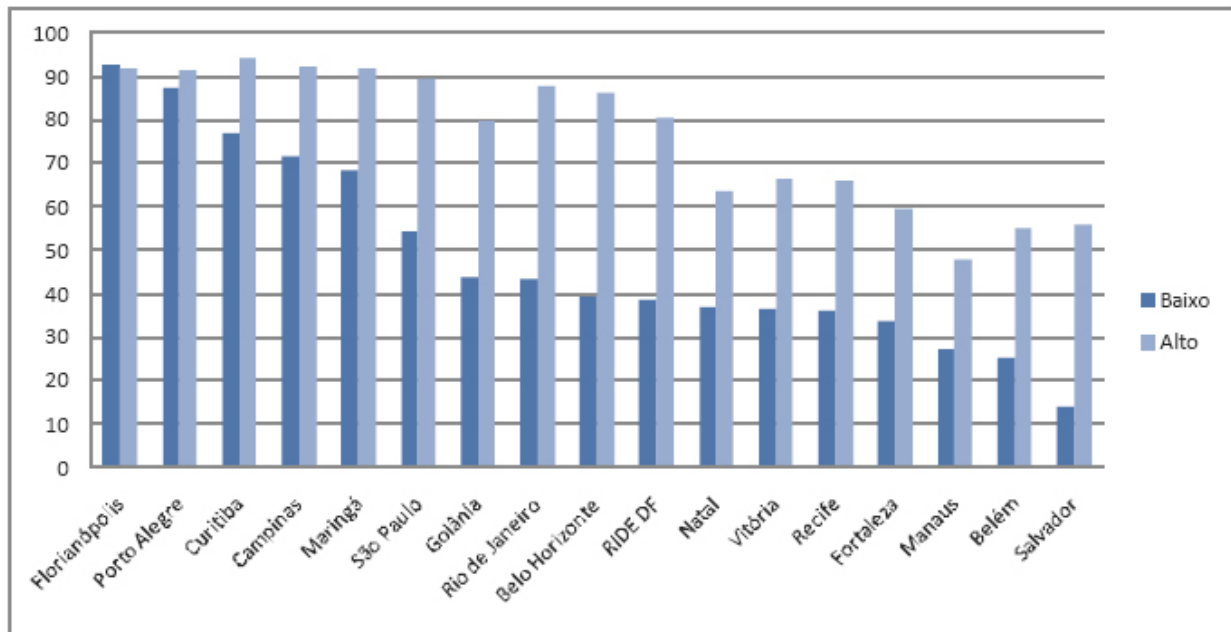
Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000.

GRÁFICO 4.3: Percentual de pessoas, segundo a cor nas áreas de baixo contexto social, por GEUB – 2000



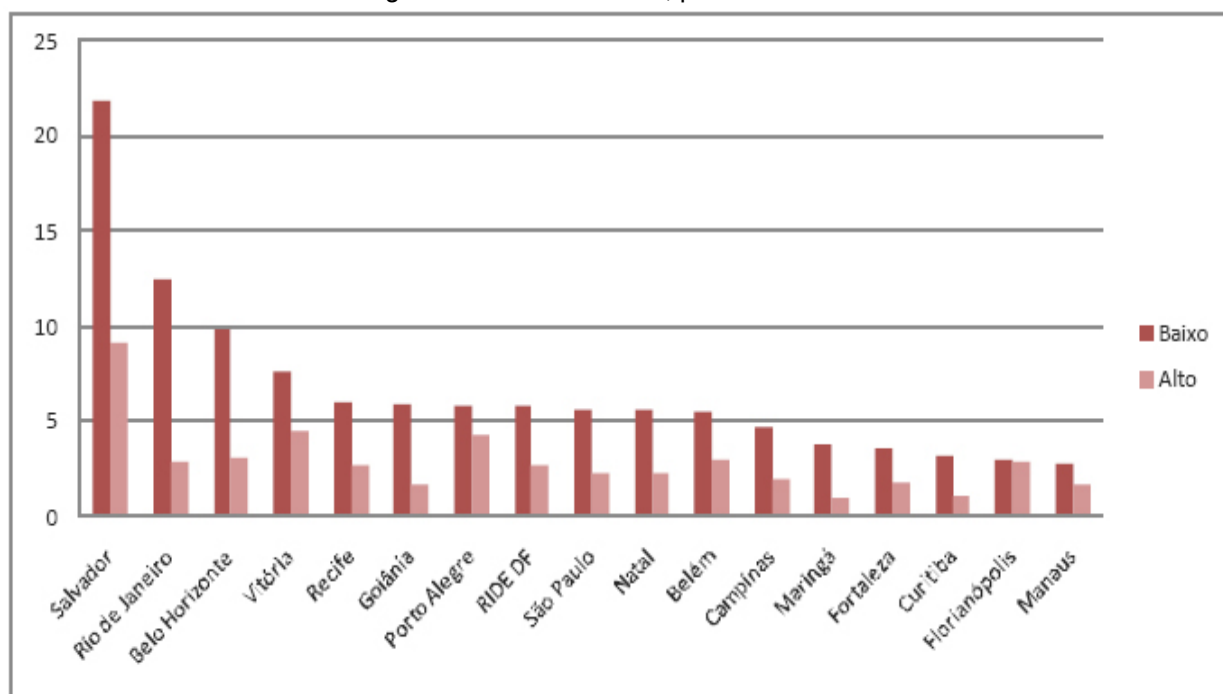
Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000.

GRÁFICO 4.4: População que se declarou de cor branca, segundo o contexto social, por GEUB – 2000



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000.

GRÁFICO 4.5: População que se declarou de cor preta, segundo o contexto social, por GEUB – 2000



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000.

A população parda, como se pode verificar, apresenta uma distribuição espacial parecida com a distribuição da população de cor preta, da mesma forma que para pretos, as áreas com grande concentração de brancos correspondem a áreas de baixa concentração de pardos. Por conta dessa dinâmica de distribuição espacial bastante parecida entre pardos e pretos é que grande parte da literatura de segregação racial considera a agregação dessas duas categorias de cor. Contudo, devido à heterogeneidade do grupo de cor pardo, para o presente trabalho, consideramos que os efeitos de segregação racial são diferenciados para pardos e pretos. Por isso, trabalhamos com as duas categorias separadas tendo como referência a categoria de cor branca.

Para verificarmos a relação entre a posição do indivíduo na hierarquia socioespacial da metrópole e as distribuições dos grupos de cor em cada contexto social, apresentamos nas Tabelas 4.1 e 4.2 a composição por cor de cada contexto, em dados absolutos e relativos, respectivamente. Conforme esperado, percebemos que a hierarquia socioespacial apresenta significativas diferenças de composição, considerando os dois extremos da hierarquia socioespacial.

Contudo, quando analisamos como cada grupo de cor se distribui dentre os contextos socioespaciais, a relação entre segregação racial e segregação espacial é mais nítida, principalmente tomando-se o contexto de alto status em relação aos contextos de médio e baixo status, como pode ser visto na Tabela 4.3.

Nesse sentido, na maioria dos GEUBs, as áreas de alto contexto social absorvem a maioria da população branca. Em Salvador, por exemplo, 26% da população que se declaram como sendo dessa cor, residem em áreas de alto contexto social. Por outro lado, apenas 2,18% da população que se auto-declaram pretos residem nesses mesmos territórios.

TABELA 4.1: Composição por cor das áreas segundo o contexto socioespacial em números absolutos, por GEUB – 2000

	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Belém	Branco	165.457	308.749	77.435	551.641
	Preto	36.437	47.070	4.297	87.804
	Pardo	452.648	623.186	58.538	1.134.372
	Total	654.542	979.005	140.270	1.773.817
Fortaleza	Branco	526.852	495.661	149.110	1.171.623
	Preto	56.255	30.309	4.629	91.193
	Pardo	975.173	622.261	96.255	1.693.689
	Total	1.558.280	1.148.231	249.994	2.956.505
Natal	Branco	184.324	197.987	82.620	464.931
	Preto	28.123	14.574	2.999	45.696
	Pardo	283.332	195.525	44.073	522.930
	Total	495.779	408.086	129.692	1.033.557
Recife	Branco	740.322	383.984	271.002	1.395.308
	Preto	122.649	39.476	11.244	173.369
	Pardo	1.168.565	430.990	127.941	1.727.496
	Total	2.031.536	854.450	410.187	3.296.173
Salvador	Branco	118.322	368.092	171.743	658.157
	Preto	181.216	395.907	28.077	605.200
	Pardo	530.749	1.064.569	107.498	1.702.816
	Total	830.287	1.828.568	307.318	2.966.173
Belo Horizonte	Branco	1.047.085	788.553	226.029	2.061.667
	Preto	263.925	99.281	8.100	371.306
	Pardo	1.347.942	492.332	27.408	1.867.682
	Total	2.658.952	1.380.166	261.537	4.300.655
Vitória	Branco	272.299	212.525	154.000	638.824
	Preto	56.733	28.860	10.425	96.018
	Pardo	411.631	194.731	67.397	673.759
	Total	740.663	436.116	231.822	1.408.601
Rio de Janeiro	Branco	2.335.350	2.703.520	742.498	5.781.368
	Preto	669.621	448.395	24.591	1.142.607
	Pardo	2.345.935	1.409.568	76.317	3.831.820
	Total	5.350.906	4.561.483	843.406	10.755.795
São Paulo	Branco	2.447.862	7.128.311	2.138.700	11.714.873
	Preto	255.995	560.471	56.143	872.609
	Pardo	1.800.279	2.825.440	198.260	4.823.979
	Total	4.504.136	10.514.222	2.393.103	17.411.461
Campinas	Branco	1.082.669	488.797	174.480	1.745.946
	Preto	70.979	28.978	3.887	103.844
	Pardo	354.020	85.217	10.670	449.907
	Total	1.507.668	602.992	189.037	2.299.697
Curitiba	Branco	678.121	1.202.589	340.840	2.221.550
	Preto	27.924	38.936	4.148	71.008
	Pardo	173.223	202.756	16.073	392.052
	Total	879.268	1.444.281	361.061	2.684.610
Maringá	Branco	135.660	174.226	35.537	345.423
	Preto	7.697	6.854	391	14.942
	Pardo	55.025	42.138	2.726	99.889
	Total	198.382	223.218	38.654	460.254
Florianópolis	Branco	135.865	396.563	101.274	633.702
	Preto	4.464	19.936	3.199	27.599
	Pardo	6.317	29.597	5.632	41.546
	Total	146.646	446.096	110.105	702.847
Porto Alegre	Branco	979.521	1.596.759	611.066	3.187.346
	Preto	65.645	163.056	28.560	257.261
	Pardo	72.781	142.479	26.560	241.820
	Total	1.117.947	1.902.294	666.186	3.686.427
Goiânia	Branco	223.201	526.391	128.202	877.794
	Preto	30.085	37.568	2.809	70.462
	Pardo	254.728	385.561	29.297	669.586
	Total	508.014	949.520	160.308	1.617.842
Brasília	Branco	602.222	596.468	164.771	1.363.461
	Preto	90.442	53.046	5.500	148.988
	Pardo	863.106	502.107	34.042	1.399.255
	Total	1.555.770	1.151.621	204.313	2.911.704
Manaus	Branco	168.563	230.618	48.975	448.156
	Preto	17.304	15.132	1.767	34.203
	Pardo	429.778	417.403	51.574	898.755
	Total	615.645	663.153	102.316	1.381.114

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

TABELA 4.2: Composição por cor das áreas segundo o contexto socioespacial em números relativos, por GEUB – 2000

	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Belém	Branca	25,3	31,5	55,2	31,1
	Preta	5,6	4,8	3,1	5,0
	Parda	69,2	63,7	41,7	64,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Fortaleza	Branca	33,8	43,2	59,6	39,6
	Preta	3,6	2,6	1,9	3,1
	Parda	62,6	54,2	38,5	57,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Natal	Branca	37,2	48,5	63,7	45,0
	Preta	5,7	3,6	2,3	4,4
	Parda	57,1	47,9	34,0	50,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Recife	Branca	36,4	44,9	66,1	42,3
	Preta	6,0	4,6	2,7	5,3
	Parda	57,5	50,4	31,2	52,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Salvador	Branca	14,3	20,1	55,9	22,2
	Preta	21,8	21,7	9,1	20,4
	Parda	63,9	58,2	35,0	57,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Belo Horizonte	Branca	39,4	57,1	86,4	47,9
	Preta	9,9	7,2	3,1	8,6
	Parda	50,7	35,7	10,5	43,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Vitória	Branca	36,8	48,7	66,4	45,4
	Preta	7,7	6,6	4,5	6,8
	Parda	55,6	44,7	29,1	47,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Rio de Janeiro	Branca	43,6	59,3	88,0	53,8
	Preta	12,5	9,8	2,9	10,6
	Parda	43,8	30,9	9,0	35,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
São Paulo	Branca	54,3	67,8	89,4	67,3
	Preta	5,7	5,3	2,3	5,0
	Parda	40,0	26,9	8,3	27,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Campinas	Branca	71,8	81,1	92,3	75,9
	Preta	4,7	4,8	2,1	4,5
	Parda	23,5	14,1	5,6	19,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Curitiba	Branca	77,1	83,3	94,4	82,8
	Preta	3,2	2,7	1,1	2,6
	Parda	19,7	14,0	4,5	14,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Maringá	Branca	68,4	78,1	91,9	75,1
	Preta	3,9	3,1	1,0	3,2
	Parda	27,7	18,9	7,1	21,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Florianópolis	Branca	92,6	88,9	92,0	90,2
	Preta	3,0	4,5	2,9	3,9
	Parda	4,3	6,6	5,1	5,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Porto Alegre	Branca	87,6	83,9	91,7	86,5
	Preta	5,9	8,6	4,3	7,0
	Parda	6,5	7,5	4,0	6,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Goiânia	Branca	43,9	55,4	80,0	54,3
	Preta	5,9	4,0	1,8	4,4
	Parda	50,1	40,6	18,3	41,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Brasília	Branca	38,7	51,8	80,6	46,8
	Preta	5,8	4,6	2,7	5,1
	Parda	55,5	43,6	16,7	48,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Manaus	Branca	27,4	34,8	47,9	32,4
	Preta	2,8	2,3	1,7	2,5
	Parda	69,8	62,9	50,4	65,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

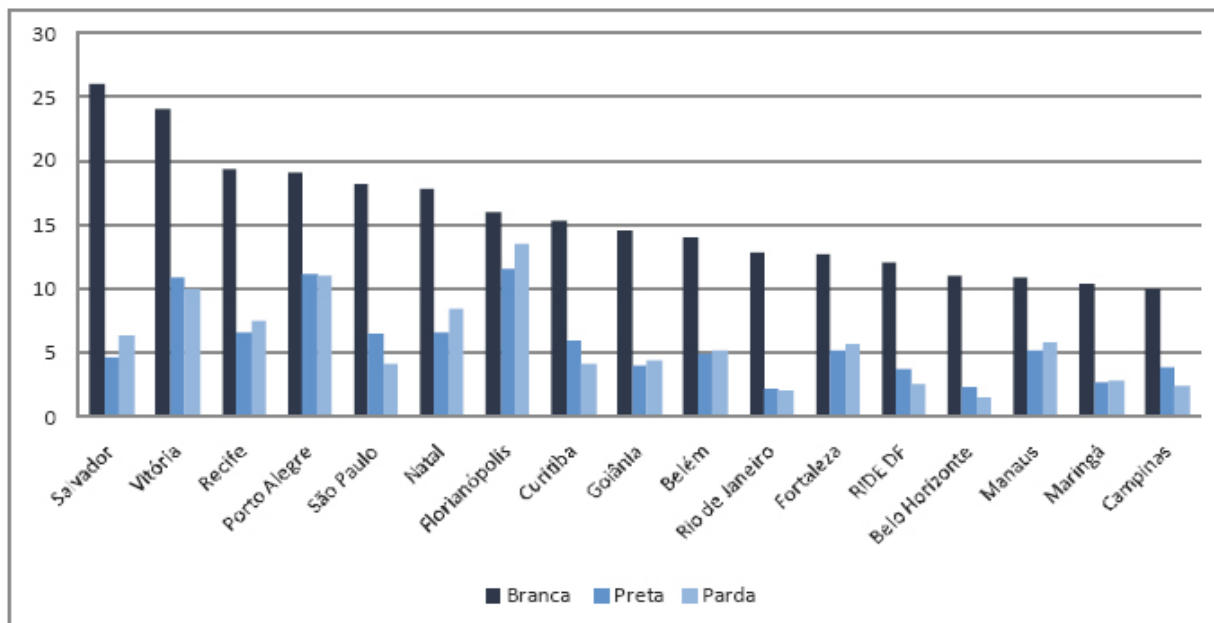
TABELA 4.3: Composição por cor das áreas segundo o contexto socioespacial, por GEUB – 2000

	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Belém	Branca	30,0	56,0	14,0	100,0
	Preta	41,5	53,6	4,9	100,0
	Parda	39,9	54,9	5,2	100,0
	Total	36,9	55,2	7,9	100,0
Fortaleza	Branca	45,0	42,3	12,7	100,0
	Preta	61,7	33,2	5,1	100,0
	Parda	57,6	36,7	5,7	100,0
	Total	52,7	38,8	8,5	100,0
Natal	Branca	39,6	42,6	17,8	100,0
	Preta	61,5	31,9	6,6	100,0
	Parda	54,2	37,4	8,4	100,0
	Total	48,0	39,5	12,5	100,0
Recife	Branca	53,1	27,5	19,4	100,0
	Preta	70,7	22,8	6,5	100,0
	Parda	67,6	24,9	7,4	100,0
	Total	61,6	25,9	12,4	100,0
Salvador	Branca	18,0	55,9	26,1	100,0
	Preta	29,9	65,4	4,6	100,0
	Parda	31,2	62,5	6,3	100,0
	Total	28,0	61,6	10,4	100,0
Belo Horizonte	Branca	50,8	38,2	11,0	100,0
	Preta	71,1	26,7	2,2	100,0
	Parda	72,2	26,4	1,5	100,0
	Total	61,8	32,1	6,1	100,0
Vitória	Branca	42,6	33,3	24,1	100,0
	Preta	59,1	30,1	10,9	100,0
	Parda	61,1	28,9	10,0	100,0
	Total	52,6	31,0	16,5	100,0
Rio de Janeiro	Branca	40,4	46,8	12,8	100,0
	Preta	58,6	39,2	2,2	100,0
	Parda	61,2	36,8	2,0	100,0
	Total	49,7	42,4	7,8	100,0
São Paulo	Branca	20,9	60,8	18,3	100,0
	Preta	29,3	64,2	6,4	100,0
	Parda	37,3	58,6	4,1	100,0
	Total	25,9	60,4	13,7	100,0
Campinas	Branca	62,0	28,0	10,0	100,0
	Preta	68,4	27,9	3,7	100,0
	Parda	78,7	18,9	2,4	100,0
	Total	65,6	26,2	8,2	100,0
Curitiba	Branca	30,5	54,1	15,3	100,0
	Preta	39,3	54,8	5,8	100,0
	Parda	44,2	51,7	4,1	100,0
	Total	32,8	53,8	13,4	100,0
Maringá	Branca	39,3	50,4	10,3	100,0
	Preta	51,5	45,9	2,6	100,0
	Parda	55,1	42,2	2,7	100,0
	Total	43,1	48,5	8,4	100,0
Florianópolis	Branca	21,4	62,6	16,0	100,0
	Preta	16,2	72,2	11,6	100,0
	Parda	15,2	71,2	13,6	100,0
	Total	20,9	63,5	15,7	100,0
Porto Alegre	Branca	30,7	50,1	19,2	100,0
	Preta	25,5	63,4	11,1	100,0
	Parda	30,1	58,9	11,0	100,0
	Total	30,3	51,6	18,1	100,0
Goiânia	Branca	25,4	60,0	14,6	100,0
	Preta	42,7	53,3	4,0	100,0
	Parda	38,0	57,6	4,4	100,0
	Total	31,4	58,7	9,9	100,0
Brasília	Branca	44,2	43,7	12,1	100,0
	Preta	60,7	35,6	3,7	100,0
	Parda	61,7	35,9	2,4	100,0
	Total	53,4	39,6	7,0	100,0
Manaus	Branca	37,6	51,5	10,9	100,0
	Preta	50,6	44,2	5,2	100,0
	Parda	47,8	46,4	5,7	100,0
	Total	44,6	48,0	7,4	100,0

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

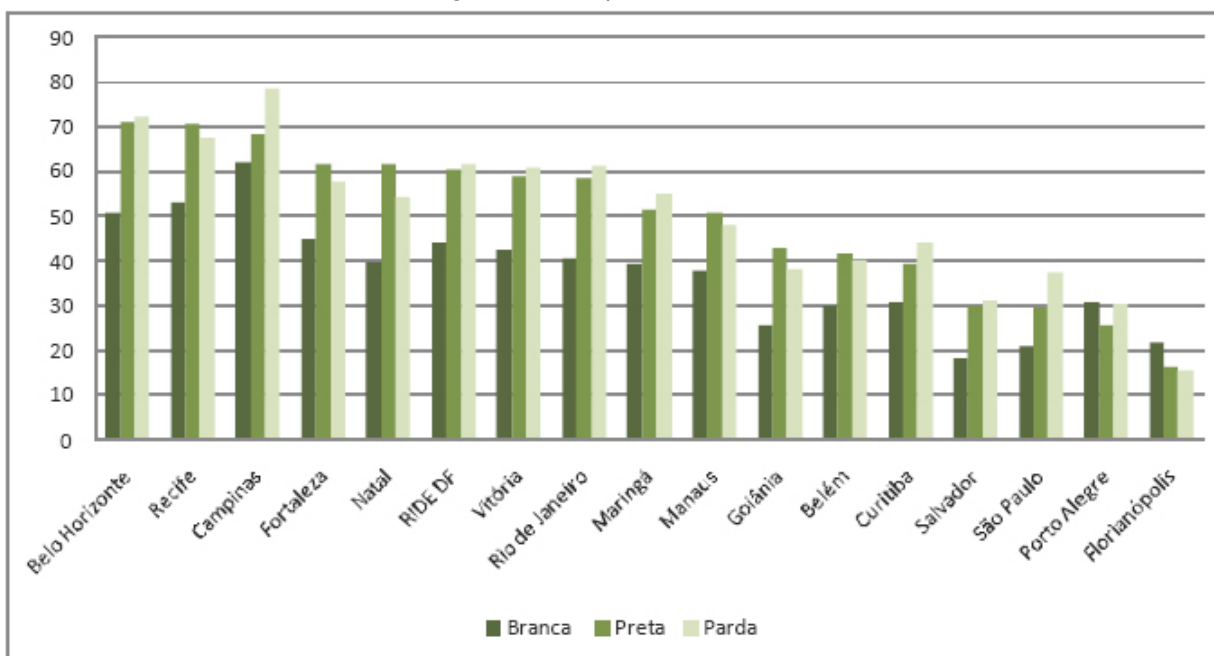
O Gráfico 4.6 mostra que os territórios de baixo contexto social se caracterizam como concentradores da população preta na maioria dos GEUBs. Queremos dizer que em Belo Horizonte, Recife, Campinas, Fortaleza, Natal, Brasília, Vitória, Rio de Janeiro, Maringá e Manaus, mais de 50% do total da população que se declaram como pretos residem nesse tipo de espaço.

GRÁFICO 4.6: Percentual de pessoas nas áreas de alto contexto social, segundo a cor, por GEUB – 2000



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000.

GRÁFICO 4.7: Percentual de pessoas nas áreas de baixo contexto social, segundo a cor, por GEUB – 2000

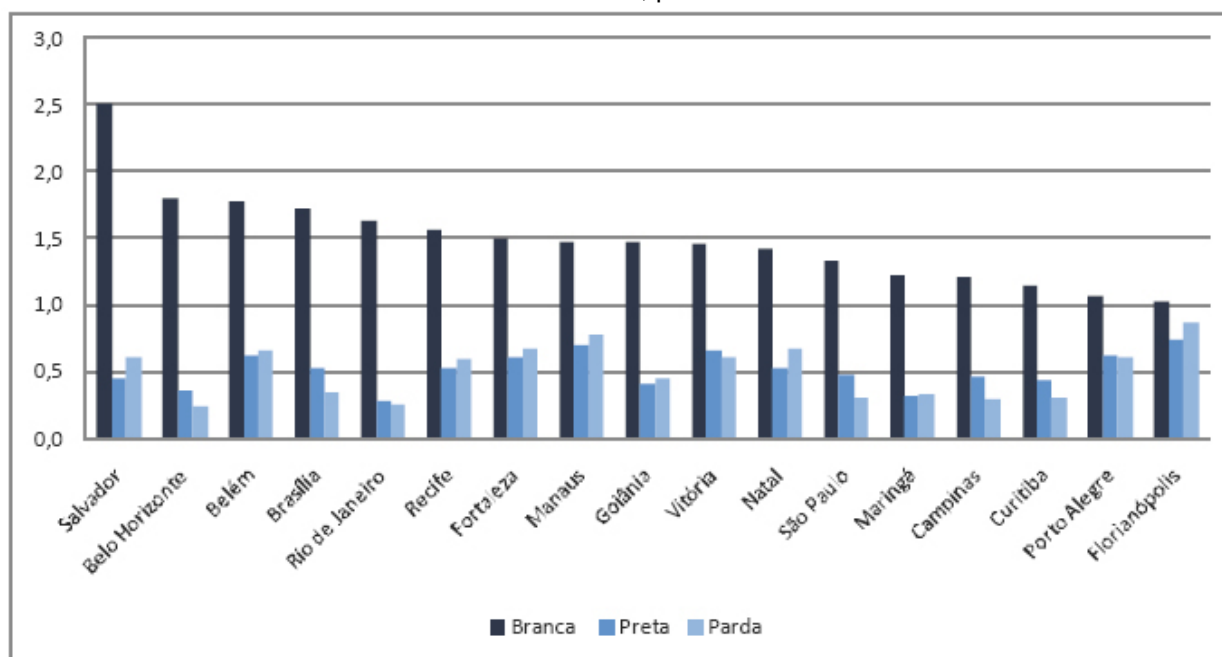


Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000.

Os Gráficos 4.8 e 4.9 trazem uma medida síntese da concentração das pessoas segundo a cor declarada em 2000. Trata-se da densidade relativa de cada cor nos territórios de alto e baixo contexto social. Salvador apresenta a maior concentração de Brancos nas áreas de alto contexto social, onde a densidade relativa chega a 2,5%. Podemos ver no gráfico 5.8 que a densidade de concentração de brancos nos espaços de alto contexto social em Salvador é bem mais elevada do que nos outros GEUBs, mas vale ressaltar que esse mesmo indicador é superior a 1,5, em Belo Horizonte, Belém, Brasília, no Rio de Janeiro e Recife. Por outro lado, embora as pessoas que se declararam brancas sejam maioria nesses GEUBs, Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba, apresentam os menores índices, entre 1% e 1,1%.

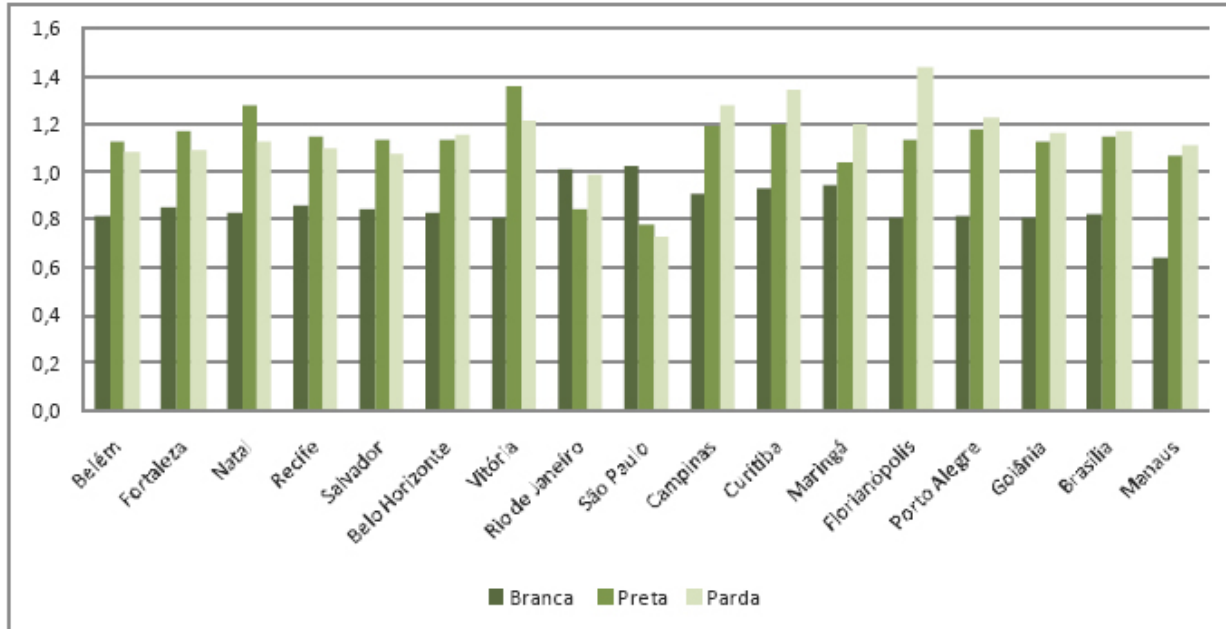
Podemos notar também, observando o Gráfico 4.8, que é baixa a concentração de pessoas de cor negra nesses espaços, pois a densidade relativa não chega a 1% em nenhum dos GEUBs analisados. Em contrapartida, quando olhamos para o Gráfico 5.9, vemos a concentração das pessoas de cor negra nos espaços de baixo contexto social. Nos GEUBs de Fortaleza, Campinas, Brasília e Maringá a densidade é superior a 1,20%, indicando alta concentração de pessoas de cor negra nos espaços de baixo contexto social.

GRÁFICO 4.8: Densidade relativa da composição por cor das áreas de alto contexto social, por GEUB – 2000



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000.

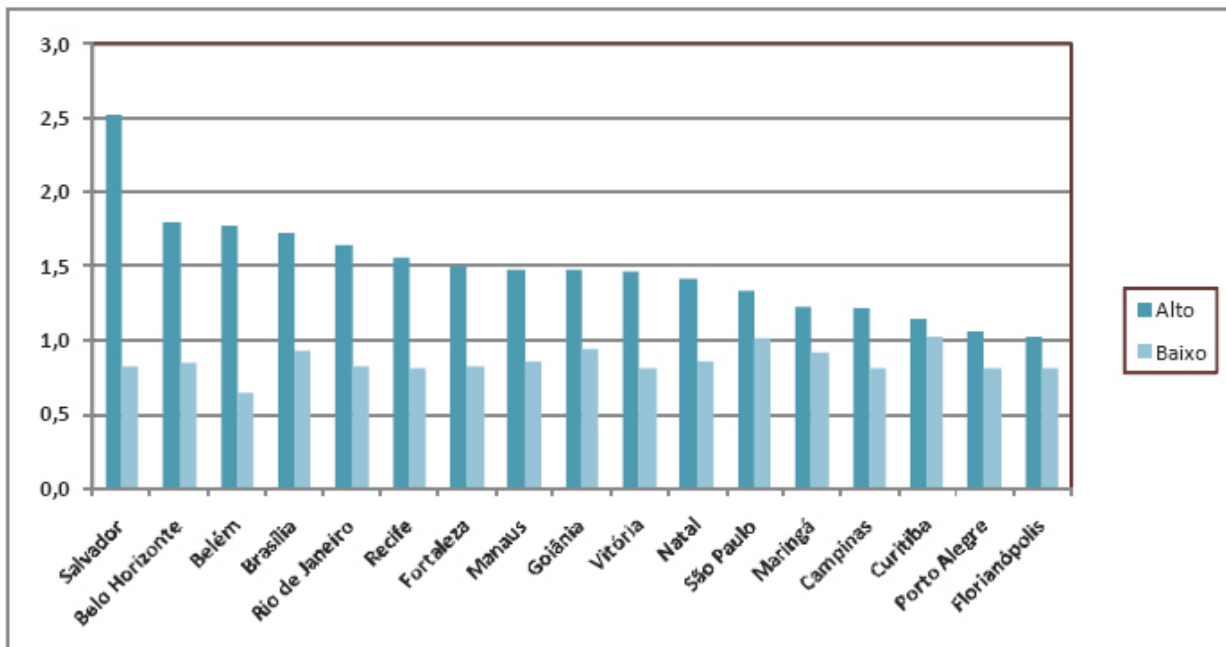
GRÁFICO 4.9: Densidade relativa da composição por cor das áreas de baixo contexto social, por GEUB – 2000



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000.

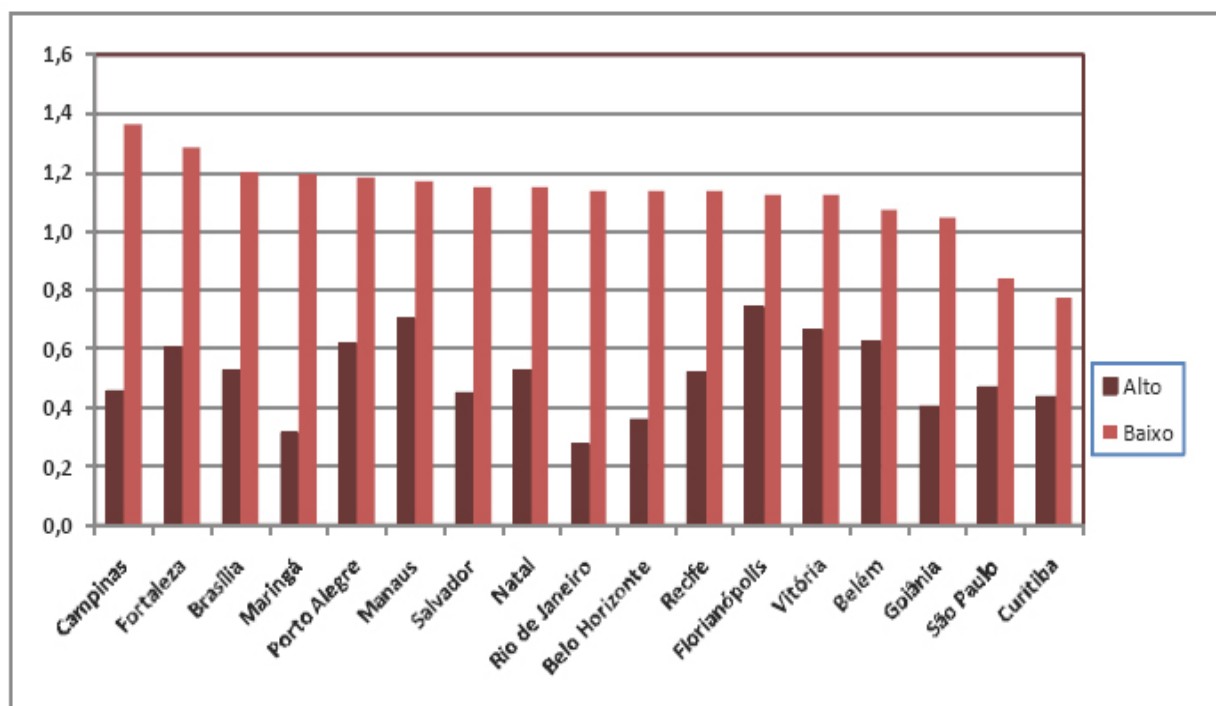
Ao mesmo tempo, podemos ver também a baixa concentração de pessoas de cor preta nos espaços de alto contexto social e a baixa concentração de pessoas de cor branca nos espaços de baixo contexto social, observando os gráficos 4.10 e 4.11.

GRÁFICO 4.10: Densidade relativa da população que se declarou de cor branca segundo o contexto social, por GEUB – 2000



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000.

GRÁFICO 4.11: Densidade relativa da população que se declarou de cor preta segundo o contexto social, por GEUB – 2000



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000.

Não podemos, portanto, a partir dos resultados do tópico anterior constatar a existência de sinais da *racialização* da hierarquia socioespacial, ou seja, de que existem espaços de brancos e espaços de “negros”. De certa forma, podemos dizer em linhas gerais que a distribuição dos segmentos de cor pela hierarquia socioespacial dos GEUBs considerados se dá de acordo mais com um fenômeno de concentração territorial dos brancos de maior *status social*, portanto, maior prestígio e poder social, do que de um afastamento compulsório dos “negros” e dos brancos de baixo *status*. O que ocorre, portanto, é um relativo *embranquecimento* das posições de *status* superiores, dado que “negros” e brancos não estão separados no espaço conforme a tese clássica da segregação racial.

Podemos formular, então, algumas indagações a respeito da importância dessa proximidade territorial para as “relações interraciais”⁸. Por exemplo, tal proximidade facilita a sociabilidade entre os grupos de cor na direção de maior interação ou mesmo miscigenação, agindo, portanto, como fator que impede ou dificulta atitudes discriminatórias? Ou, ao contrário, em que medida essa proximidade bloqueia a adoção pelos “negros” de uma consciência mais clara da sua condição de grupo social em desvantagem e, portanto, com maior capacidade de lutar pela igualdade racial? Não temos condições neste texto de responder a essas questões. Mas, com os dados que dispomos, podemos investigar se essa proximidade territorial gera alguma vantagem para os grupos de pardos e pretos, já que a localização na cidade está associada ao controle de recursos que aumentam ou diminuem o bem-estar social e as oportunidades.

Procuramos responder a essa pergunta analisando as desigualdades entre brancos e “negros” (pretos e pardos) no que concerne às condições habitacionais que determinam o nível do bem-estar social urbano e às oportunidades de inserção na sociedade. No primeiro aspecto, as desigualdades resultam da ação do Estado na distribuição dos serviços coletivos que complementam a função da reprodução social da moradia e das condições de mercado imobiliário residencial que distribuem,

8 Termo utilizado pelos estudiosos do assunto.

pelo filtro dos preços, as pessoas no território e regulam o acesso às condições de conforto; já o segundo aspecto será tratado no tópico seguinte.

Na Tabela 4.4 apresentamos os percentuais de indivíduos residentes em domicílios com adensamento habitacional excessivo. Quanto a esse indicador de bem-estar, é bastante nítida a proximidade entre a distribuição dos percentuais de indivíduos residentes em domicílios nessa situação, com a hierarquia socioespacial dos locais de residência, ou seja, quanto mais baixo o status do território em termos do nível de escolaridade do domicílio, maiores são os percentuais de indivíduos residentes em domicílios com adensamento habitacional; e quanto maior o status do território de acordo com o contexto social, menores são os percentuais de indivíduos residentes em domicílios em condições de adensamento habitacional. Essa relação entre adensamento habitacional e clima contexto social de residência mantém a mesma lógica em todas as categorias de cor em maior ou menor medida. Contudo, a tese de que negros e pardos se beneficiariam da proximidade com brancos em termos de indicadores de bem-estar social urbano não se confirma já que, na maioria dos casos, os percentuais de indivíduos em domicílios densos permanecem com significativas diferenças entre brancos e “negros”; e, em alguns casos, a queda no percentual de indivíduos residentes em domicílios densos evidenciada para brancos não é acompanhada na mesma medida pela queda nas taxas evidenciadas para pretos e pardos, sendo que os pretos continuam com percentuais elevados, como é o caso de Fortaleza, Salvador, São Paulo, Campinas, Porto Alegre e Manaus. Em um caso bastante extremo, Florianópolis, os percentuais para pretos e pardos aumentam no contexto de alto status, o que indica uma forte segregação racial no interior desses contextos.

Com relação ao indicador de carência de instalação sanitária, como podemos ver na Tabela 4.5, os resultados são mais indicativos dos benefícios ou não da proximidade entre brancos e “negros”. Na grande maioria dos casos, os patamares de carência de instalação sanitária caem abruptamente quando se aumenta o status do contexto social e sem muitas diferenças entre os percentuais para brancos e “negros”. Porém, na maioria dos casos, podemos destacar o peso da segregação racial devido aos diferenciais entre os índices de carência de instalação sanitária para brancos e “negros”, conforme podemos ver em Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e Manaus. Numa situação extrema, o percentual de pretos em domicílios com carência de instalação sanitária aumenta para contextos de alto status em relação aos de baixo status, como pode ser visto nos casos de Fortaleza, Recife, Belo Horizonte e Manaus. Manaus e Recife, especificamente, apresentam as maiores taxas de carência de instalação sanitária, muito elevadas no contexto de alto status.

TABELA 4.4: Percentual de indivíduos residentes em domicílios com adensamento habitacional excessivo* – 2000

	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Belém	Branca	28,5	20,2	5,9	20,7
	Preta	30,8	25,5	5,7	26,7
	Parda	32,8	24,8	9,0	27,2
	Total	31,6	23,4	7,2	25,1
Fortaleza	Branca	15,1	10,2	3,0	11,5
	Preta	20,5	15,9	14,6	18,6
	Parda	19,5	15,2	8,1	17,3
	Total	18,0	13,1	5,2	15,0
Natal	Branca	12,6	8,7	3,1	9,2
	Preta	14,5	20,7	8,0	16,0
	Parda	13,4	13,4	9,8	13,1
	Total	13,2	11,3	5,5	11,5
Recife	Branca	14,3	10,2	3,2	11,0
	Preta	19,7	14,1	11,8	17,9
	Parda	18,4	14,6	10,2	16,9
	Total	17,0	12,6	5,7	14,4
Salvador	Branca	17,2	10,9	2,4	9,8
	Preta	24,0	21,3	12,7	21,7
	Parda	23,4	18,6	8,0	19,5
	Total	22,7	17,7	5,3	17,8
Belo Horizonte	Branca	11,6	4,4	1,2	7,7
	Preta	18,2	13,6	10,4	16,8
	Parda	16,1	11,2	10,4	14,7
	Total	14,5	7,5	2,4	11,5
Vitória	Branca	10,9	5,3	1,8	6,8
	Preta	19,9	13,1	9,4	16,7
	Parda	17,2	10,1	7,2	14,2
	Total	15,1	7,9	3,7	11,0
Rio de Janeiro	Branca	18,2	8,6	2,4	11,7
	Preta	26,5	18,7	10,7	23,1
	Parda	24,6	16,5	10,0	21,3
	Total	22,1	12,0	3,3	16,3
São Paulo	Branca	24,6	15,4	4,5	15,3
	Preta	30,0	23,5	15,1	24,9
	Parda	31,5	26,0	18,4	27,7
	Total	27,6	18,7	5,9	19,2
Campinas	Branca	10,8	5,6	1,9	8,5
	Preta	18,7	13,7	9,7	17,0
	Parda	19,7	12,1	14,4	18,1
	Total	13,3	6,9	2,8	10,7
Curitiba	Branca	8,7	6,4	1,2	6,3
	Preta	12,3	10,7	5,5	11,0
	Parda	14,1	11,5	6,3	12,4
	Total	9,9	7,2	1,4	7,3
Maringá	Branca	4,5	3,5	1,1	3,7
	Preta	11,2	8,0	2,3	9,5
	Parda	7,1	7,1	3,2	7,0
	Total	5,5	4,3	1,3	4,6
Florianópolis	Branca	4,0	5,1	2,1	4,4
	Preta	13,8	11,1	16,9	12,2
	Parda	14,9	13,8	15,1	14,1
	Total	4,8	6,0	3,2	5,3
Porto Alegre	Branca	7,8	7,6	3,1	6,8
	Preta	15,8	16,3	14,6	16,0
	Parda	16,9	16,6	14,4	16,5
	Total	8,9	9,0	4,0	8,1
Goiânia	Branca	12,3	6,1	1,2	7,0
	Preta	18,0	11,7	5,6	14,1
	Parda	16,7	8,6	3,8	11,5
	Total	14,8	7,4	1,8	9,2
Brasília	Branca	13,6	5,9	1,9	8,8
	Preta	19,0	10,6	5,7	15,5
	Parda	17,2	9,8	5,1	14,2
	Total	15,9	7,8	2,6	11,8
Manaus	Branca	35,3	19,4	8,7	24,2
	Preta	37,9	25,0	25,2	31,5
	Parda	40,1	25,0	17,8	31,8
	Total	38,7	23,0	13,6	29,3

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

(*) Domicílios com mais de duas pessoas por dormitório.

TABELA 4.5: Percentual de indivíduos residentes em domicílios com carência de instalação sanitária – 2000

	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Belém	Branca	15,8	8,4	0,8	9,6
	Preta	20,8	12,4	1,8	15,3
	Parda	18,7	12,2	1,3	14,2
	Total	18,1	11,0	1,0	12,8
Fortaleza	Branca	9,9	2,8	1,1	5,8
	Preta	19,2	4,6	7,1	13,8
	Parda	14,2	4,8	3,5	10,1
	Total	12,9	3,9	2,2	8,5
Natal	Branca	3,7	2,0	0,1	2,3
	Preta	8,0	4,6	0,2	6,4
	Parda	5,9	3,5	0,1	4,5
	Total	5,2	2,8	0,1	3,6
Recife	Branca	11,6	7,1	3,0	8,7
	Preta	17,7	10,7	13,5	15,8
	Parda	15,9	11,3	9,8	14,3
	Total	14,4	9,4	5,4	12,0
Salvador	Branca	14,3	5,3	0,7	5,7
	Preta	22,3	10,6	6,2	13,9
	Parda	19,3	9,0	3,3	11,8
	Total	19,3	8,6	2,1	10,9
Belo Horizonte	Branca	7,8	1,7	0,3	4,7
	Preta	10,9	3,8	8,8	9,0
	Parda	10,4	3,6	4,6	8,5
	Total	9,4	2,5	1,0	6,7
Vitória	Branca	11,7	3,8	0,6	6,4
	Preta	16,4	7,3	3,3	12,2
	Parda	14,9	5,4	2,2	10,9
	Total	13,8	4,8	1,2	9,0
Rio de Janeiro	Branca	14,7	2,9	0,6	7,3
	Preta	18,8	6,2	1,7	13,5
	Parda	17,5	5,3	1,7	12,7
	Total	16,5	3,9	0,7	9,9
São Paulo	Branca	13,0	5,2	0,6	6,0
	Preta	16,5	8,5	3,1	10,5
	Parda	17,2	10,0	4,7	12,5
	Total	14,8	6,7	1,0	8,0
Campinas	Branca	3,1	0,9	0,3	2,2
	Preta	7,3	2,5	0,8	5,7
	Parda	6,3	2,9	1,7	5,5
	Total	4,0	1,3	0,4	3,0
Curitiba	Branca	11,0	4,5	0,7	5,9
	Preta	14,5	7,4	2,3	9,9
	Parda	17,3	8,0	3,0	11,9
	Total	12,4	5,0	0,8	6,9
Maringá	Branca	0,4	0,1	0,0	0,2
	Preta	1,4	0,7	0,0	1,0
	Parda	0,9	0,3	0,0	0,6
	Total	0,6	0,1	0,0	0,3
Florianópolis	Branca	18,4	3,7	0,5	6,3
	Preta	23,6	8,2	1,8	9,9
	Parda	14,0	7,3	5,9	8,1
	Total	18,3	4,1	0,8	6,6
Porto Alegre	Branca	7,9	4,8	1,4	5,1
	Preta	13,8	8,4	5,7	9,5
	Parda	13,0	10,2	6,6	10,6
	Total	8,6	5,5	1,8	5,8
Goiânia	Branca	2,6	1,0	0,3	1,3
	Preta	5,5	2,6	0,3	3,7
	Parda	3,2	1,4	0,8	2,0
	Total	3,1	1,2	0,4	1,7
Brasília	Branca	2,6	0,4	0,1	1,3
	Preta	5,1	0,5	0,3	3,3
	Parda	3,5	0,7	1,1	2,5
	Total	3,3	0,5	0,2	2,0
Manaus	Branca	16,7	11,2	4,8	12,6
	Preta	25,7	16,0	18,7	21,0
	Parda	19,0	16,5	9,7	17,3
	Total	18,5	14,7	7,5	15,9

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

5. EFEITO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL SOBRE AS DESIGUALDADES HABITACIONAIS

Neste ponto, buscamos estimar os efeitos do contexto social de residência e da cor do indivíduo sobre as situações de desigualdades habitacionais controlados pela renda familiar per capita. Nesse caso, selecionamos como variáveis independentes, a fim de explicar os fatores que influenciam nas desigualdades habitacionais, a situação de adensamento habitacional excessivo e carência de instalação sanitária.

5.1. Adensamento habitacional excessivo

Na Tabela 5.1 apresentamos os resultados para o modelo que estima os efeitos das variáveis de cor e contexto social de residência, controladas pela variável de renda per capita familiar. Em todos os GEUBs encontramos efeitos significativos para pretos e pardos em relação a brancos. Os maiores efeitos de risco de estar em situação de adensamento habitacional excessivo para indivíduos de cor preta foram encontrados nos GEUBs de Maringá, Florianópolis e Porto Alegre. Em Florianópolis o risco foi 1,97 vezes maior do que o risco estimado para brancos; já em Maringá, o risco de estar em situação de adensamento habitacional excessivo foi estimado em 1,97 vezes; e Porto Alegre apresentou o terceiro maior risco, sendo de 1,73 vezes. No caso do indivíduo ser de cor parda o risco é em geral um pouco menor do que o risco para o caso de pessoas de cor preta, somente em Belém, São Paulo, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, e Manaus. Esse resultado nos é interessante, pois mesmo com o controle das variáveis de renda familiar per capita e de contexto social de residência a cor do indivíduo apresenta efeito significativo sobre a situação de adensamento habitacional excessivo em todos os GEUBs considerados. Esse efeito significativo indica que as condições de habitação são significativamente relacionadas com a segregação racial em todos os GEUBs considerados; ou seja, podemos dizer que pretos e pardos apresentam maior risco de residirem em domicílios com adensamento excessivo do que brancos. Dizendo de outro modo, sabemos que o adensamento habitacional excessivo ocorre por uma insuficiência na oferta de moradia de baixo custo e de qualidade em algumas áreas da cidade, seja por opção do mercado imobiliário, seja por escolha do Estado. Caso não houvesse uma marcada segregação racial, os indivíduos brancos, pretos e pardos desfrutariam dos mesmos níveis de risco de residirem em domicílios com adensamento habitacional excessivo, o que não ocorre nos GEUBs pesquisados.

Da mesma forma, evidenciamos um efeito significativo do risco de um indivíduo residir em domicílio com adensamento habitacional excessivo de acordo com os territórios classificados a partir do contexto social. Os resultados encontrados são de acordo com a hipótese de que o contexto social de residência dos indivíduos teria forte correlação com as condições habitacionais de residência, numa hipótese de segregação socioespacial, cuja dinâmica urbana determina territórios hierarquizados. Em todos os GEUBs considerados evidenciamos efeitos significativos do contexto social de residência sobre o adensamento habitacional excessivo. Contudo, os efeitos maiores são evidenciados para a renda familiar per capita, uma vez que era esperado que a renda tivesse efeito direto sobre o adensamento habitacional excessivo.

TABELA 5.1: Estimação do efeito do contexto social sobre a situação de adensamento habitacional excessivo nos GEUBs – 2000

(continua)

	Risco relativo									
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo	
Preto	1,11	1,27	1,36	1,22	1,42	1,58	1,57	1,49	1,37	
Pardo	1,14	1,24	1,13	1,18	1,32	1,38	1,40	1,39	1,47	
Renda familiar per capita até 1/2 SM	4,53	5,68	7,46	7,36	7,05	8,32	9,93	5,37	4,17	
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	2,77	2,64	3,65	3,24	3,45	3,97	4,40	3,23	3,05	
Contexto social baixo	2,23	1,49	0,90	1,37	1,67	2,29	1,62	2,96	2,64	
Contexto social médio	2,00	1,50	1,23	1,35	1,70	1,93	1,33	2,20	2,25	

(conclusão)

	Risco relativo								
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus	
Preto	1,81	1,33	1,77	1,97	1,73	1,45	1,37	1,12	
Pardo	1,85	1,47	1,37	2,31	1,79	1,28	1,23	1,14	
Renda familiar per capita até 1/2 SM	5,58	7,61	7,73	8,56	9,68	7,02	5,73	4,21	
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	3,76	3,74	3,58	4,63	4,47	3,53	3,23	2,69	
Contexto social baixo	2,67	2,57	1,74	0,92	1,02	2,98	2,37	1,94	
Contexto social médio	1,81	2,98	2,06	1,47	1,21	2,22	1,99	1,35	

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE

(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

Na Tabela 5.2 apresentamos os modelos estimados para cada um dos GEUBs sobre a situação de adensamento habitacional considerando somente brancos. O objetivo deste modelo separando as pessoas de cor branca tem como objetivo estimar os efeitos do contexto social de residência controlado pelo efeito da renda familiar per capita somente para pessoas de cor branca. Evidenciamos resultados bastante parecidos com os resultados encontrados para o modelo com a população total dos GEUBs. A proporção dos efeitos permanece a mesma, porém os riscos são um pouco maiores para as variáveis de renda familiar per capita e contexto social de residência, se comparados com os resultados do modelo anterior.

TABELA 5.2: Estimação do efeito do contexto social sobre a situação de adensamento habitacional excessivo, considerando apenas brancos, nos GEUBs – 2000

(continua)

	Risco relativo									
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo	
Renda familiar per capita até 1/2 SM	4,74	6,47	8,80	7,94	8,49	9,74	11,58	5,58	4,52	
Renda familiar per capita de 1/2SM a 1 SM	2,99	2,92	3,99	3,49	4,20	4,75	5,19	3,54	3,38	
Contexto social baixo	2,37	1,87	1,38	1,84	2,33	3,70	2,17	3,81	3,23	
Contexto social médio	2,12	1,86	1,52	1,72	2,08	2,42	1,66	2,48	2,55	

(conclusão)

	Risco relativo								
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus	
Renda familiar per capita até 1/2 SM	5,90	8,00	7,81	9,40	10,22	7,63	6,55	4,75	
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	4,08	3,79	3,99	5,09	4,76	3,93	3,71	3,06	
Contexto social baixo	3,55	3,00	1,65	n.s.	1,14	3,65	2,59	2,52	
Contexto social médio	2,36	3,48	1,89	1,82	1,34	2,83	2,02	1,70	

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE

(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

Na Tabela 5.3 apresentamos os modelos estimados para cada um dos GEUBs sobre a situação de adensamento habitacional considerando somente indivíduos de cor preta. Com base neste modelo podemos ver que para a situação de adensamento habitacional, considerando as variáveis de renda familiar per capita e contexto social de residência, essas variáveis apresentam grandes efeitos de risco; contudo, se comparamos os resultados para pretos e pardos, a variável de renda diminui o seu efeito de risco em todos os GEUBs, indicando que no caso de pessoas pretas, outras variáveis apresentam maior efeito de risco do que a renda per capita familiar, apesar dessa variável ainda apresentar o maiores efeitos de risco de residir em domicílios com adensamento habitacional excessivo. Quanto ao contexto social de residência, evidenciamos a mesma diminuição sistemática dos efeitos de risco, exceto em Belém. Esse resultado pode ser explicado pela maior homogeneidade com que as variáveis de renda familiar per capita e contexto social de residência se distribuem no caso de indivíduos de cor preta.

TABELA 5.3: Estimação do efeito do contexto social sobre a situação de adensamento habitacional excessivo, considerando apenas pretos, nos GEUBs – 2000

(continua)									
	Risco relativo								
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Renda familiar per capita até 1/2 SM	4,88	4,70	4,56	7,16	5,35	5,58	6,60	4,49	2,94
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	2,62	1,91	1,95	3,43	2,75	2,79	3,17	2,62	2,17
Contexto social baixo	2,96	0,61	n.s.	1,08	1,14	1,37	1,33	1,63	1,30
Contexto social médio	3,03	0,65	2,19	n.s.	1,28	1,30	1,20	1,38	1,17

(conclusão)									
	Risco relativo								
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus	
Renda familiar per capita até 1/2 SM	4,10	6,13	5,15	4,21	5,86	5,54	4,29	2,94	
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	3,06	3,08	0,58	2,79	2,94	2,96	2,54	2,14	
Contexto social baixo	1,37	1,35	2,34	0,77	0,63	1,61	1,95	1,16	
Contexto social médio	1,18	1,66	2,08	0,66	0,79	1,39	1,70	n.s.	

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE
(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

Na Tabela 5.4 apresentamos os modelos estimados para cada um dos GEUBs sobre a situação de adensamento habitacional considerando somente indivíduos de cor parda. Comparando os dados desta tabela com os resultados obtidos no modelo anterior, que considerava somente pessoas pretas, as estimativas dos efeitos para o contexto social de residência são bastante próximas e um pouco menores. Os casos que fogem a esse padrão são: Belém e Maringá, onde o risco estimado para o contexto social é bem menor do que o risco estimado para indivíduos pretos; Fortaleza, onde o risco estimado para o contexto social de residência é significativo e de 1,24 no contexto baixo e 1,26 vezes no contexto médio; e Natal, onde evidenciamos um efeito de proteção para os dois contextos sociais considerados.

TABELA 5.4: Estimação do efeito do contexto social sobre a situação de adensamento habitacional excessivo, considerando apenas pardos, nos GEUBs – 2000

(continua)

	Risco relativo								
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Renda familiar per capita até 1/2 SM	4,04	4,76	6,02	6,14	6,16	6,20	8,06	4,10	2,75
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	2,50	2,31	3,18	2,76	3,13	3,17	3,71	2,59	2,06
Contexto social baixo	1,95	1,24	0,80	1,04	1,43	1,08	1,29	1,44	1,13
Contexto social médio	1,74	1,26	0,90	1,06	1,44	1,07	1,08	1,18	1,05

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Renda familiar per capita até 1/2 SM	3,75	5,66	7,11	4,79	6,09	5,95	4,87	3,54
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	2,59	3,22	3,62	2,68	2,95	3,04	2,78	2,26
Contexto social baixo	n.s.	1,23	n.s.	0,72	0,68	2,01	1,67	1,56
Contexto social médio	0,68	1,40	1,43	0,76	0,77	1,42	1,47	1,10

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE
(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

5.2. Carência de instalação sanitária

A fim de estimarmos os efeitos da cor e do contexto social de residência sobre o risco de residir em domicílio com carência de instalação sanitária, aplicamos um modelo de regressão logística em cada um dos GEUBs considerados. Os resultados das estimativas dos coeficientes dos modelos são apresentados na tabela abaixo. Fica evidente a partir desses resultados, que há um efeito de segregação racial que apresenta forte relação com a situação de carência de instalação sanitária, dado que em todos os GEUBs encontramos efeitos de risco significativos para cada uma das categorias de cor. Em Maringá encontramos o maior risco para indivíduos de cor preta. É 2,73 vezes maior do que o risco estimado para brancos. Da mesma forma, indivíduos de cor parda apresentam um risco de 1,68. No caso de Maringá o contexto social de residência não apresentou diferenças significativas entre as categorias utilizadas, o que indica que a cor e a renda têm um papel maior na explicação dessa situação de risco. GEUBs como Fortaleza, Recife e Manaus apresentaram efeitos de risco significativos, porém, baixos para o nível dos efeitos evidenciados para os demais contextos sociais. Dentre os efeitos de risco significativo para o contexto social, destacamos os GEUBs de Belém, Natal, Rio de Janeiro e Florianópolis, devido aos elevados efeitos evidenciados para o contexto social baixo em relação ao contexto social alto, todos acima de 10 vezes. Nesses casos também fica claro que o contexto social de residência explica mais o risco de residir em domicílio com carência de instalação sanitária do que a renda per capita familiar, o que indica um forte efeito de segregação socioespacial. Porém, em casos como Fortaleza, Recife, Porto Alegre, Goiânia, Brasília e Manaus, a renda per capita apresenta um efeito de risco maior do que para o contexto social de residência.

TABELA 5.5: Estimação do efeito do contexto social sobre a situação de carência de instalação sanitária nos GEUBs – 2000

(continua)

	Risco relativo									
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo	
Preto	1,37	1,75	1,88	1,46	1,58	1,40	1,38	1,34	1,40	
Pardo	1,27	1,35	1,41	1,33	1,35	1,32	1,22	1,22	1,53	
Renda familiar per capita até 1/2 SM	2,93	6,98	9,32	4,07	3,61	2,65	2,36	2,33	2,89	
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	2,07	2,94	3,37	2,27	2,19	1,87	2,00	1,77	2,18	
Contexto social baixo	10,40	2,36	17,73	1,44	4,85	5,88	7,98	15,60	9,01	
Contexto social médio	7,32	0,96	15,08	1,15	2,41	1,94	3,28	4,27	4,88	

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Cunitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Preto	1,99	1,30	2,73	1,64	1,42	1,98	1,64	1,54
Pardo	1,78	1,49	1,68	1,30	1,57	1,15	1,24	1,22
Renda familiar per capita até 1/2 SM	4,21	4,56	9,03	2,62	5,91	4,70	7,20	2,87
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	2,82	2,64	2,05	1,95	3,17	2,16	2,82	2,00
Contexto social baixo	5,60	7,80	n.s.	16,79	2,78	3,53	4,36	1,62
Contexto social médio	2,27	4,27	n.s.	3,86	1,94	2,09	1,32	1,59

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE
(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

Já na Tabela 5.6, apresentamos os resultados para o modelo que estima os efeitos das variáveis de cor e contexto social de residência sobre o risco de residir em domicílio com carência de instalação sanitária, agora considerando apenas indivíduos de cor branca. Fica claro com base nesses resultados o efeito do contexto social de residência sobre a situação de carência de instalação de pessoas brancas. Somente nos casos de Fortaleza, Recife e Manaus, encontramos efeitos de risco maiores para a renda familiar per capita do que para o contexto social de residência, o que indica que os diferentes contextos sociais são afetados de maneira bastante parecida. Portanto, os efeitos de risco significativos para a situação de carência de instalação sanitária são maiores para as classes de menor renda per capita familiar do que para as classes de maior renda. No GEUB de Florianópolis o efeito de risco para o contexto social baixo é 31,63 vezes maior do que o risco estimado para o contexto de alto status. Por outro lado, em Maringá (um dos GEUBs que apresentam riscos maiores para a variável de renda familiar per capita), o risco de residir em domicílio com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo é 12,59 vezes maior do que o risco estimado para a classe de renda acima de 1 salário mínimo.

TABELA 5.6: Estimação do efeito do contexto social sobre a situação de carência de instalação sanitária, considerando apenas brancos, nos GEUBs – 2000

(continua)

	Risco relativo								
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Renda familiar per capita até 1/2 SM	3,19	8,37	10,97	4,62	4,78	2,99	2,59	2,48	3,23
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	2,33	3,25	3,95	2,59	3,06	2,11	2,13	1,99	2,42
Contexto social baixo	10,97	2,89	10,84	1,93	9,49	17,17	13,28	18,36	13,58
Contexto social médio	6,88	1,20	9,62	1,46	4,38	4,81	5,15	4,17	6,59

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Renda familiar per capita até 1/2 SM	4,70	4,68	12,59	2,76	6,27	4,89	7,48	3,24
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	3,09	2,73	1,84	1,95	3,33	2,02	3,19	2,26
Contexto social baixo	5,82	8,43	n.s.	31,63	3,11	4,38	14,65	2,05
Contexto social médio	2,16	4,59	n.s.	6,68	2,14	2,48	3,87	1,76

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE
(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

Já na Tabela 5.7, apresentamos os resultados para o modelo que estima os efeitos das variáveis de cor e contexto social de residência sobre o risco de residir em domicílio com carência de instalação sanitária, considerando apenas indivíduos de cor preta. Os efeitos do contexto social de residência diminuem para a maioria dos casos, continuando elevado em Belém, Natal, Rio de Janeiro, Campinas, Florianópolis, Goiânia e Brasília, demonstrando que para esses GEUBs os indivíduos de cor preta sofrem efeitos significativos e consideravelmente elevados do contexto social de residência, porém em menor medida do que os efeitos evidenciados para indivíduos de cor branca. Goiânia foi o único caso que apresentou aumento do efeito de risco para o contexto social de residência, se comparados os resultados dos modelos somente para brancos e somente para pardos.

TABELA 5.7: Estimação do efeito do contexto social sobre a situação de carência de instalação sanitária, considerando apenas pretos, nos GEUBs – 2000

(continua)

	Risco relativo								
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Renda familiar per capita até 1/2 SM	2,40	4,47	7,74	3,21	2,98	2,05	2,17	2,21	2,67
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,68	2,06	3,16	1,73	1,80	1,52	1,95	1,59	2,00
Contexto social baixo	8,15	1,48	19,32	n.s.	2,72	1,03	4,06	9,02	4,04
Contexto social médio	5,34	0,42	14,69	0,63	1,38	0,40	2,00	3,18	2,30

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Renda familiar per capita até 1/2 SM	3,19	4,37	17,01	1,35	3,78	7,07	5,78	1,60
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	2,70	2,87	5,49	1,25	2,44	2,95	2,18	1,48
Contexto social baixo	7,05	4,42	n.s.	13,53	1,83	9,25	10,53	1,11
Contexto social médio	2,73	2,82	n.s.	4,66	1,20	6,15	1,80	0,75

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE
(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

Já na Tabela 5.8, apresentamos os resultados para o modelo que estima os efeitos das variáveis de cor e contexto social de residência sobre o risco de residir em domicílio com carência de instalação sanitária, considerando apenas indivíduos de cor parda. No caso desta categoria de

cor, os efeitos do contexto social de residência são significativos, porém, são menores do que para brancos e pardos na maioria dos GEUBs. Contudo, nos GEUBs de Belém, Natal, Vitória e Rio de Janeiro, os efeitos do contexto social de residência são maiores do que os efeitos da variável de renda da ocupação principal, sendo que em Natal os efeitos do contexto social de residência são os mais elevados para pardos.

TABELA 5.8: Estimação do efeito do contexto social sobre a situação de carência de instalação sanitária, considerando apenas pardos, nos GEUBs – 2000

(continua)

	Risco relativo									
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo	
Renda familiar per capita até 1/2 SM	2,84	6,09	8,56	3,27	3,25	2,29	2,15	2,12	2,28	
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	2,00	2,68	3,10	1,87	1,99	1,63	1,82	1,62	1,73	
Contexto social baixo	9,58	2,06	29,50	1,06	3,84	1,89	5,30	8,03	2,92	
Contexto social médio	7,11	0,85	25,55	0,88	1,96	0,78	2,19	2,61	1,83	

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Renda familiar per capita até 1/2 SM	3,57	3,84	4,52	2,53	4,04	4,09	6,79	2,48
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	2,23	2,17	1,56	2,41	2,07	2,11	2,57	1,72
Contexto social baixo	3,01	3,97	n.s.	2,05	1,45	2,19	1,41	1,39
Contexto social médio	1,59	2,22	n.s.	1,10	1,21	1,30	0,50	1,45

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE

(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

6. EFEITO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL SOBRE AS DESIGUALDADES DE OPORTUNIDADES

Passemos agora à avaliação das desigualdades de oportunidades. Escolhemos aqui alguns indicadores que poderiam traduzir mecanismos de desigualdades relacionados à localização e às estruturas familiares e de vizinhança. Eles revelam situações em que crianças e jovens podem estar em situação de risco social pela existência de bloqueios no plano da família e do bairro, ao aproveitamento de oportunidades de acumulação de recursos que no futuro poderiam levá-los a usufruírem de maior bem-estar social e alcançarem posições sociais mais elevadas da sociedade. Tais oportunidades relacionam-se com o acesso a ativos educacionais advindos da escolarização e àqueles resultantes do acúmulo de experiências no mercado de trabalho. Vamos tentar expor melhor essas ideias, apresentando a análise dos indicadores.

Antes de tudo, verificamos serem importantes as diferenças entre brancos e não brancos no que concerne ao atraso escolar de dois anos ou mais, de crianças entre 8 e 14 anos de idade, como podemos ver no Anexo III.

Podemos pensar na hipótese de que a possibilidade de morar nos espaços de alto *status* aumenta as chances da população “negra” de adquirir no futuro melhores posições sociais, pois são extraordinariamente importantes as diferenças das taxas de atraso escolar e de evasão entre as duas pontas da hierarquia socioespacial. Mas, podemos também dizer que, no sentido inverso, dimi-

nui para os brancos relativamente as chances de aproveitamento da oportunidade escolar o fato de morar em espaços de baixo *status* social. A fim de mantermos o controle dos efeitos da cor e do contexto social de residência sobre as situações de vulnerabilidade social, para cada uma das situações de vulnerabilidade, apresentamos os resultados de quatro modelos, sendo que o primeiro modelo apresenta os resultados para o conjunto da população, e os outros três apresentam os resultados para cada um dos subgrupos populacionais de acordo com as categorias de cor aqui consideradas.

6.1. Atraso Escolar

Na Tabela 6.1 podemos ver os resultados do modelo de regressão logística que estima o efeito do contexto social sobre o risco de atraso escolar de dois anos ou mais, considerando crianças entre 8 e 14 anos de idade para cada um dos GEUBs.

A maioria dos GEUBs apresentou efeitos para a cor bastante próximos dos efeitos encontrados para o contexto social de residência, o que indica que a cor apresenta bastante importância na explicação do risco de uma criança entre 8 e 14 anos de idade estar em situação de atraso escolar de dois anos ou mais. Os efeitos de risco para negros são um pouco maiores do que os encontrados para pardos, com exceção de Florianópolis onde o risco estimado para negros foi de 1,5 vezes o risco estimado para brancos no mesmo GEUB, e de 1,79 vezes considerando crianças pardas. Em todos os GEUBs encontramos efeitos significativos para as duas categorias de cor. Sendo que o mais alto deles foi de Maringá com um risco de atraso escolar de 2,22 vezes para crianças pretas em relação a brancas. Considerando as crianças pardas, o maior risco foi encontrado em Florianópolis onde, conforme dito anteriormente, o risco de evasão escolar para crianças pardas é maior do que para crianças pretas.

O contexto social de residência apresenta efeitos significativos na maioria dos casos. Somente em Porto Alegre não evidenciamos efeito significativo do território para as duas categorias de contexto social. Nos casos de Fortaleza, São Paulo, Campinas e Maringá, não encontramos efeito significativo do contexto social médio em relação ao contexto social alto. Apenas em Florianópolis evidenciamos um efeito não significativo no caso do contexto social baixo em relação ao alto. O mais alto efeito do território sobre o risco de atraso escolar foi evidenciado para o contexto social baixo em Goiânia, com um risco de 2,2 vezes o risco estimado para o contexto social alto. Apenas Campinas apresentou um efeito de proteção significativo considerando o contexto social baixo em relação ao contexto social alto (0,88).

Dentre as variáveis de controle, a variável que apresentou o maior poder de explicação da situação de atraso escolar foi o clima educativo domiciliar, com riscos maiores do que os encontrados para as categorias de cor, renda familiar per capita e contexto social de residência, o que indica que quanto menor o nível do clima educativo do domicílio, maior o risco de atraso escolar, mantendo-se as demais variáveis constantes. A renda familiar per capita também apresentou, na maioria dos casos, um efeito de risco maior do que as variáveis de cor e contexto social de residência. Isso demonstra que variáveis domiciliares têm grande influência sobre o risco de atraso escolar.

TABELA 6.1: Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de atraso escolar de dois anos ou mais, considerando crianças entre 8 e 14 anos, nos GEUBS – 2000

(continua)

	Risco relativo								
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Preto	1,68	1,65	1,69	1,51	1,49	1,5	1,62	1,69	1,61
Pardo	1,28	1,23	1,21	1,17	1,25	1,2	1,26	1,31	1,29
Renda familiar per capita até 1/2 SM	1,65	1,77	1,85	1,77	1,94	1,82	2,04	1,76	1,8
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,4	1,28	1,36	1,36	1,41	1,32	1,49	1,37	1,36
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	3,49	2,97	3,61	3,38	2,79	2,76	3,1	3,09	2,43
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	2,06	1,69	1,8	1,82	1,78	1,52	1,73	1,83	1,44
Contexto social baixo	1,97	1,22	1,77	1,39	1,37	1,22	1,43	1,64	1,15
Contexto social médio	1,73	n.s.	1,45	1,28	1,27	1,07	1,07	1,31	n.s.

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Preto	1,73	1,57	2,22	1,5	1,85	1,72	1,71	1,54
Pardo	1,42	1,34	1,24	1,79	1,72	1,26	1,23	1,16
Renda familiar per capita até 1/2 SM	2,12	2,09	1,91	2,21	2,54	1,67	1,9	1,55
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,5	1,47	1,26	1,38	1,74	1,36	1,43	1,33
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	2,68	2,68	3,06	3,08	3,57	3,11	2,78	2,57
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,49	1,5	2,14	1,9	2,11	1,72	1,57	1,65
Contexto social baixo	0,88	1,93	1,37	n.s.	n.s.	2,2	2,07	1,59
Contexto social médio	n.s.	1,45	n.s.	1,19	n.s.	1,71	1,46	1,29

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE
(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

Na Tabela 6.2 apresentamos os resultados para o mesmo modelo, considerando apenas crianças brancas entre 8 e 14 anos de idade. Podemos perceber que quando consideramos somente a categoria de referência de cor, o contexto social de residência apresenta efeitos significativos na grande maioria dos casos. Somente Campinas e Porto Alegre apresentam efeitos significativos, porém pequenos, se comparados com o restante dos GEUBs, sendo de proteção no primeiro, e de risco no segundo. Com isso, podemos dizer que para o caso do risco de atraso escolar de dois anos ou mais, o contexto social de residência não apresenta grandes efeitos no caso desses dois GEUBs. Em alguns casos, o efeito do contexto social aumenta considerando apenas crianças brancas, como é o caso de Belém, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiânia e Manaus. Para os demais GEUBs, o risco diminui. Contudo, aumenta significativamente o efeito do clima educativo do domicílio nos GEUBs considerados, exceto em Maringá, onde podemos considerar que a estrutura socioespacial do GEUB possui bastante influência no risco de atraso escolar.

TABELA 6.2: Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de atraso escolar de dois anos ou mais, considerando crianças brancas entre 8 e 14 anos, nos GEUBS – 2000

(continua)

	Risco relativo								
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Renda familiar per capita até 1/2 SM	1,84	1,83	2,07	1,87	1,94	1,78	2,35	1,81	1,86
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,6	1,23	1,34	1,38	1,28	1,17	1,63	1,41	1,38
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	4,02	3,65	3,72	3,45	3,33	3,15	2,97	3,4	2,58
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	2,44	1,99	1,8	1,85	2,16	1,77	1,67	1,99	1,5
Contexto social baixo	2,02	1,18	1,88	1,63	1,78	1,38	1,67	1,84	1,22
Contexto social médio	1,71	0,93	1,46	1,46	1,4	1,18	1,17	1,43	1,03

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Renda familiar per capita até 1/2 SM	2,19	2,15	2	2,27	2,59	1,74	2,05	1,7
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,47	1,5	1,24	1,36	1,74	1,47	1,43	1,46
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	2,78	2,8	2,7	3,32	3,91	3,39	2,99	2,81
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,6	1,52	2,41	2,08	2,26	1,83	1,81	1,72
Contexto social baixo	0,9	1,83	2,17	n.s.	1,06	2,57	2,37	1,76
Contexto social médio	0,89	1,43	1,56	1,18	1,06	1,88	1,55	1,33

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE

(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

Já na Tabela 6.3 apresentamos o modelo que busca estimar os efeitos sobre o risco de atraso escolar considerando apenas crianças pretas. Esse modelo apresenta resultado interessante, pois, enquanto para as crianças brancas o contexto social de residência apresenta grandes efeitos sobre o risco de estar em atraso escolar, no caso das crianças pretas, o contexto social na maioria dos casos, apresenta efeitos não significativos, principalmente no contexto social médio. Em alguns casos apenas o contexto social baixo apresenta efeitos significativos como Belém (1,25), Natal (1,29), Salvador (1,13), Vitória (1,69), Rio de Janeiro (1,31), e Manaus (1,34). Os GEUBs de Curitiba e Florianópolis apresentaram efeitos bastante elevados para o contexto social de residência, sendo um risco 11,1 vezes maior no contexto baixo do que no alto, e 9,06 vezes maior no médio do que no alto. Já Florianópolis apresentou efeitos mais atenuados, sendo 2,49 vezes no contexto baixo e 2,94 no contexto médio. Recife, Porto Alegre, Goiânia e Brasília apresentaram efeitos de proteção ou não significativos para o contexto social de residência. Na maioria dos casos, podemos dizer que as variáveis de renda per capita familiar e de clima educativo do domicílio explicam mais a situação de atraso escolar de crianças pretas entre 8 e 14 anos de idade do que o contexto social de residência.

TABELA 6.3: Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de atraso escolar de dois anos ou mais, considerando crianças pretas entre 8 e 14 anos, nos GEUBS – 2000

(continua)

	Risco relativo								
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Renda familiar per capita até 1/2 SM	1,19	1,46	1,6	1,4	1,65	1,95	1,76	1,53	1,76
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	0,82	1,33	n.s.	1,15	1,35	1,36	1,51	1,22	1,36
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	2,33	1,26	2,17	2,24	2,26	1,81	1,44	2,25	2,01
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,84	0,84	1,52	1,63	1,47	n.s.	0,84	1,39	1,22
Contexto social baixo	1,25	n.s.	1,29	n.s.	1,13	n.s.	1,69	1,31	1,5
Contexto social médio	n.s.	n.s.	n.s.	0,72	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	1,3

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Renda familiar per capita até 1/2 SM	1,5	1,6	1,4	1,25	2,23	1,3	1,5	1,53
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,35	1,29	0,49	1,44	1,64	1,23	1,11	1,33
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	1,92	3,41	1,9	1,94	2,13	1,62	2,04	2,26
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,47	1,92	1,8	n.s.	1,49	n.s.	1,18	1,61
Contexto social baixo	n.s.	11,1	n.s.	2,49	0,7	0,76	n.s.	1,34
Contexto social médio	n.s.	9,06	n.s.	2,94	0,73	0,75	0,77	n.s.

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE

(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

Na Tabela 6.4 consideramos apenas crianças pardas, neste caso, conforme argumentamos acima acerca da necessidade de analisarmos a situação de pretos e pardos em separado, percebe-se uma situação intermediária em relação ao efeito do contexto social, já que os riscos são menores do que para crianças brancas, porém maiores do que os evidenciados para crianças pretas. Esse resultado indica que crianças pardas sofrem mais com os mecanismos de segregação socioespacial do que crianças pretas e mais com os mecanismos de segregação racial do que as brancas.

TABELA 6.4: Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de atraso escolar de dois anos ou mais, considerando crianças pardas entre 8 e 14 anos, nos GEUBS – 2000

(continua)

	Risco relativo								
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Renda familiar per capita até 1/2 SM	1,58	1,66	1,69	1,64	1,86	1,77	1,84	1,68	1,65
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,36	1,25	1,36	1,31	1,38	1,38	1,34	1,34	1,29
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	3,13	2,6	3,54	2,99	2,47	2,36	3,31	2,6	2
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,87	1,55	1,79	1,7	1,67	1,32	1,89	1,66	1,26
Contexto social baixo	1,85	1,18	1,65	1,22	1,2	0,88	1,22	1,17	0,85
Contexto social médio	1,66	n.s.	1,39	1,15	1,14	0,79	n.s.	n.s.	0,77

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Renda familiar per capita até 1/2 SM	2,03	1,87	1,95	1,92	1,96	1,59	1,79	1,47
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,52	1,35	1,46	1,26	1,44	1,24	1,44	1,27
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	2,07	2	2,77	1,72	2,27	2,75	2,47	2,42
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	n.s.	1,3	1,37	n.s.	1,53	1,6	1,4	1,6
Contexto social baixo	n.s.	1,63	n.s.	0,82	0,84	1,64	1,63	1,49
Contexto social médio	n.s.	n.s.	n.s.	0,87	0,83	1,31	1,16	1,25

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE

(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

6.2. Evasão escolar

Na Tabela 6.5 abaixo, podemos ver os resultados do modelo de regressão logística que estima o efeito do contexto social sobre o risco de evasão escolar de crianças entre 8 e 14 anos de idade. Nesse modelo, Natal e Curitiba apresentam os maiores efeitos do contexto social sobre o risco de evasão escolar. No caso de Natal, o efeito do contexto social baixo em relação ao alto é 2,67 vezes maior. Já o contexto social médio apresenta um risco 1,93 vezes maior do que o alto. Da mesma forma, Curitiba apresenta para o contexto social baixo um risco 2,34 vezes maior do que o contexto alto, já o contexto social médio apresentou um risco 1,62 vezes maior do que o contexto médio. Maringá não apresenta efeito significativo para os dois contextos sociais considerados, o que indica que para o caso do risco de evasão escolar, não identificamos um efeito significativo do território organizado de acordo com uma lógica de organização socioespacial segregada. Em alguns casos como Salvador, Porto Alegre e RIDE do Distrito Federal, apenas o contexto social baixo apresenta um efeito significativo (1,1, 1,31 e 1,3, respectivamente). Campinas apresenta um resultado que nos chama atenção pelo fato de apresentar um efeito de proteção de 0,79 e 0,76. As variáveis de clima educativo do domicílio e renda familiar per capita, em geral, apresentam um elevado efeito sobre o risco de evasão escolar. O fato de o indivíduo ser de cor preta apresenta efeito significativo em quase todos os GEUBs. Somente Florianópolis e Goiânia não apresentaram efeitos significativos para essa categoria de cor. A RIDE do Distrito Federal destaca-se pelo elevado efeito encontrado para a cor preta, sendo 2,02 vezes maior do que o risco encontrado para o contexto alto. Considerando o fato de o indivíduo ser pardo, o risco é em geral menor do que o encontrado para o indivíduo de cor preta. Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte apresentaram efeitos não significativos para o fato de o indivíduo ser pardo, e os GEUBs de Belém, Campinas e Manaus apresentaram um pequeno efeito de proteção que, apesar de ser considerado significativo, não pode ser considerado um efeito muito grande em relação ao contexto social alto.

TABELA 6.5: Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de evasão escolar, considerando crianças entre 8 e 14 anos, nos GEUBS – 2000

(continua)									
Risco relativo									
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Preto	1,21	1,4	1,51	1,3	1,17	1,21	1,47	1,36	1,28
Pardo	0,94	n.s.	1,19	1,05	n.s.	n.s.	1,16	1,07	1,13
Renda familiar per capita até 1/2 SM	1,9	1,67	2,23	2,67	2,45	1,97	2,51	1,98	1,88
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,42	n.s.	1,75	1,69	1,53	1,35	1,81	1,31	1,32
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	2,37	2,31	2,06	2,5	1,71	2,24	1,98	2,34	2,17
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,29	1,22	0,89	1,09	1,18	1,34	n.s.	1,28	1,35
Contexto social baixo	1,72	1,2	2,67	1,42	1,1	1,7	1,68	1,22	1,3
Contexto social médio	1,26	1,13	1,93	1,18	n.s.	1,34	1,56	0,92	1,09

(conclusão)									
Risco relativo									
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus	
Preto	1,35	1,46	1,5	n.s.	1,4	n.s.	2,02	1,27	
Pardo	0,89	1,27	1,8	1,63	1,4	1,07	1,24	0,9	
Renda familiar per capita até 1/2 SM	2,29	2,03	2,68	1,91	2,65	1,74	2,13	1,93	
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,32	1,64	1,58	0,83	1,93	1,17	1,6	1,25	
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	2,37	2,13	2,87	2,87	2	2,19	1,83	2,64	
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,2	n.s.	2,14	1,72	1,12	1,21	0,91	1,44	
Contexto social baixo	0,79	2,34	n.s.	1,2	1,31	1,78	1,3	1,7	
Contexto social médio	0,76	1,62	n.s.	1,19	n.s.	1,49	n.s.	1,41	

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE
(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

Na Tabela 6.6 apresentamos os resultados do modelo que estima os efeitos das variáveis consideradas sobre o risco de crianças brancas estarem em situação de evasão escolar. Chamam-nos a atenção os efeitos expressivamente maiores do contexto social de residência no caso dos GEUBs de Belém, Natal, Salvador, Brasília e Manaus. Num outro sentido, identificamos uma diminuição expressiva do efeito de risco do contexto no caso de Fortaleza, Maringá e Florianópolis, sendo que nesta última os efeitos do contexto social baixo e médio se apresentam não significativamente diferentes do que o efeito evidenciado para o contexto alto, já no caso de Maringá, evidenciou-se um efeito de proteção do contexto social de residência baixo e médio em relação ao contexto alto. No restante dos GEUBs, apesar da diminuição do efeito do contexto para o caso de crianças brancas, observou-se um efeito de risco significativo.

TABELA 6.6: Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de evasão escolar, considerando crianças brancas entre 8 e 14 anos, nos GEUBS – 2000

(continua)

	Risco relativo								
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Renda familiar per capita até 1/2 SM	2,14	1,85	1,68	2,44	2,6	1,88	3,66	1,85	1,82
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,63	1,23	1,35	1,72	1,54	1,13	2,13	1,19	1,37
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	2,81	2,55	2,62	2,68	1,88	3,05	1,69	2,53	2,45
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,75	1,47	1,35	1,21	1,96	2	n.s.	1,38	1,5
Contexto social baixo	4,99	n.s.	4,86	1,74	2,22	1,71	2,22	1,48	1,52
Contexto social médio	3,12	0,84	3,39	1,18	1,35	1,21	1,44	n.s.	1,31

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Renda familiar per capita até 1/2 SM	2,43	2,1	2,16	1,88	2,83	2,51	2,51	1,72
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,44	1,75	1,62	0,75	1,9	1,43	1,93	n.s.
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	2,37	2,09	3,89	3,51	2,1	2,32	1,48	2,68
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,27	n.s.	4,28	2	1,16	n.s.	0,88	1,76
Contexto social baixo	n.s.	2,63	0,64	n.s.	1,26	1,34	3,36	3,72
Contexto social médio	n.s.	1,68	0,44	n.s.	n.s.	1,25	2,29	2,98

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE
(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

Na Tabela 6.7 apresentamos os resultados para o risco de evasão escolar considerando somente crianças pretas. Para os GEUBs de Belém, Natal, Recife, Salvador, Goiânia, Brasília e Manaus os riscos estimados para o contexto social são expressivamente menores para crianças pretas do que para crianças brancas, indicando que nesses GEUBs, os mecanismos de segregação racial são mais expressivos para crianças pretas do que os mecanismos de segregação socioespacial. Para Belo Horizonte e Vitória, os riscos para o contexto social baixo são maiores do que os evidenciados considerando apenas crianças brancas. Já o risco estimado para o contexto social médio não apresentou efeito significativo nos dois casos, o que indica uma estrutura socioespacial mais dicotomizada, se considerarmos o risco de evasão de crianças pretas. Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Maringá e Florianópolis não apresentam grandes diferenças nos efeitos do contexto social de residência se compararmos crianças pretas e brancas.

TABELA 6.7: Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de evasão escolar, considerando crianças pretas entre 8 e 14 anos, nos GEUBS – 2000

(continua)

	Risco relativo								
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Renda familiar per capita até 1/2 SM	1,96	1,69	n.s.	1,45	2,33	2,55	1,56	2,2	1,74
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	2,13	0,47	n.s.	0,75	1,29	1,48	n.s.	1,34	1,2
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	2,11	n.s.	1,91	2,91	1,2	n.s.	n.s.	1,58	1,43
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	0,61	0,75	n.s.	n.s.	0,86	0,61	0,56	n.s.	0,86
Contexto social baixo	0,3	n.s.	n.s.	n.s.	0,67	2,15	2,32	1,42	1,94
Contexto social médio	0,22	0,59	n.s.	0,59	0,59	n.s.	n.s.	n.s.	1,27

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Renda familiar per capita até 1/2 SM	5,12	2,08	n.s.	2,19	2,05	n.s.	3,4	1,47
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	3,36	n.s.	n.s.	2,01	2,14	n.s.	2,08	n.s.
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	1,69	2,12	n.s.	2,33	1,82	n.s.	n.s.	1,79
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	0,37	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,33	0,46	1,39
Contexto social baixo	n.s.	2,22	n.s.	n.s.	2,16	n.s.	0,45	n.s.
Contexto social médio	n.s.	2,47	n.s.	n.s.	1,58	n.s.	0,4	n.s.

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE

(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

Na Tabela 6.8 apresentamos os resultados considerando apenas crianças pardas. Novamente nos deparamos com resultados que justificam a separação de pretos e pardos na consideração da questão racial, já que em Florianópolis as crianças pardas não só apresentam um maior risco de evasão escolar do que brancas, sendo que as crianças pretas não apresentaram efeitos significativamente diferentes em relação a crianças brancas, conforme vimos na tabela 6.5, que os efeitos evidenciados para o contexto social de residência são expressivos, sendo 8,08 vezes maiores no contexto baixo e 5,81 vezes maiores no contexto médio do que no contexto alto, considerando apenas crianças brancas. Os riscos estimados para o contexto social são em geral menores do que para crianças brancas, contudo, se compararmos com os mesmos efeitos estimados para crianças pretas, os riscos são maiores para Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Porto Alegre, Brasília e Manaus. Porém, para Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba os riscos estimados para o contexto social são menores para crianças pardas do que para crianças pretas.

TABELA 6.8: Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de evasão escolar, considerando crianças pardas entre 8 e 14 anos, nos GEUBS – 2000

(continua)

	Risco relativo								
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Renda familiar per capita até 1/2 SM	1,76	1,49	2,44	2,9	2,27	2,04	2,22	1,98	1,88
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,26	0,86	1,98	1,74	1,46	1,49	1,67	1,41	1,22
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	2,18	2,19	1,79	2,28	1,7	1,59	2,15	2,29	1,56
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,21	1,09	0,66	n.s.	1,09	n.s.	n.s.	1,22	n.s.
Contexto social baixo	1,49	1,33	1,85	1,26	0,87	n.s.	1,35	n.s.	0,69
Contexto social médio	n.s.	1,38	1,26	1,16	0,79	n.s.	1,59	0,71	0,57

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Renda familiar per capita até 1/2 SM	1,4	1,59	2,7	1,44	2,01	1,38	1,77	2,08
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	n.s.	1,45	1,57	0,42	2,02	n.s.	1,42	1,35
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	1,83	2,03	1,48	2,13	1,21	2,21	2,06	2,66
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	n.s.	n.s.	0,68	1,99	0,75	1,41	n.s.	1,33
Contexto social baixo	0,55	1,42	n.s.	8,08	2,85	1,69	0,59	1,2
Contexto social médio	0,44	n.s.	n.s.	5,81	1,87	n.s.	0,48	n.s.

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE

(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

6.3. Maternidade precoce

Na Tabela 6.9 abaixo, apresentamos os resultados do modelo de regressão logística que estima os efeitos do contexto social sobre o risco de mulheres entre 14 e 19 anos serem mães solteiras, e, da mesma forma que no modelo anterior, temos o intuito de comparar os efeitos também das categorias de cor preto e pardo em relação aos indivíduos brancos. No caso desse modelo, como esperado, identificamos um elevado efeito das categorias de renda familiar per capita, principalmente da categoria de renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo. Com isso, podemos ver que o efeito do território não explica muito do fenômeno de acordo com a hipótese. O efeito do território somente aparece de acordo com a hipótese nos GEUBs de Goiânia e Manaus, onde identificamos um efeito significativo ligeiramente maior no contexto social baixo em relação ao médio. No restante dos casos, ou evidenciamos um efeito não significativo, ou um efeito significativo de proteção. Porém, quando consideramos as categorias de cor “preto” e “pardo”, evidenciamos um efeito significativo, e em algumas vezes maior do que os efeitos do território, o que indica que as variáveis de renda e cor explicam mais do que o território na maioria dos casos, por exemplo: Fortaleza, Recife, Salvador, Vitória, Campinas, Florianópolis e Porto Alegre. O GEUB de Manaus foi o único caso onde não foi evidenciado um efeito significativo das categorias de cor.

TABELA 6.9: Estimação do efeito do contexto sobre o risco de mulheres entre 14 e 19 anos serem mães solteiras, nos GEUBS – 2000

(continua)

	Risco relativo								
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Preto	0,87	1,32	1,29	1,12	1,14	1,23	1,81	1,71	1,19
Pardo	1,29	1,21	n.s.	1,05	1,14	n.s.	1,5	1,21	1,04
Renda familiar per capita até 1/2 SM	6,36	4,8	6,14	6,61	5,92	9,75	8,5	5,45	4,63
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	2,13	1,82	2,21	2,64	1,8	2,82	1,9	2,24	2,04
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	1,36	1,3	1,59	1,15	1,09	n.s.	n.s.	1,37	1,25
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,14	1,41	1,3	1,08	n.s.	1,08	n.s.	1,23	1,22
Contexto social baixo	n.s.	0,6	1,42	0,91	0,84	n.s.	0,73	1,8	1,08
Contexto social médio	n.s.	0,67	1,65	n.s.	0,85	1,47	n.s.	2,09	1,27

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Preto	1,32	1,58	n.s.	2,62	1,4	1,66	n.s.	n.s.
Pardo	1,1	1,22	1,37	2,16	1,18	0,9	1,18	n.s.
Renda familiar per capita até 1/2 SM	6,09	4,99	13,54	7,88	8,43	5,84	6,4	3,62
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	2,35	2,01	4,22	2,09	2,81	2,23	1,81	1,69
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	1,84	1,57	1,93	n.s.	1,37	1,4	0,91	1,35
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,58	1,59	1,74	1,34	1,28	1,71	1,1	1,22
Contexto social baixo	n.s.	1,53	0,38	0,49	0,69	1,29	1,56	1,36
Contexto social médio	n.s.	1,74	0,47	n.s.	0,87	1,22	2,04	1,33

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE

(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

Na Tabela 6.10 apresentamos o resultado do modelo que estima os efeitos das variáveis utilizadas considerando apenas mulheres brancas. Novamente evidenciamos um expressivo efeito do nível de rendimento familiar sobre a situação de maternidade precoce. Contudo, evidenciamos algumas diferenças no efeito do contexto social de residência. No caso dos GEUBs de Fortaleza, Natal, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Goiânia, Brasília e Manaus, os riscos estimados para os contextos baixo e médio são mais elevados indicando que a segregação socioespacial possui peso significativo na explicação da situação de maternidade precoce de mulheres brancas. Destacamos nesse caso, os efeitos encontrados para Brasília e Manaus devido à grandeza do efeito de risco evidenciado para esses dois GEUBs.

TABELA 6.10: Estimação do efeito do contexto sobre o risco de mulheres brancas entre 14 e 19 anos serem mães solteiras, nos GEUBS – 2000

(continua)

	Risco relativo								
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Renda familiar per capita até 1/2 SM	4,99	4,53	6,98	9,05	9,86	9,21	11,67	6,09	5
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,89	1,84	3,47	3,35	2,6	2,63	2,22	2,27	2,07
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	1,57	1,31	1,2	1,18	1,17	n.s.	1,53	1,51	1,3
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,52	1,81	n.s.	1,18	1,26	n.s.	1,51	1,44	1,24
Contexto social baixo	n.s.	1,24	1,74	n.s.	n.s.	1,24	n.s.	2,3	1,17
Contexto social médio	n.s.	1,4	1,75	n.s.	n.s.	1,55	n.s.	2,62	1,34

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Renda familiar per capita até 1/2 SM	7,24	4,34	12,85	9,61	8,71	5,42	14,04	12,36
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	2,47	1,83	3,63	2,72	2,94	2,44	3,94	5,01
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	1,87	1,72	1,62	n.s.	1,4	1,58	1,76	3,17
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,71	1,7	n.s.	1,22	1,42	2,15	2,74	3,07
Contexto social baixo	n.s.	1,72	0,57	0,42	0,72	1,55	4,57	3,86
Contexto social médio	n.s.	1,76	0,56	n.s.	0,88	1,33	6,53	3,84

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE

(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

Já na Tabela 6.11, apresentamos os resultados para o modelo que estima os efeitos das variáveis consideradas somente para mulheres pretas. Novamente observamos o peso da renda familiar per capita na explicação do risco de mulheres pretas estarem em situação de maternidade precoce. Somente o GEUB de São Paulo apresentou risco significativo para os dois contextos sociais considerados, sendo de 1,26 vezes para o contexto baixo e 1,27 no contexto médio, ambos em relação ao contexto alto. Os GEUBs de Belém, Fortaleza, Vitória, Campinas e Porto Alegre apresentam proteção para os contextos sociais baixo e médio em relação ao contexto alto, indicando que para mulheres negras no contexto social alto o risco de maternidade precoce é maior.

TABELA 6.11: Estimação do efeito do contexto sobre o risco de mulheres pretas entre 14 e 19 anos serem mães solteiras, nos GEUBS – 2000

(continua)

	Risco relativo								
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Renda familiar per capita até 1/2 SM	22,77	4,49	n.s.	6,31	3,39	7,22	6,44	4,27	5,46
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	8,42	n.s.	n.s.	2,49	1,18	1,92	0,58	1,81	2,21
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	n.s.	1,91	2,61	0,58	n.s.	n.s.	n.s.	1,16	0,74
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	n.s.	2,42	n.s.	0,64	0,79	n.s.	0,55	n.s.	1,13
Contexto social baixo	0,46	0,25	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,47	n.s.	1,26
Contexto social médio	0,27	0,4	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,67	n.s.	1,27

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Renda familiar per capita até 1/2 SM	3,77	4,82	n.s.	4,66	9,28	4,8	6,08	2,27
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,69	3,03	n.s.	0,28	2,98	2,25	1,37	n.s.
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	1,78	1,53	n.s.	0,36	n.s.	n.s.	0,46	1,8
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	n.s.	n.s.	n.s.	0,61	0,79	n.s.	n.s.	n.s.
Contexto social baixo	0,21	n.s.	n.s.	n.s.	0,5	n.s.	n.s.	n.s.
Contexto social médio	0,28	n.s.	n.s.	n.s.	0,78	n.s.	n.s.	n.s.

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE

(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

Já na Tabela 6.12 apresentamos os resultados do modelo considerando somente mulheres pardas. Neste modelo vemos que apenas dois GEUBs apresentaram risco significativo para pelo menos um dos contextos sociais, Natal e Belo Horizonte, sendo de 1,43 vezes para o contexto médio em Natal e 1,46 para o contexto médio em Belo Horizonte. Em alguns GEUBs, conforme identificamos no caso de mulheres pretas, não evidenciaram efeito significativo para pelo menos um dos contextos sociais de residência, sendo eles: Belém, Rio de Janeiro, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, Brasília, e Manaus. Já no restante dos GEUBs identificamos o efeito de proteção para os dois contextos sociais considerados.

TABELA 6.12: Estimação do efeito do contexto sobre o risco de mulheres pardas entre 14 e 19 anos serem mães solteiras, nos GEUBS – 2000

(continua)

	Risco relativo									
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo	
Renda familiar per capita até 1/2 SM	6,45	4,32	5,23	5,01	5,62	10,79	6,49	4,73	3,66	
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	2,16	1,71	1,46	2,12	1,76	3,25	1,89	2,24	1,79	
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	1,26	1,22	1,86	1,17	n.s.	n.s.	n.s.	1,26	1,17	
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	n.s.	1,19	1,59	n.s.	n.s.	1,12	0,83	1,06	1,06	
Contexto social baixo	n.s.	0,45	n.s.	0,71	0,67	n.s.	0,63	n.s.	0,66	
Contexto social médio	n.s.	0,47	1,43	0,79	0,7	1,46	0,83	n.s.	0,82	

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Renda familiar per capita até 1/2 SM	4,29	9,29	10,09	5,77	4,88	5,86	5,59	3,22
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,95	3,11	3,4	1,77	1,84	1,96	1,78	1,61
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	1,45	n.s.	2,81	1,88	n.s.	1,32	n.s.	1,35
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,26	1,26	2,15	3,68	0,8	1,45	n.s.	1,21
Contexto social baixo	n.s.	0,65	0,15	n.s.	0,58	n.s.	0,68	n.s.
Contexto social médio	n.s.	n.s.	0,22	n.s.	0,76	n.s.	n.s.	n.s.

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE
(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

6.4. Desafiliação institucional

Na Tabela 6.13 abaixo, apresentamos os resultados do modelo de regressão logística que estima os efeitos do contexto social sobre o risco de desafiliação de jovens entre 14 e 24 anos, comparando, também, os efeitos das categorias de cor preto e pardo em relação aos indivíduos brancos.

Em relação à cor, indivíduos de cor preta apresentam, em geral, maior risco de estar em situação de desafiliação do que indivíduos de cor parda. Além disso, alguns GEUBs não apresentaram efeitos significativos para o risco de desafiliação considerando a cor preta, sejam eles: Belém, Vitória, Maringá e Manaus. Alguns GEUBs apresentaram também um pequeno efeito de proteção para pretos em relação a brancos, sejam eles: Salvador, Curitiba e Goiânia. Considerando a cor parda, os efeitos são menores do que o encontrado para a cor preta. Encontramos efeitos de risco de desafiliação significativos apenas em Belém, Fortaleza, Natal, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre; e efeitos não significativos em Belo Horizonte, Vitória, Maringá e na RIDE do Distrito Federal. Nos demais GEUBs encontramos um pequeno efeito de proteção ao risco de desafiliação. É interessante percebermos que em Vitória, Maringá e Manaus, a cor não tem efeito explicativo sobre a situação de desafiliação, e somente em Goiânia e Salvador encontramos efeitos de proteção para as duas categorias de cores em relação aos brancos.

Considerando o efeito do território, encontramos em geral um efeito significativo para o risco

de desafiliação. Não evidenciamos efeitos significativos apenas para a categoria de baixo contexto social em Fortaleza e para a categoria de médio contexto social em Belo Horizonte e Curitiba. No Rio de Janeiro e em Manaus não evidenciamos efeitos significativos para as duas categorias de território, o que indica que nesses dois GEUBs não temos efeitos significativos da segregação socioespacial sobre a situação de desafiliação de jovens entre 14 e 24 anos de idade. Em alguns casos evidenciamos um efeito de proteção para as categorias de contexto social baixo e médio em relação ao contexto social alto, sejam elas: Maringá, Florianópolis, Porto Alegre e Goiânia.

A renda familiar per capita apresentou efeitos elevados tanto para a faixa de renda per capita de até ½ salário mínimo, quanto para a faixa de ½ a 1 salário mínimo, sendo que em Campinas encontramos o maior efeito considerando a primeira faixa, de 6,61 vezes o risco evidenciado para indivíduos com renda familiar per capita acima de 1 salário mínimo; e a segunda, sendo de 2,33 vezes. O clima educativo domiciliar apresenta efeitos de risco significativos na maioria dos GEUBs para ambas as faixas consideradas, com exceção de Campinas, que apresenta efeitos de proteção na faixa de clima educativo até 4 anos (0,89).

TABELA 6.13: Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de desafiliação de jovens entre 14 e 24 anos, nos GEUBS – 2000

(continua)

	Risco relativo								
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Preto	n.s.	1,19	1,24	1,12	0,83	1,06	n.s.	1,15	1,04
Pardo	1,06	1,06	1,07	0,96	0,86	n.s.	n.s.	0,98	0,94
Renda familiar per capita até 1/2 SM	2,04	2,58	2	2,56	2,26	3,34	3,17	3,12	3,73
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,18	1,27	1,2	1,3	1,2	1,85	1,52	1,51	1,85
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	1,49	1,65	2,15	1,65	1,43	1,65	1,58	1,32	1,33
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,15	1,34	1,42	1,29	1,21	1,38	1,12	1,15	1,2
Contexto social baixo	1,11	n.s.	1,42	1,17	1,74	0,9	1,37	n.s.	1,03
Contexto social médio	1,09	1,09	1,16	1,13	1,43	n.s.	1,37	n.s.	0,98

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Preto	1,34	0,9	n.s.	1,17	1,09	0,74	1,18	n.s.
Pardo	0,92	1,14	n.s.	1,19	1,06	0,85	n.s.	n.s.
Renda familiar per capita até 1/2 SM	6,61	3,73	3,98	4,4	3,66	3,32	3,18	2,26
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	2,33	1,75	1,49	1,82	1,82	1,69	1,53	1,4
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	0,89	1,68	1,39	1,55	1,47	1,74	1,37	1,41
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	0,81	1,45	1,49	1,68	1,23	1,35	1,12	n.s.
Contexto social baixo	1,22	1,13	0,39	0,45	0,78	0,81	1,25	n.s.
Contexto social médio	2,08	n.s.	0,44	0,56	0,94	0,82	1,18	n.s.

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE
(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

Conforme podemos ver na tabela 6.14, os resultados para o modelo que estima os efeitos das variáveis de interesse sobre a situação de desafiliação considerando apenas jovens brancos não se diferencia muitos dos resultados encontrados para o conjunto da população em cada GEUB. As principais diferenças se deram nos GEUBs de Fortaleza e Belo Horizonte, devido ao aumento do efeito de risco estimado para o contexto médio, no GEUB de São Paulo, onde evidenciamos um pequeno (quase nulo) efeito de proteção para ambos os contextos sociais, e no GEUB de Manaus, o aumento do efeito de proteção para o contexto médio.

TABELA 6.14: Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de desafiliação de jovens brancos entre 14 e 24 anos, nos GEUBS – 2000

(continua)

	Risco relativo								
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Renda familiar per capita até 1/2 SM	2,12	2,25	2,15	2,5	2,87	3,72	2,76	3,08	3,63
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,39	1,19	1,16	1,3	n.s.	2,02	1,57	1,44	1,88
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	1,48	1,59	1,95	1,88	n.s.	1,48	1,44	1,47	1,51
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	n.s.	1,39	1,28	1,38	1,27	1,26	1,28	1,24	1,33
Contexto social baixo	1,24	n.s.	1,66	1,12	1,56	n.s.	1,47	n.s.	0,9
Contexto social médio	1,32	n.s.	1,49	1,08	1,4	1,12	1,45	n.s.	0,96

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Renda familiar per capita até 1/2 SM	6,37	3,78	4,06	4,12	3,73	3,01	3,13	2,14
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	2,25	1,73	1,64	1,79	1,89	1,7	1,56	1,59
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	0,9	1,61	1,34	1,65	1,51	1,95	1,42	1,35
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	0,81	1,42	1,57	1,71	1,26	1,49	n.s.	n.s.
Contexto social baixo	1,17	1,12	0,42	0,48	0,79	0,8	1,39	n.s.
Contexto social médio	1,99	n.s.	0,47	0,57	n.s.	0,81	1,3	0,81

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE

(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

Quando consideramos somente jovens pretos a fim de estimar os efeitos das variáveis de interesse sobre o risco de desafiliação institucional, podemos perceber na tabela 6.15 que o contexto social de residência em alguns casos tem menos peso na explicação do risco de desafiliação do que no caso de jovens brancos, como é o caso dos GEUBs de Recife, Belo Horizonte, Campinas e Curitiba. No entanto, em outros GEUBs o efeito de risco de desafiliação estimado para o contexto social é maior para negros do que para brancos, como é o caso dos GEUBs de Natal e Brasília. Esse efeito indica que apesar de ambas as categorias de cor sofrerem os efeitos da hierarquia socioespacial, os pretos sofrem mais do que os brancos quando se trata do risco de desafiliação institucional.

TABELA 6.15: Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de desafiliação de jovens pretos entre 14 e 24 anos, nos GEUBS – 2000

(continua)

	Risco relativo								
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Renda familiar per capita até 1/2 SM	2,24	2,21	4,19	2,99	2,21	4,49	2,41	2,78	3,47
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	n.s.	n.s.	5,7	n.s.	1,14	2,13	1,42	1,47	1,59
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	1,62	2,77	1,55	1,48	1,43	1,2	2,04	1,12	1,19
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,42	1,37	n.s.	1,68	1,17	1,25	1,44	0,94	1,11
Contexto social baixo	0,45	n.s.	1,76	n.s.	1,47	n.s.	0,64	0,73	n.s.
Contexto social médio	0,39	n.s.	1,6	n.s.	n.s.	n.s.	0,53	0,69	n.s.

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Renda familiar per capita até 1/2 SM	7,62	4,36	n.s.	5,64	2,88	3,38	3,32	2,77
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	3,2	1,29	0,51	2,96	1,5	n.s.	1,31	n.s.
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	0,83	1,56	2,73	n.s.	1,41	n.s.	1,32	n.s.
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	0,62	1,42	n.s.	1,37	n.s.	0,41	1,37	0,65
Contexto social baixo	n.s.	n.s.	n.s.	0,16	0,66	n.s.	2,86	0,59
Contexto social médio	n.s.	n.s.	n.s.	0,26	0,82	n.s.	2,46	n.s.

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE

(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

Na Tabela 6.16 apresentamos os resultados do modelo que estima os efeitos das variáveis de interesse sobre o risco de desafiliação, considerando somente jovens pardos. No caso desse grupo de cor, os GEUBs de Fortaleza e Campinas apresentam os maiores riscos para o contexto social de residência, sendo que em Fortaleza somente esse grupo de cor apresentou efeitos de risco significativos para os contextos sociais médio e baixo; já em Campinas, tanto brancos como pardos apresentaram efeitos de risco significativos para essa variável, indicando que somente os jovens pretos sofrem os efeitos da segregação socioespacial. Além desses dois GEUBs, Belém, Recife, Salvador, Vitória e Rio de Janeiro apresentaram efeitos de risco significativos para o contexto social; sendo que Belém, Recife, Salvador e Vitória apresentaram riscos significativos para o contexto social tanto para pardos quanto para brancos; já o Rio de Janeiro apresenta efeitos de risco de desafiliação significativos de acordo com o contexto social, somente no caso de jovens pardos.

TABELA 6.16: Estimação do efeito do contexto social sobre o risco de desafiliação de jovens pardos entre 14 e 24 anos, nos GEUBS – 2000

(continua)

	Risco relativo								
	Belém	Fortaleza	Natal	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Renda familiar per capita até 1/2 SM	1,92	2,87	1,86	2,44	2,22	2,91	3,53	3,17	3,22
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	1,11	1,4	n.s.	1,26	1,3	1,7	1,5	1,55	1,76
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	1,47	1,66	2,36	1,55	1,49	1,91	1,62	1,25	1,46
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,17	1,34	1,55	1,17	1,22	1,52	n.s.	1,12	1,32
Contexto social baixo	1,25	1,18	1,22	1,25	2,05	0,64	1,7	1,13	0,92
Contexto social médio	1,2	1,21	n.s.	1,22	1,71	0,77	1,73	1,16	0,89

(conclusão)

	Risco relativo							
	Campinas	Curitiba	Maringá	Florianópolis	Porto Alegre	Goiânia	RIDE DF	Manaus
Renda familiar per capita até 1/2 SM	6,49	3,46	5,11	4,29	3,8	3,53	3,09	2,29
Renda familiar per capita de 1/2 SM a 1 SM	2,27	1,98	1,47	1,55	1,5	1,79	1,51	1,35
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	0,9	2,02	1,39	1,51	n.s.	1,57	1,4	1,47
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	n.s.	1,61	n.s.	1,78	n.s.	1,24	1,2	1,12
Contexto social baixo	1,58	n.s.	n.s.	0,57	n.s.	0,6	n.s.	1,16
Contexto social médio	2,74	0,82	n.s.	n.s.	n.s.	0,63	n.s.	n.s.

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 – IBGE
(n.s.) Coeficiente não significativo considerando $\alpha = 0,05$.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse relatório teve como objetivo avaliar em que medida uma pessoa de cor preta ou parda desfruta de uma condição social de acesso à estrutura de oportunidades e de acesso a certos elementos de bem-estar independentemente de estar vivendo em um espaço de maior ou menor *status* social, ou ao contrário, o *status* social do espaço residencial é o filtro pelo qual as oportunidades e o bem-estar social urbano são distribuídos desigualmente entre os grupos de cor. Lidamos com a hipótese de que a segregação residencial em geral reproduz as desigualdades sociais; e, nesse sentido, temos como hipótese de que a segregação residencial nos GEUBs também reproduz as desigualdades raciais. Ou seja, o território é o filtro pelo qual as desigualdades raciais se reproduzem, mas a divisão social do território assume papel importante na definição do nível de desigualdades, seja de bem-estar urbano, seja de oportunidades.

Em termos de bem-estar urbano podemos dizer que é claro o efeito do território na reprodução dessas desigualdades inclusive apresentando um efeito maior para os contextos sociais de residência do que para a cor do indivíduo, apesar da cor apresentar um efeito significativo. Esse efeito do território aparece nas duas situações de bem-estar urbano que consideramos – adensamento habitacional excessivo e carência de instalação sanitária. Em se tratando de carência de instalação sanitária o efeito do território é ainda maior em relação à cor do que no caso do adensamento habitacional, isso na maioria dos casos. Os GEUBs de Recife e Maringá foram os únicos onde o efeito do território sobre a situação de carência de instalação sanitária não é significativamente maior do que a cor. Por exemplo, em Natal, indivíduos que residem em contexto social baixo apresentam um risco aproximadamente 18 vezes maior do que indivíduos que residem em contexto social de alto *status*. Contudo nesta mesma metrópole, o fato do indivíduo ser de cor preta apresenta um risco de estar em situação de carência de instalação sanitária 1,9 vezes maior do que para indivíduos de cor branca. Esse resultado exemplifica o peso da organização social do território na explicação do risco de estar em carência de instalação sanitária. Já no caso da situação de adensamento habitacional, somente nos GEUBs de Natal, Florianópolis e Porto Alegre identificamos um efeito um pouco mais alto de pretos e/ou pardos em relação ao contexto social de residência, os demais GEUBs apresentaram resultados no sentido de um maior efeito do contexto social de residência do que para a cor do indivíduo, apesar de ser em menor medida do que o efeito do contexto social de residência identificado para a situação de carência de instalação sanitária. Em Goiânia, por exemplo, o risco de um indivíduo residindo contexto social baixo cujo domicílio está em situação de adensamento habitacional é aproximadamente 3 vezes maior do que o risco para indivíduos residentes em contexto social alto. Considerando-se o mesmo GEUB, caso o indivíduo seja de cor preta o risco é 1,45 vezes maior do que o estimado para brancos. Quando consideramos os grupos de cor em separado para as situações de desigualdades de bem-estar urbano, percebemos que o efeito do território é maior sobre as crianças brancas do que sobre crianças pretas. O sentido dessas observações quanto à relação do efeito do território e da cor indica que o efeito do território é maior sobre pretos do que sobre brancos. Ou seja, existe uma maior desigualdade relativa em termos de bem-estar urbano entre os bancos residentes nos contextos sociais classificados como baixo e médio em relação ao contexto social alto, do que entre os pretos. Esse resultado demonstra a complexidade da questão das desigualdades raciais sob a ótica da segregação residencial segundo a qual existe uma proximidade social entre

brancos e pretos em termos de compartilhamento dos níveis precários de bem-estar urbano nas áreas de contexto social baixo, enquanto que nas áreas de contexto social alto o distanciamento social entre pretos e brancos é nítido quando consideramos o compartilhamento de níveis de bem-estar urbano. Podemos falar, portanto, de um “embranquecimento” das posições superiores da hierarquia socioespacial.

No caso das desigualdades de oportunidades, o efeito do contexto social de residência apresenta um resultado mais baixo do que quando consideramos as desigualdades de bem-estar urbano; e isso, ao mesmo tempo em que temos efeitos significativos para a cor do indivíduo. Na situação de atraso escolar de dois anos ou mais, por exemplo, considerando o GEUb de Goiânia, o risco de uma criança entre 8 e 14 anos residente de contexto social baixo estar nessa situação é 2,2 vezes maior do que o risco estimado para uma criança moradora de um contexto social alto, enquanto que, no caso da criança ser de cor preta o risco estimado é aproximadamente 1,7 vezes maior do que para crianças brancas. Esse efeito simultâneo de cor e de contexto social de residência é evidenciado também na situação de evasão escolar, contudo em alguns GEUBs (Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro, Campinas, Maringá, Porto Alegre e RIDE do Distrito Federal) a cor possui efeito maior do que o território. Por exemplo, em Curitiba, considerando-se o risco de evasão escolar de crianças entre 8 e 14 anos, o risco de uma criança residente em contexto social baixo estar fora da escola é de 2,3 vezes maior do risco de uma criança residente em contexto social alto estar na mesma situação. Ao mesmo tempo, considerando-se o mesmo GEUb, caso a criança seja de cor preta o risco de estar fora da escola é de 1,5 vezes em relação às crianças brancas.

Considerando-se a situação de maternidade precoce, diferentemente das variáveis anteriores, há alguns GEUBs onde o efeito do território é menor do que o efeito da cor (Fortaleza, Recife, Salvador, Vitória e Florianópolis); contudo, na maioria dos GEUBs o efeito do território é maior do que o efeito da cor (Natal, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Curitiba, Maringá, Goiânia, RIDE do Distrito Federal, Manaus). Neste caso é bastante expressivo o efeito de risco da variável de renda per capita familiar. Contudo, a relação entre o efeito do território e o efeito da cor, quando observamos os resultados em separado para cada segmento de cor, percebe-se que no caso de mulheres brancas o território aumenta seu efeito de risco, ainda que não seja em todos os GEUBs, em comparação com o segmento de mulheres pretas onde o território somente apresenta efeitos significativos em São Paulo, sendo 1,3 vezes maior para mulheres residentes em contexto social baixo e médio do que em contexto social alto. Ainda que de maneira um pouco menos nítida por conta do peso da explicação da variável renda per capita para essa variável, podemos identificar o mesmo sentido da relação entre efeito da cor e efeito do território, onde mais uma vez poderíamos falar de um “embranquecimento” das posições superiores da hierarquia socioespacial, mesmo onde a renda per capita familiar apresenta um peso explicativo significativamente maior.

Em se tratando da variável de desafiliação institucional, a maioria dos GEUBs apresenta um efeito maior do território do que o efeito da cor (Belém, Natal, Recife, Salvador, Vitória, Campinas, Curitiba, RIDE do Distrito Federal); por outro lado, alguns GEUBs (Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre) apresentaram um efeito da cor maior do que o efeito do território para o conjunto da população. Como exemplo, no primeiro caso, Natal apresenta um risco 1,5 vezes maior de desafiliação institucional para o contexto social baixo em relação ao contexto social alto, sendo que o risco caso seja preto é 1,3 vezes maior do que para brancos. No segundo caso, temos como exemplo o GEUB do Rio de Janeiro onde o efeito do território não apresenta coeficientes significativos, porém, caso o indivíduo seja de cor preta apresenta um risco de desafiliação 1,15 vezes maior do que para indivíduos de cor branca. Quando analisamos os resultados por segmento de cor, considerando apenas brancos, percebe-se que os GEUBs onde encontramos

um maior efeito do território correspondem ao GEUBs onde efeito do território é significativo; já no caso do segmento de cor preta, a maioria dos GEUBs apresentou coeficientes não significativos para o efeito do território.

Com base nestes resultados, de uma maneira geral, podemos considerar que encontramos evidências empíricas que nos permitem subsídios para a discussão sobre a relação entre desigualdades raciais e a hierarquia social dos espaços metropolitanos. Nesse sentido concordamos e tomamos como pressuposto a tese de Hasenbalg (1979) sobre os efeitos da cor enquanto atributo individual em relação às oportunidades desiguais em termos de ocupação, renda e escolaridade. Nesse texto, Hasenbalg nos fala de como a população negra, após o período de abolição, foi sistematicamente deixada à margem do processo de modernização, o que criou uma desigualdade de ponto de partida em relação ao processo de estruturação social, se comparada com a população branca pobre e a população imigrante. Essa desigualdade, portanto, contrasta com o pressuposto de liberdade individual no processo de estratificação social em uma sociedade capitalista, segundo o qual, a posição dos indivíduos na estrutura social seria definida a partir do mérito individual.

Essa desigualdade inicial dos negros em relação aos brancos se reproduz hoje a partir de mecanismos simbólicos sistemáticos de reafirmação da posição inferior dos negros na estrutura social – portanto, de discriminação racial –, o que resulta em bloqueios à mobilidade social dos indivíduos negros. O que os resultados encontrados no presente relatório nos trazem de novidade é a evidência empírica de uma relação de interdependência entre o aprofundamento das desigualdades de bem-estar urbano e de oportunidades, a partir da divisão social do espaço metropolitano em territórios com *status* sociais diferenciados, e a reprodução das desigualdades raciais em termos da posição inferior dos negros na estrutura social.

Contudo, deve-se considerar duas situações que complexificam a hipótese de desigualdades raciais no comparativo dos GEUBs. Por um lado, os resultados da comparação aqui apresentados não podem ser entendidos como uma comparação direta dos grandes espaços urbanos estudados, já que a situação de pretos e pardos nestes diferentes espaços não são as mesmas. Em outras palavras, a própria composição demográfica em termos de cor da população é bastante diferente entre as diferentes metrópoles. Esse caráter diferenciado tem sua origem na dinâmica da produção da monocultura de exportação escravista que alocou contingentes diferenciados de população negra em todo o país. A mudança nos centros produtivos de acordo com os ciclos econômicos do período escravista também influenciou na alocação desse contingente populacional como, por exemplo, o grande fluxo de escravos do Nordeste para o Sudeste, seja no ciclo do ouro em Minas Gerais, seja no ciclo do café no Rio de Janeiro, e em menor medida em São Paulo. No período posterior à abolição, a concentração produtiva regional também pode ser entendida como um dos fatores da migração da população negra marginalizada para a região Sudeste em busca de oportunidades na indústria nascente nos grandes centros urbanos, principalmente em áreas segregadas.

Em outro sentido, o tratamento em separado das categorias de cor “preto” e “pardo” nos permitiu evidenciar em que medida os níveis de condições de oportunidade na estrutura social se diferenciam significativamente do nível de condições de oportunidades da população branca. E mesmo onde não se evidencia uma situação de desigualdade significativa entre pretos e brancos, como em Manaus e Belém, existem diferenças significativas entre pardos e brancos, principalmente quando inserimos a divisão social do território, onde percebemos uma grande concentração de indivíduos brancos nas áreas de alto contexto social, portanto, menos sujeitos à reprodução das desigualdades sociais a partir da segregação territorial.

Portanto, de uma maneira geral, nas metrópoles onde a questão da discriminação e das desigualdades raciais se coloca, evidenciamos empiricamente uma relação entre a reprodução das desi-

igualdades raciais e o aprofundamento das desigualdades sociais, já que os territórios classificados de acordo com o contexto social se diferenciam em termos de composição racial e que indivíduos de cor preta ou parda apresentam mais risco de estar em situação de desigualdades de oportunidades e de condições habitacionais nos territórios de médio e baixo contexto social do que nos territórios de alto contexto social, apesar de brancos e pretos nos espaços de alto contexto social apresentarem níveis de desigualdades bastante diferenciados.

BIBLIOGRAFIA

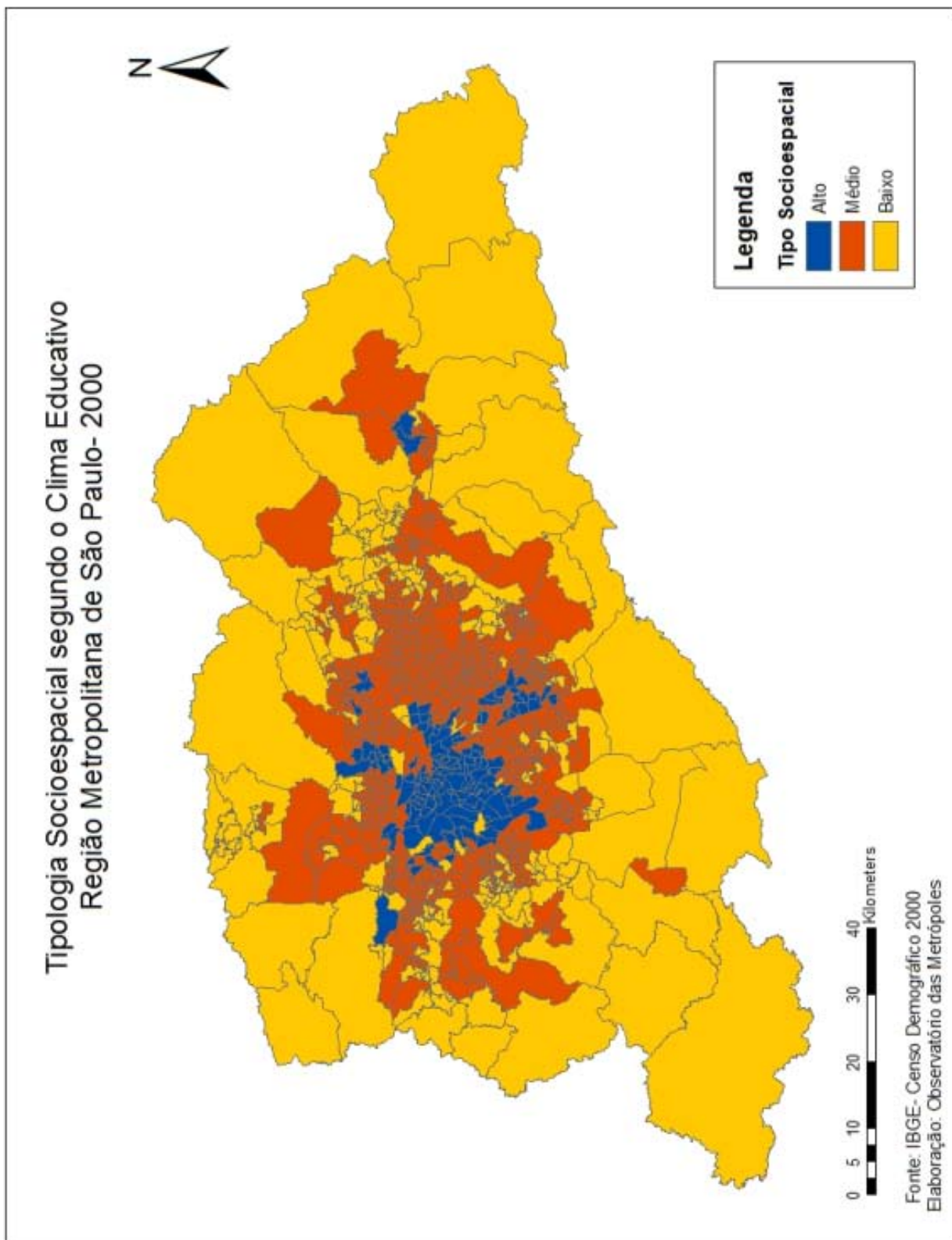
- ALVAREZ, M. J. (2007), "Asentamientos irregulares em Montivideo: la desafiliación resistida", N° 4.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C. (1996), "Classes populaires et classes moyennes en centre rénové", In: HAUMONT, N. (org.) *La Ville: agrégation et ségrégation sociales*. Paris, L'Harmatan.
- BOURDIEU, P. (1997), "Efeitos do lugar", In: BOURDIEU, P. (org.) *A Miséria do Mundo*. Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- DUNCAN, O. D. & DUNCAN, B. (1955), "A Methodological Analysis of Segregation Indices". *American Sociological Review*. 20:210-17.
- GUIMARÃES, A. S. A. (1999), *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34.
- HALSENBALG, C. (1979), *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- IBGE (2002), *Censo Demográfico de 2000: Documentação dos microdados da amostra*. Rio de Janeiro, IBGE.
- ITABORAÍ, N. R. (2003), "Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996)", In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 20, núm. 2, pp. 157-176.
- KAZTMAN, R. (2001), *Aislamiento social de los pobres urbanos: reflexiones sobre la naturaleza, determinantes y consecuencias*. Buenos Aires, SIEMPRO/UNESCO.
- _____, RETAMOSO, A. (2005), "Segregación espacial, empleo y pobreza en Montevideo". In: *Revista de la CEPAL*, núm. 85. Santiago del Chile, CEPAL.
- RIBEIRO, L. C. Q. (2005), "Segregação Residencial: teorias, conceitos e técnicas", In MOYSES, A. (org.). *Cidade: Segregação Urbana e Planejamento*. Goiânia, Ed. da UCG.
- _____. (2007) "A Dimensão metropolitana da questão social: ensaio exploratório". In: XXXI Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação Em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambú, ANPOCS.
- SANSONE, L. (2003) *Blackness without ethnicity: Constructing Race in Brazil*. New York, Palgrave/St. Martin's Press.
- SANTOS, W. G. (1993), *Razões da desordem*. Rio de Janeiro, Rocco.
- SARAVI, G. (2004), "Entre la evasión y la exclusión social: jóvenes que no estudian ni trabajan. Una exploración del caso argentino.", *Nueva Sociedad*, núm. 190.

SILVA, N. V. (1978), *White-Nonwhite income differentials: Brasil, 1960*, Ann Arbor: University of Michigan (PhD Tesis).

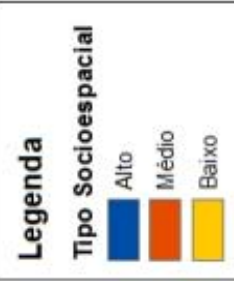
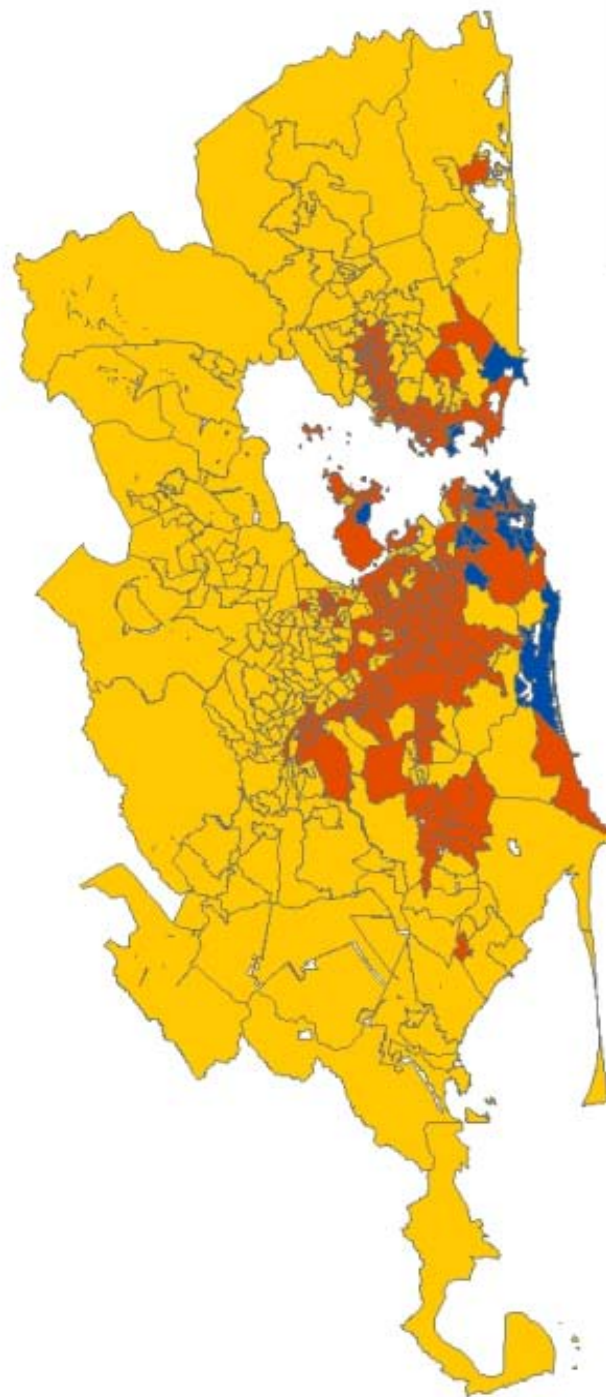
TELLES, E. (1993), "Racial Distance and Region in Brazil: The Case of Marriage Among Color Groups". *Latin American Research Review*. 28: 141-162.

_____ (2003), *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Fundação Ford.

WILLIAMSON, H. (1997), *Youth and Policy: Contexts and Consequences, Young Men, Transition and Social Exclusion*. Inglaterra, Ashgate.

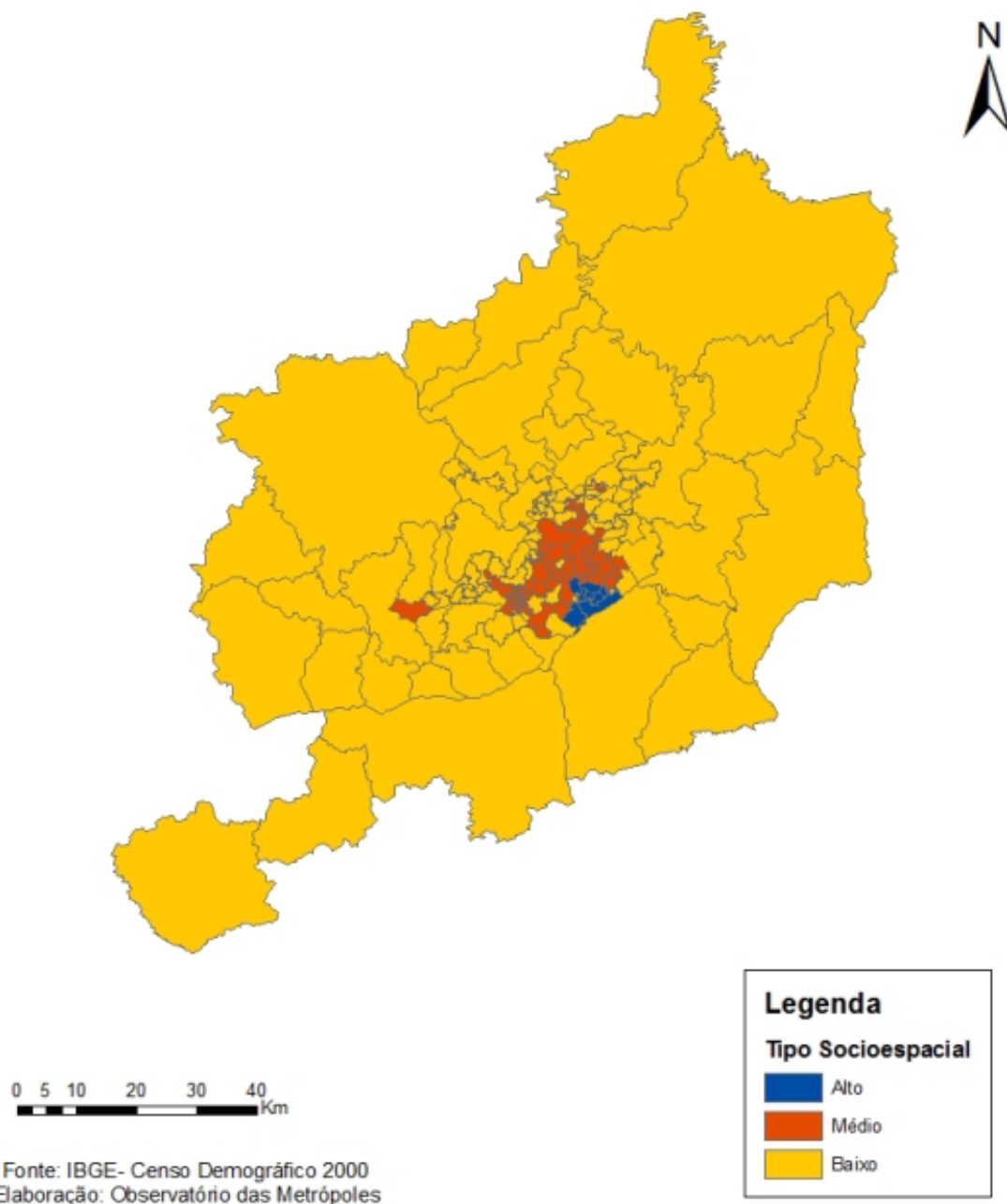


Tipologia Socioespacial segundo o Clima Educativo
Região Metropolitana do Rio de Janeiro- 2000

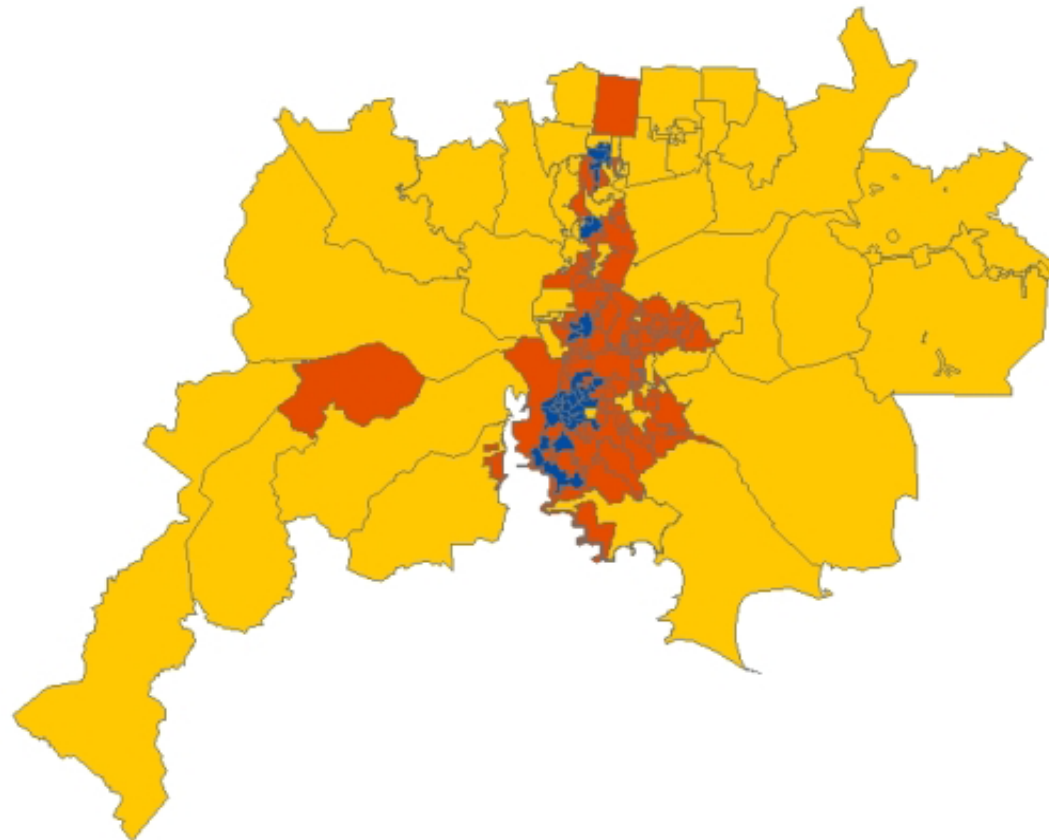


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000
Elaboração: Observatório das Metrópoles

Tipologia Socioespacial segundo o Clima Educativo Região Metropolitana de Belo Horizonte- 2000



Tipologia Socioespacial segundo o Clima Educativo Região Metropolitana de Porto Alegre- 2000



0 5 10 20 30 40 Km

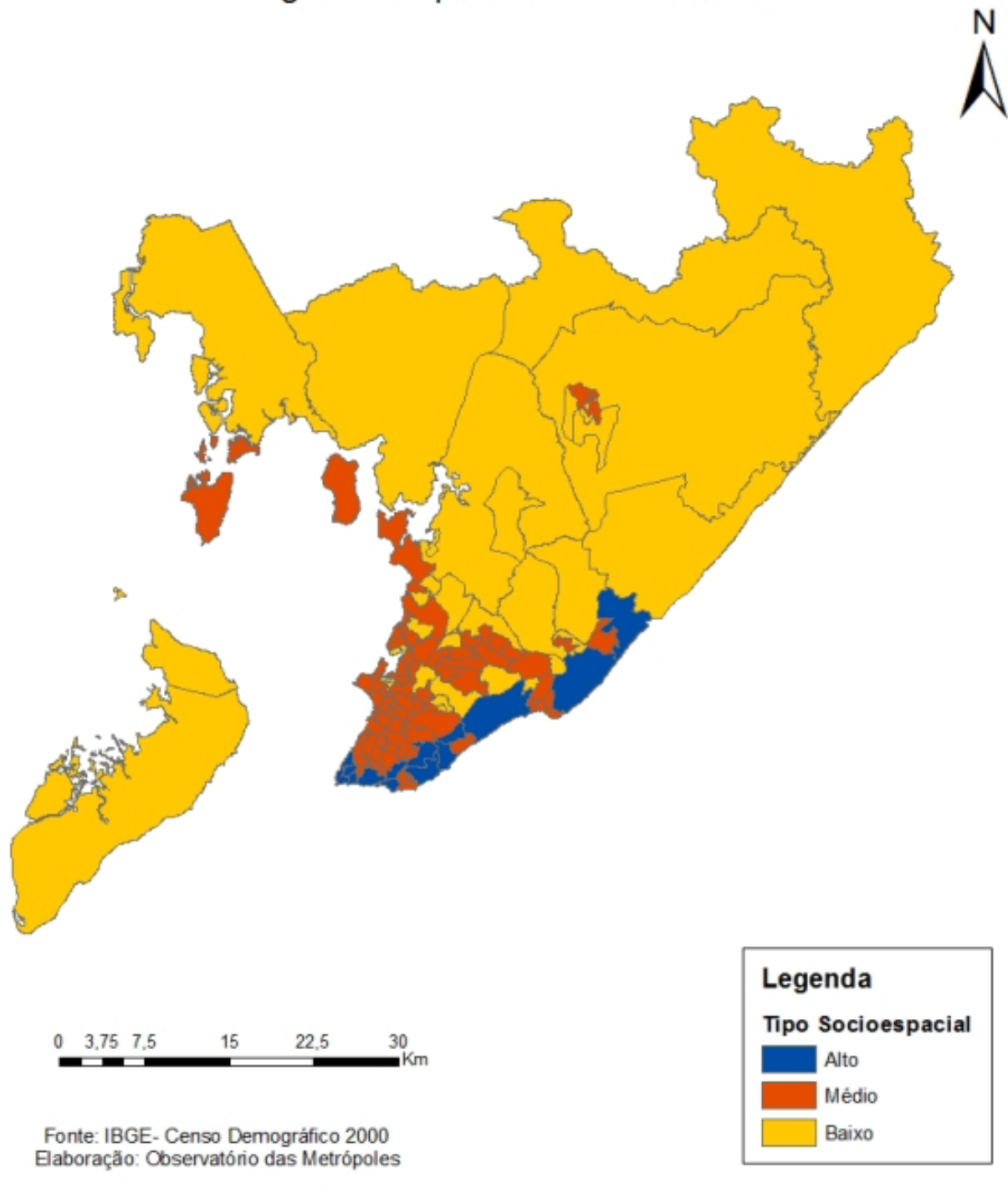
Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2000
Elaboração: Observatório das Metrôpoles

Legenda

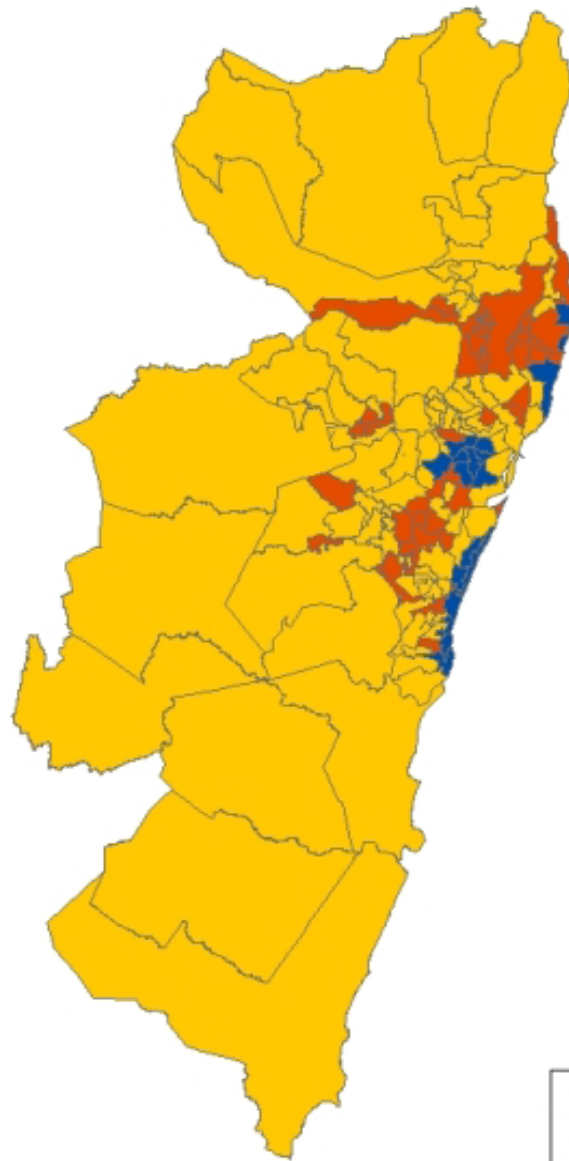
Tipo Socioespacial

-  Alto
-  Médio
-  Baixo

Tipologia Socioespacial segundo o Clima Educativo Região Metropolitana de Salvador- 2000



Tipologia Socioespacial segundo o Clima Educativo Região Metropolitana de Recife- 2000



0 4,5 9 18 27 36 Km

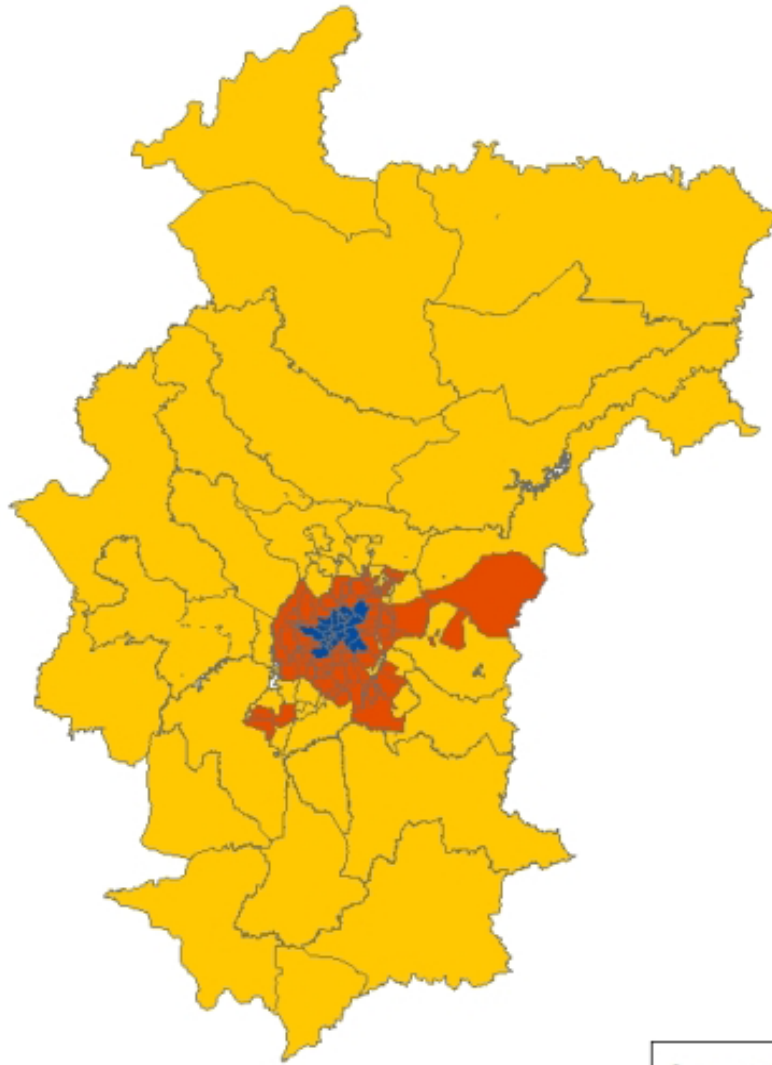
Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2000
Elaboração: Observatório das Metrôpoles

Legenda

Tipo Socioespacial

-  Alto
-  Médio
-  Baixo

Tipologia Socioespacial segundo o Clima Educativo
Região Metropolitana de Curitiba- 2000



0 4,5 9 18 27 36
Km

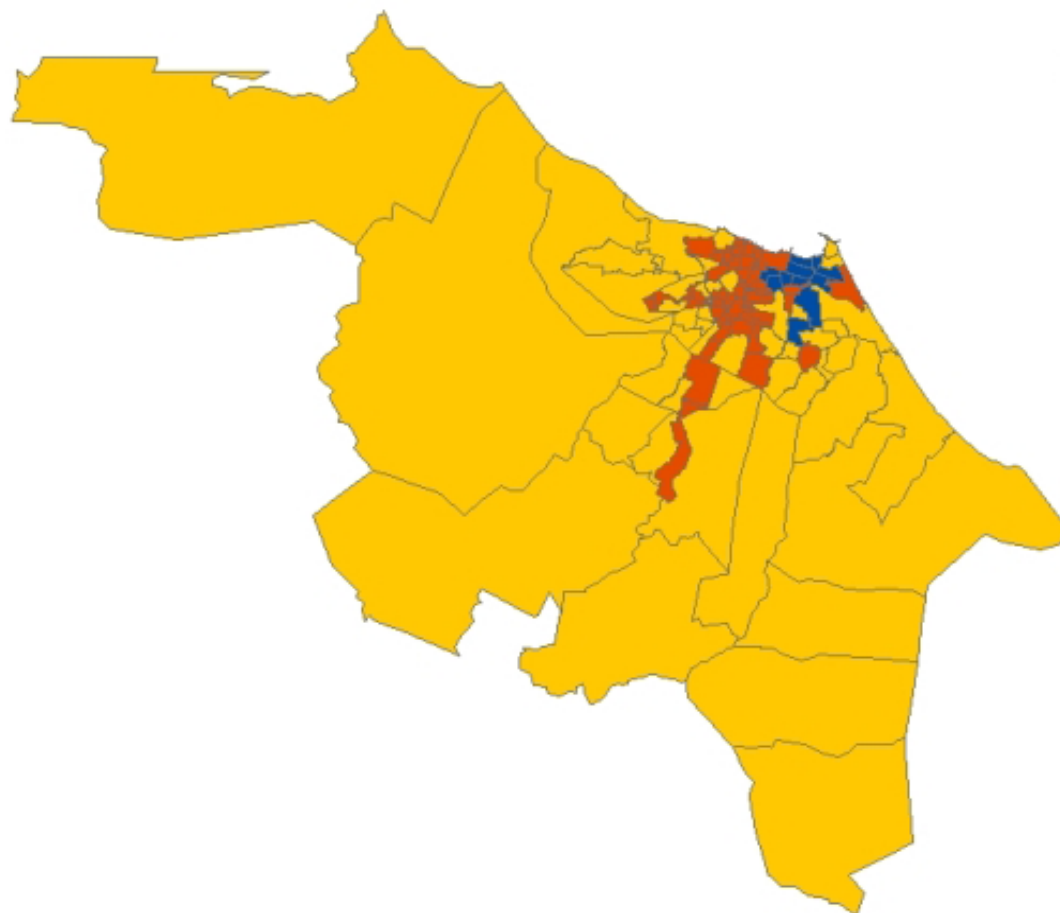
Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2000
Elaboração: Observatório das Metrôpoles

Legenda

Tipo Socioespacial

-  Alto
-  Médio
-  Baixo

Tipologia Socioespacial segundo o Clima Educativo Região Metropolitana de Fortaleza- 2000



0 5 10 20 30 40
Km

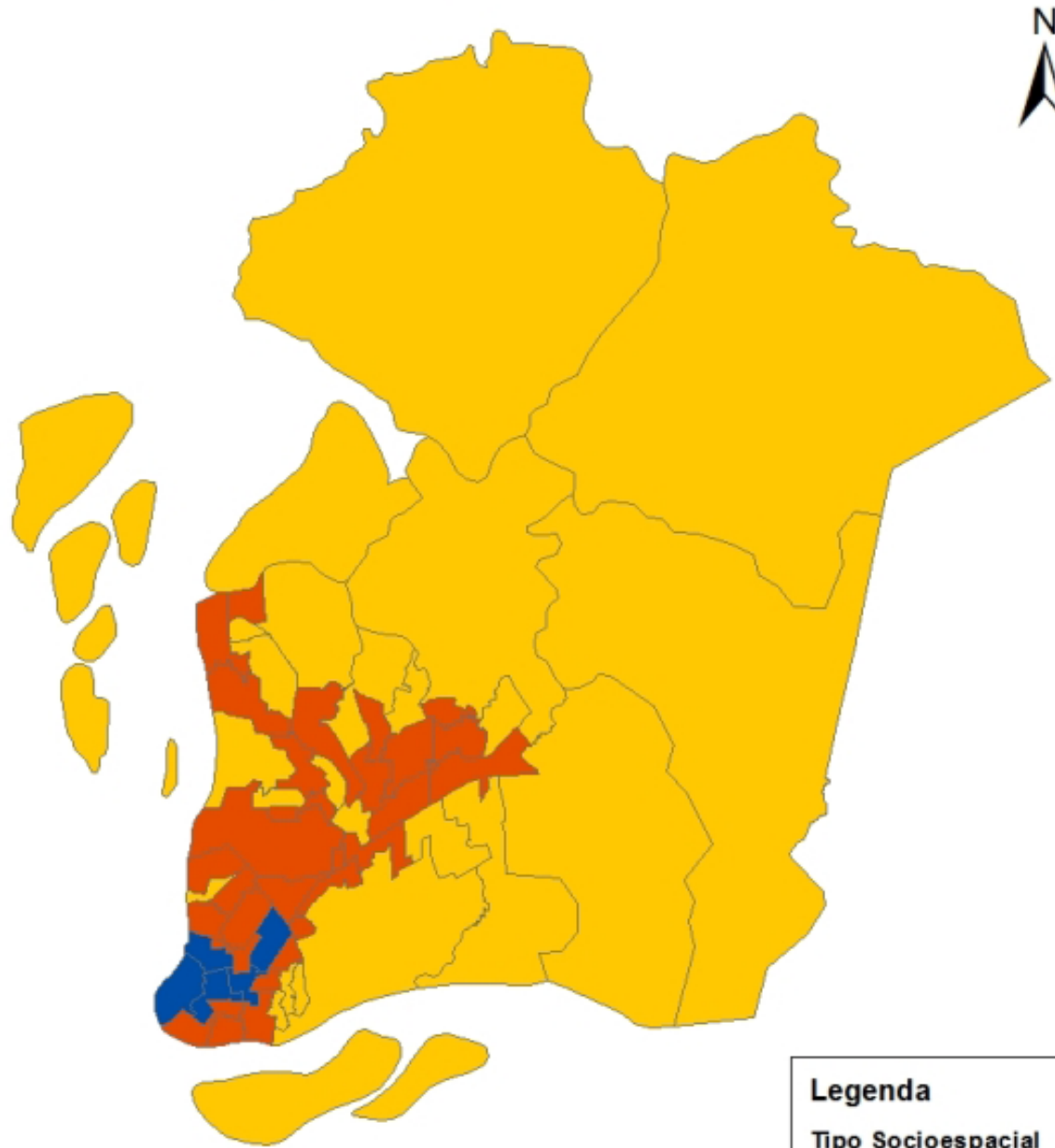
Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2000
Elaboração: Observatório das Metrôpoles

Legenda

Tipo Socioespacial

-  Alto
-  Médio
-  Baixo

Tipologia Socioespacial segundo o Clima Educativo Região Metropolitana de Belém- 2000



0 1,5 3 6 9 12 Km

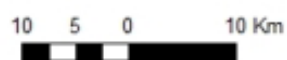
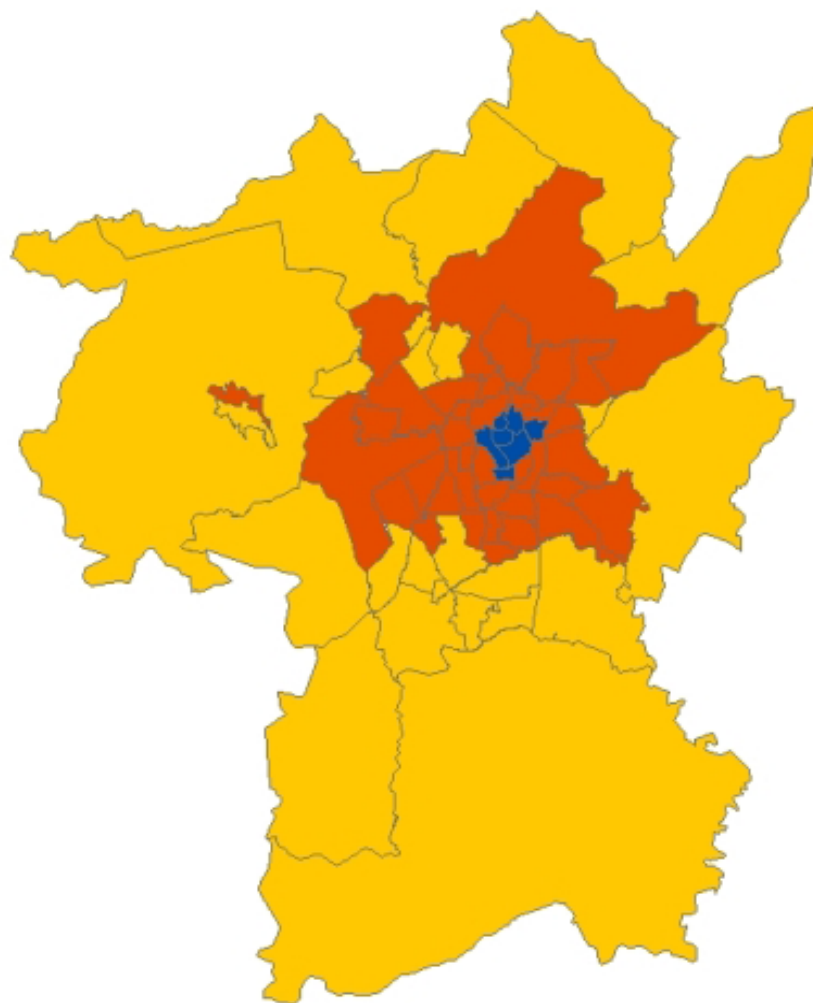
Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2000
Elaboração: Observatório das Metrôpoles

Legenda

Tipo Socioespacial

- Alto
- Médio
- Baixo

Tipologia Socioespacial segundo o Clima Educativo Região Metropolitana de Goiânia-2000



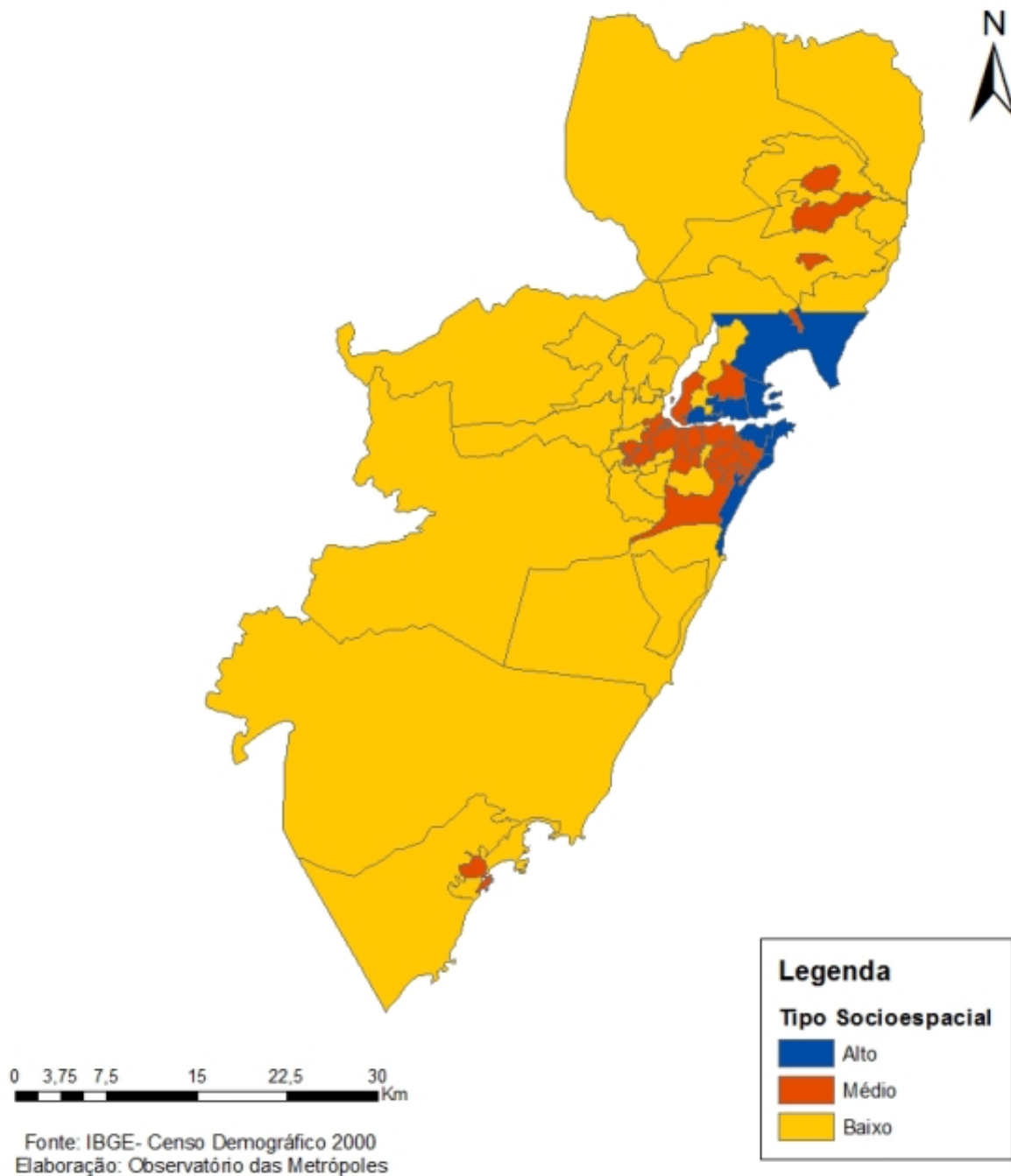
Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2000
Elaboração: Observatório das Metrôpoles

Legenda

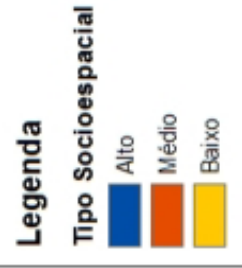
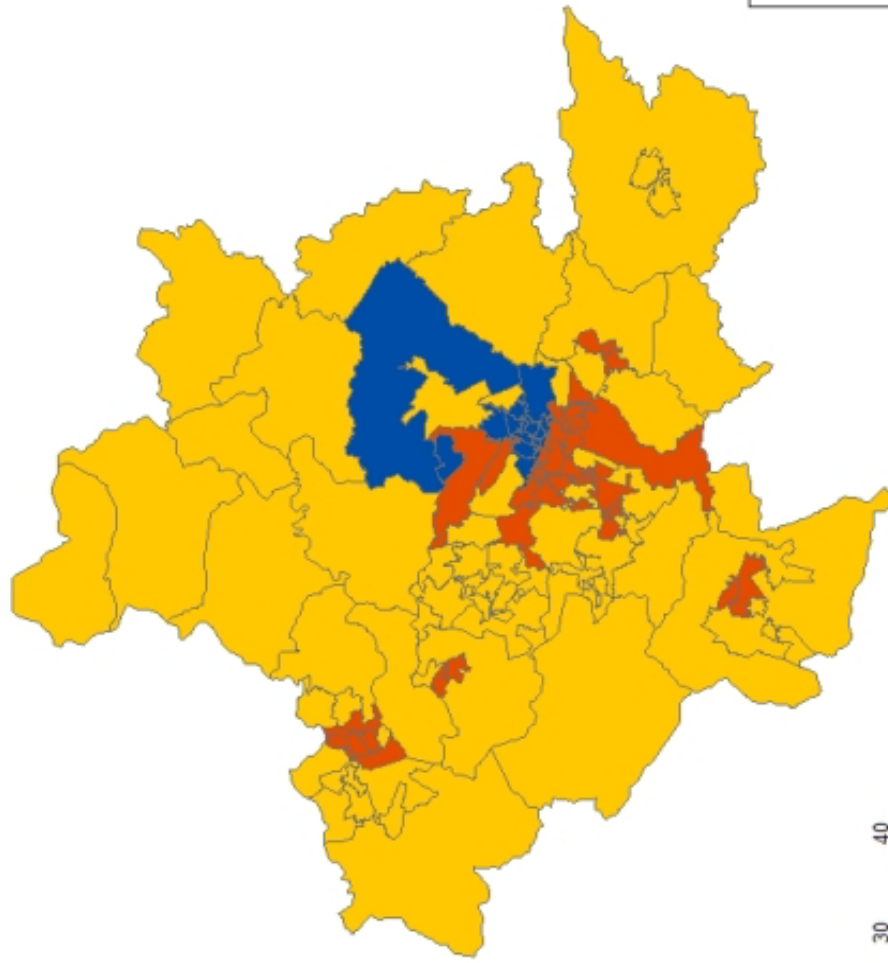
Tipo Socioespacial

-  Alto
-  Médio
-  Baixo

Tipologia Socioespacial segundo o Clima Educativo Região Metropolitana de Vitória- 2000

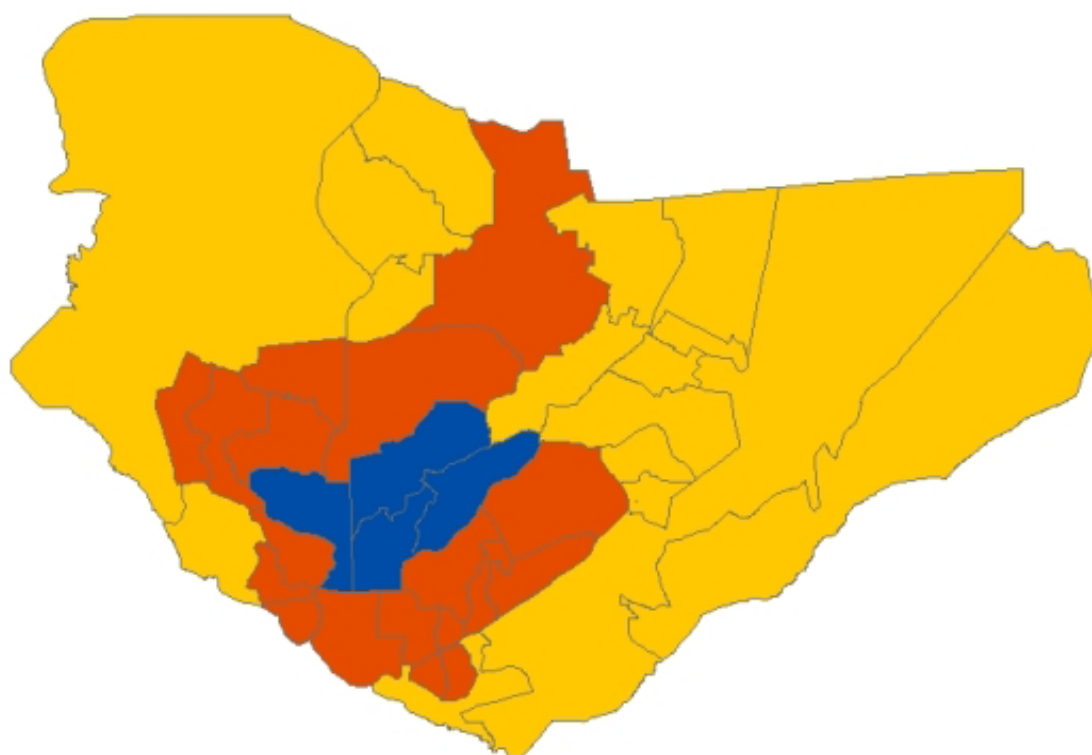


Tipologia Socioespacial segundo o Clima Educativo
Região Metropolitana de Campinas- 2000



Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2000
Elaboração: Observatório das Metrópoles

Tipologia Socioespacial segundo o Clima Educativo Região Metropolitana de Manaus- 2000



0 2,5 5 10 Km

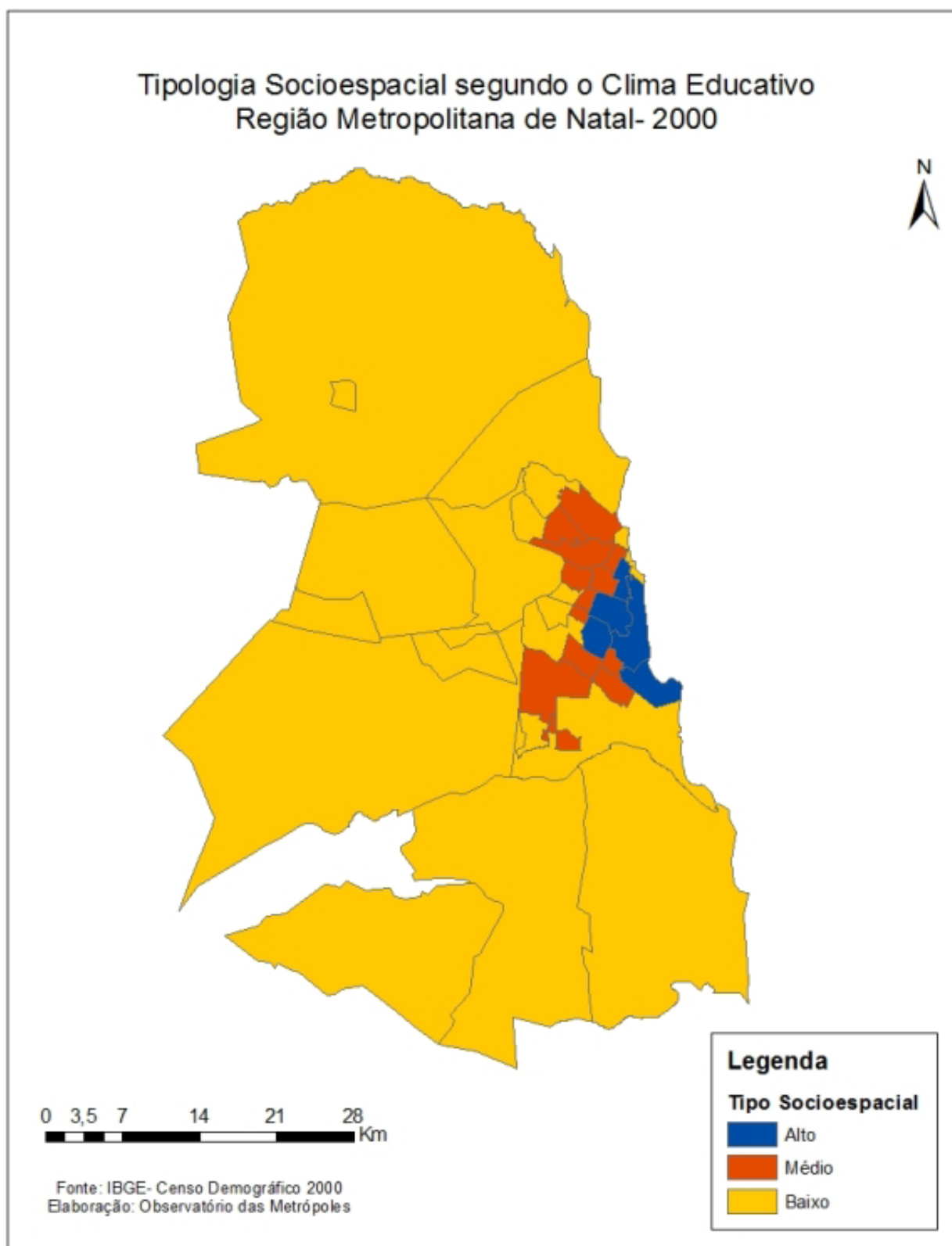
Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2000
Elaboração: Observatório das Metrôpoles

Legenda

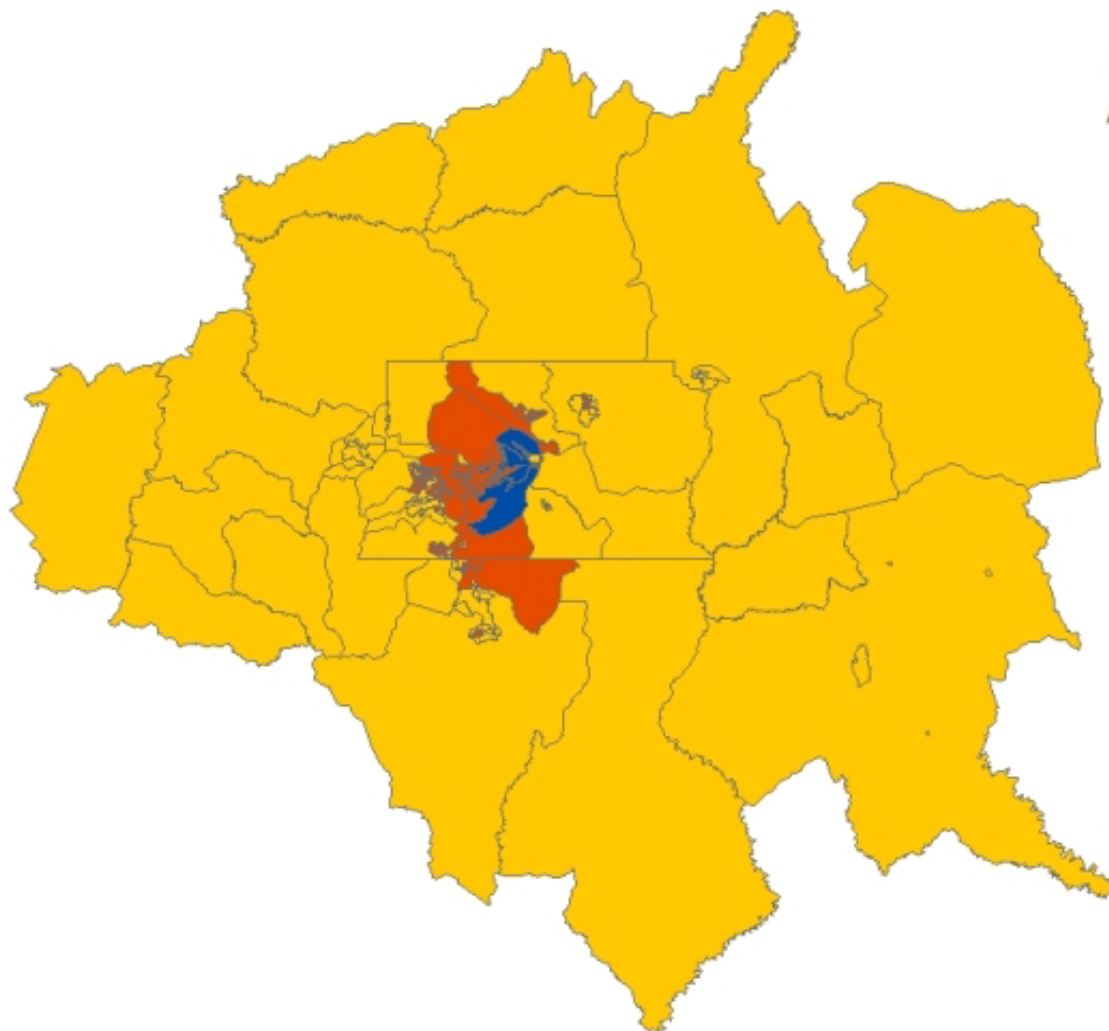
Tipologia Socioespacial

-  Alto
-  Médio
-  Baixo

Tipologia Socioespacial segundo o Clima Educativo Região Metropolitana de Natal- 2000



Tipologia Socioespacial segundo o Clima Educativo Região Metropolitana do Distrito Federal- 2000



0 15 30 60 90 120 Km

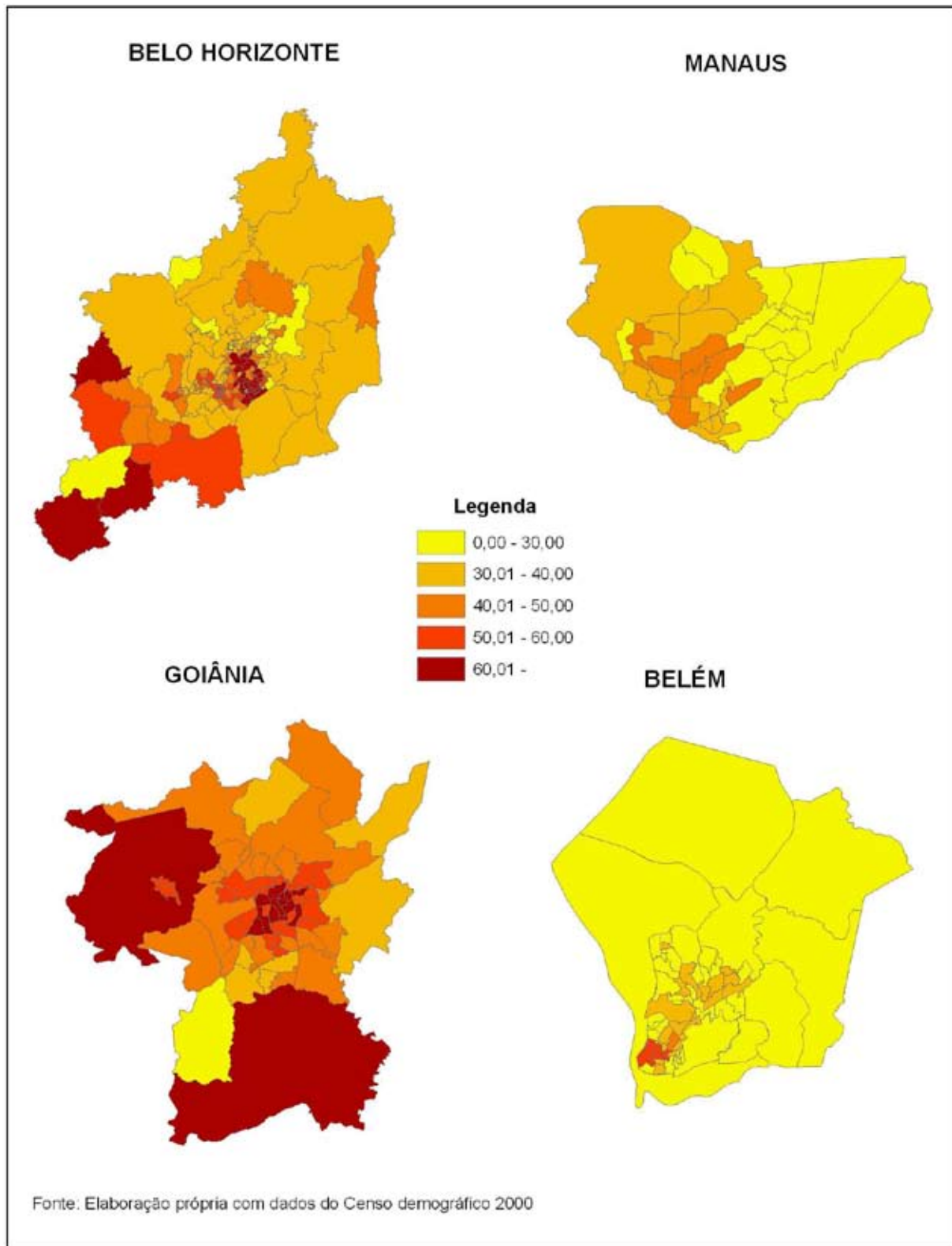
Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2000
Elaboração: Observatório das Metrópoles

Legenda

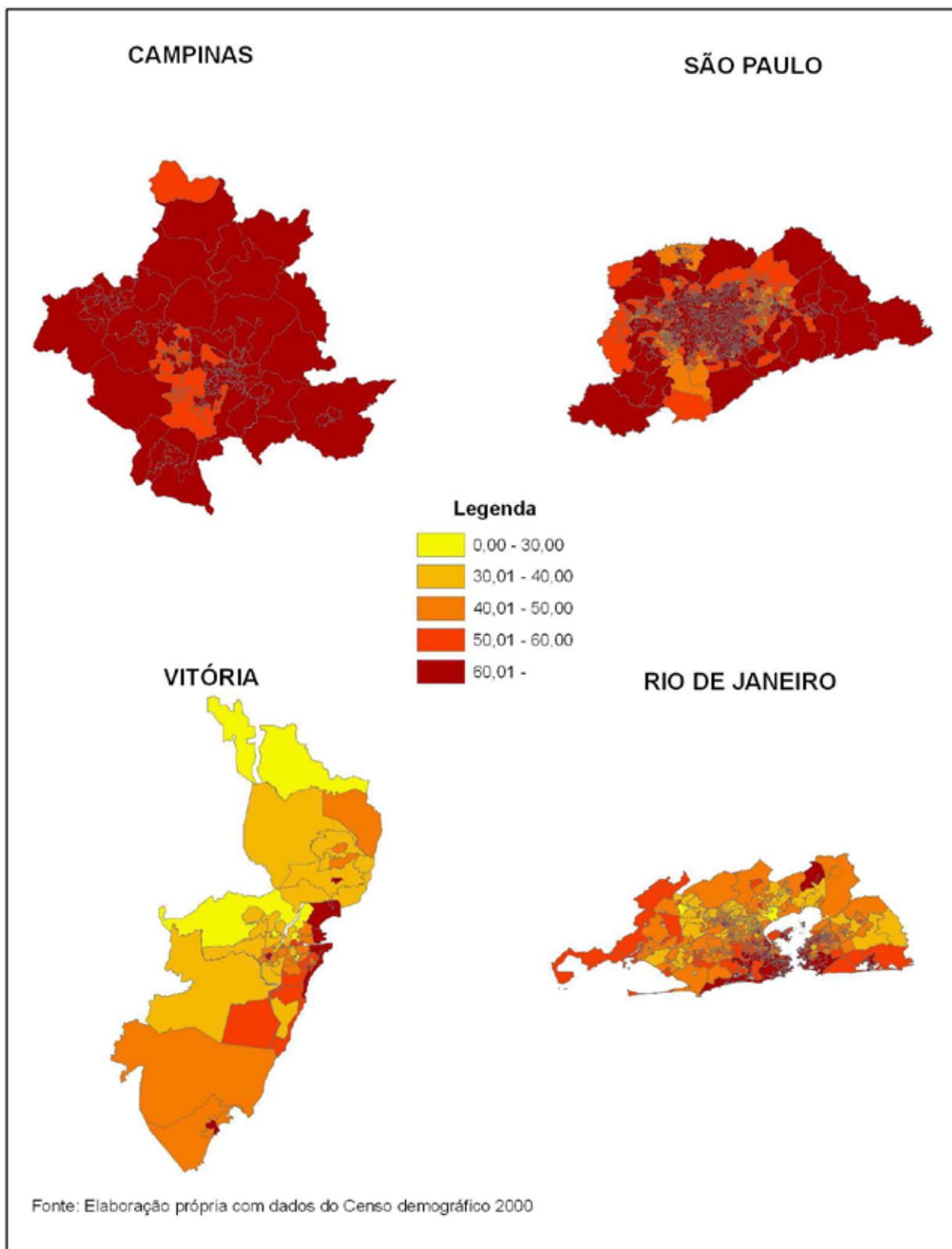
Tipo Socioespacial

- Alto
- Médio
- Baixo

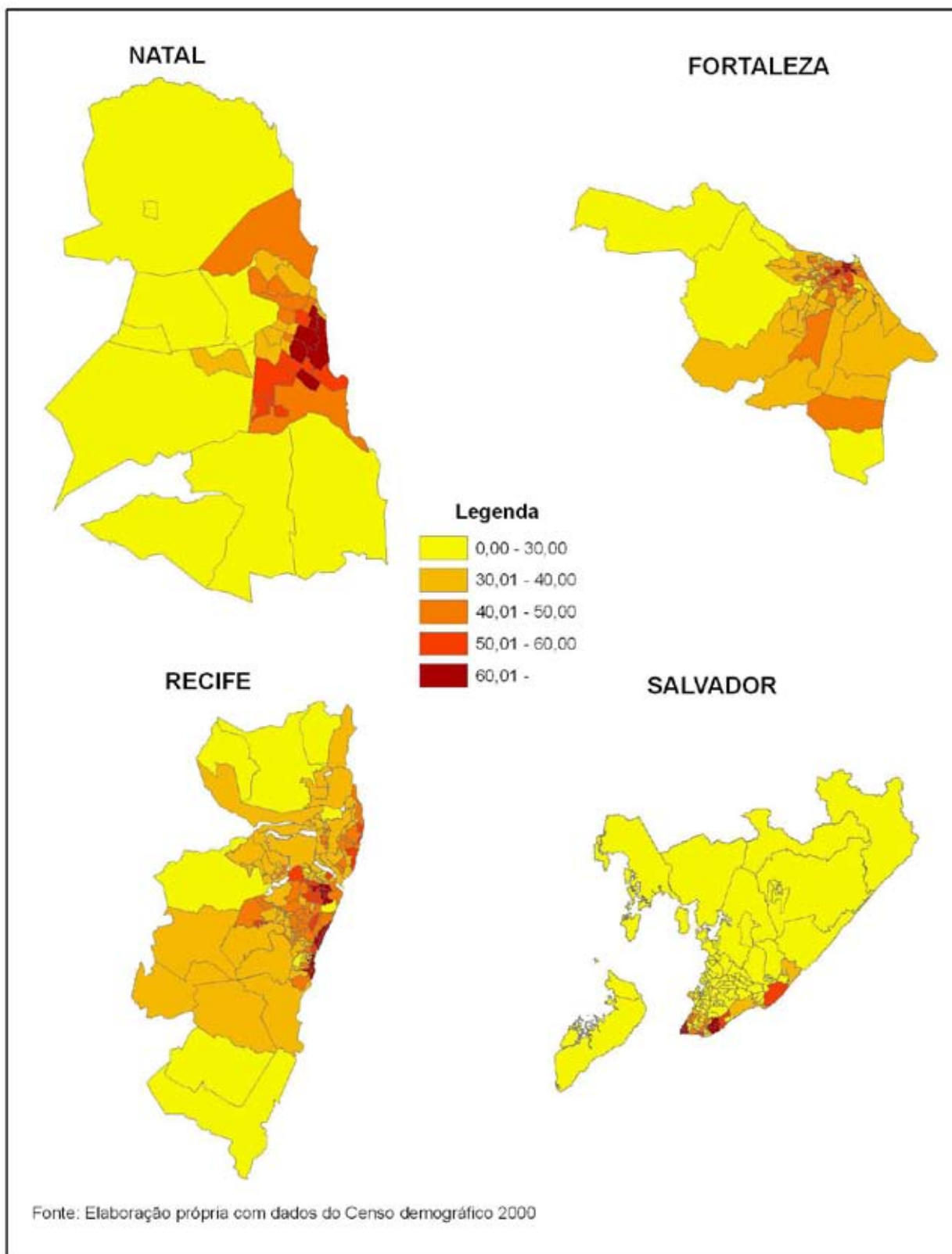
GEUBs: Pessoas de Cor Branca (%) - 2000



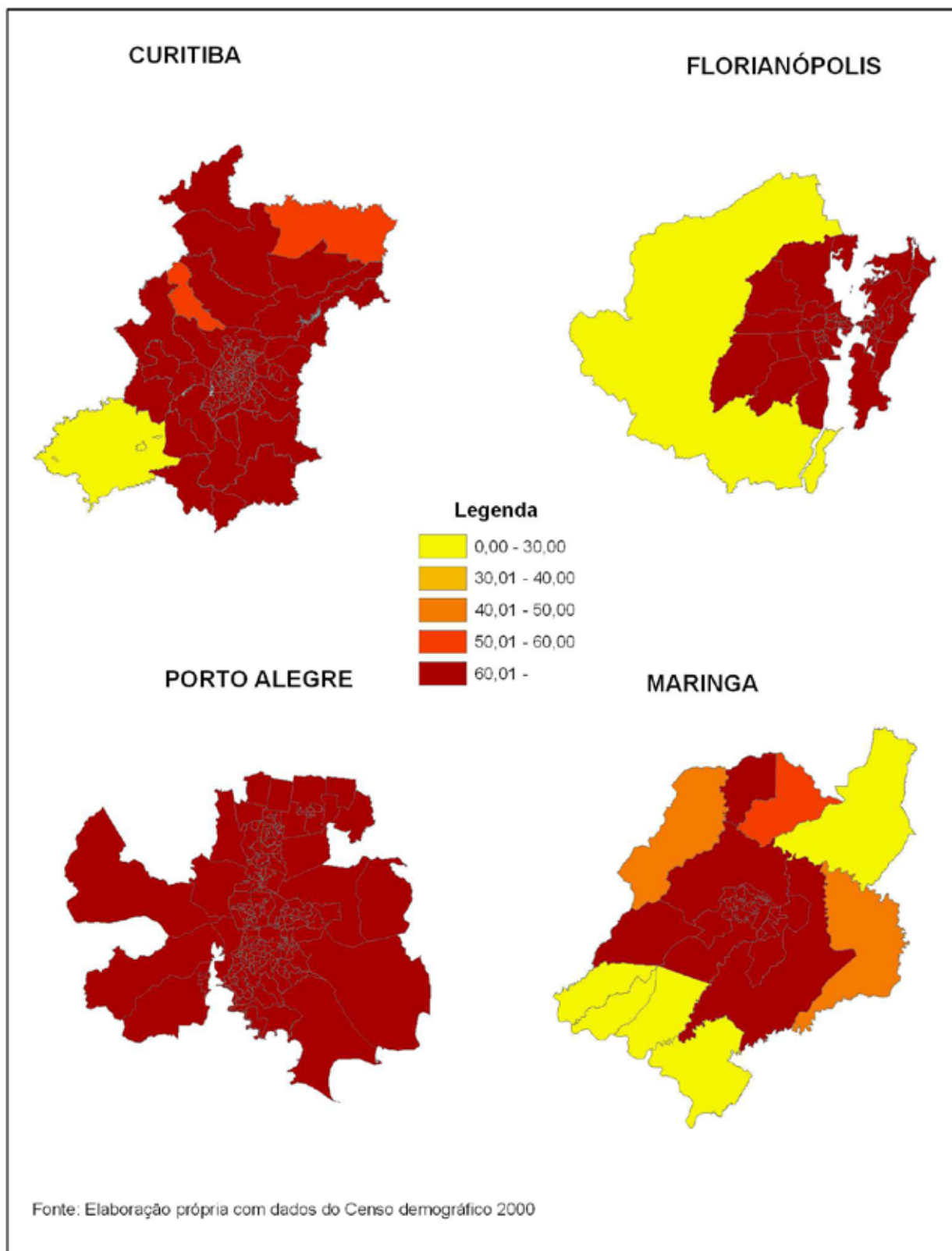
GEUBs: Pessoas de Cor Branca (%) - 2000



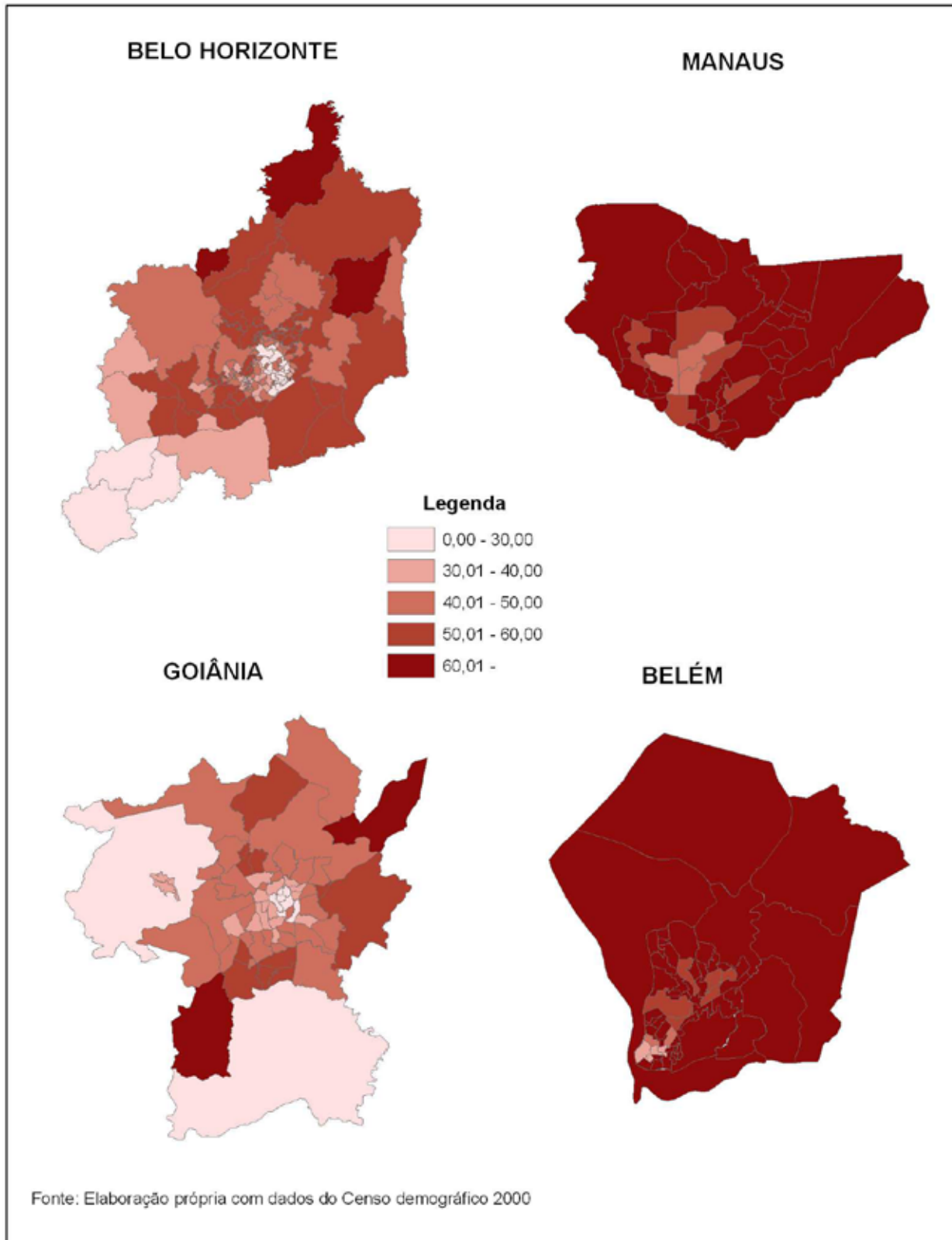
GEUBs: Pessoas de Cor Branca (%) - 2000



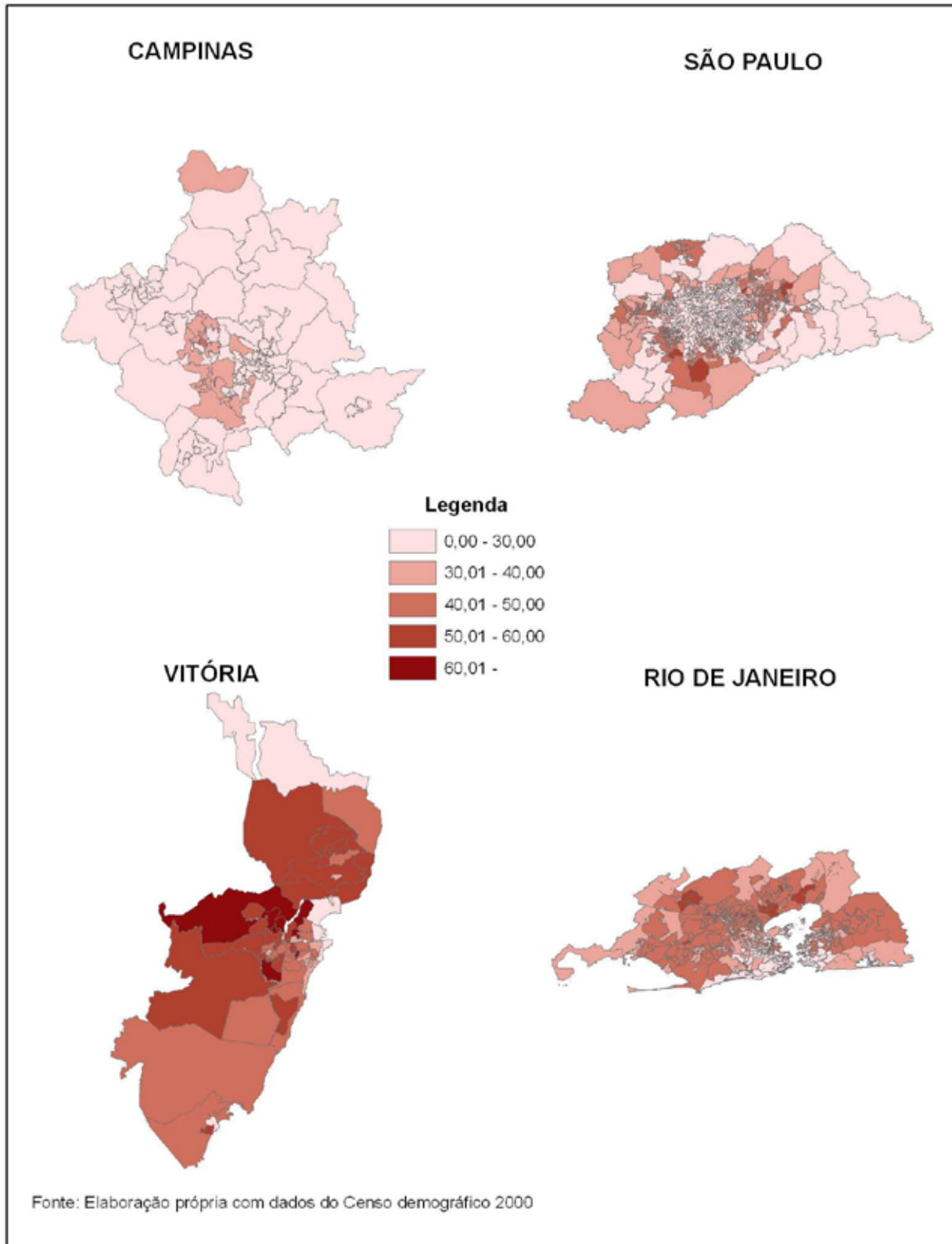
GEUBs: Pessoas de Cor Branca (%) - 2000



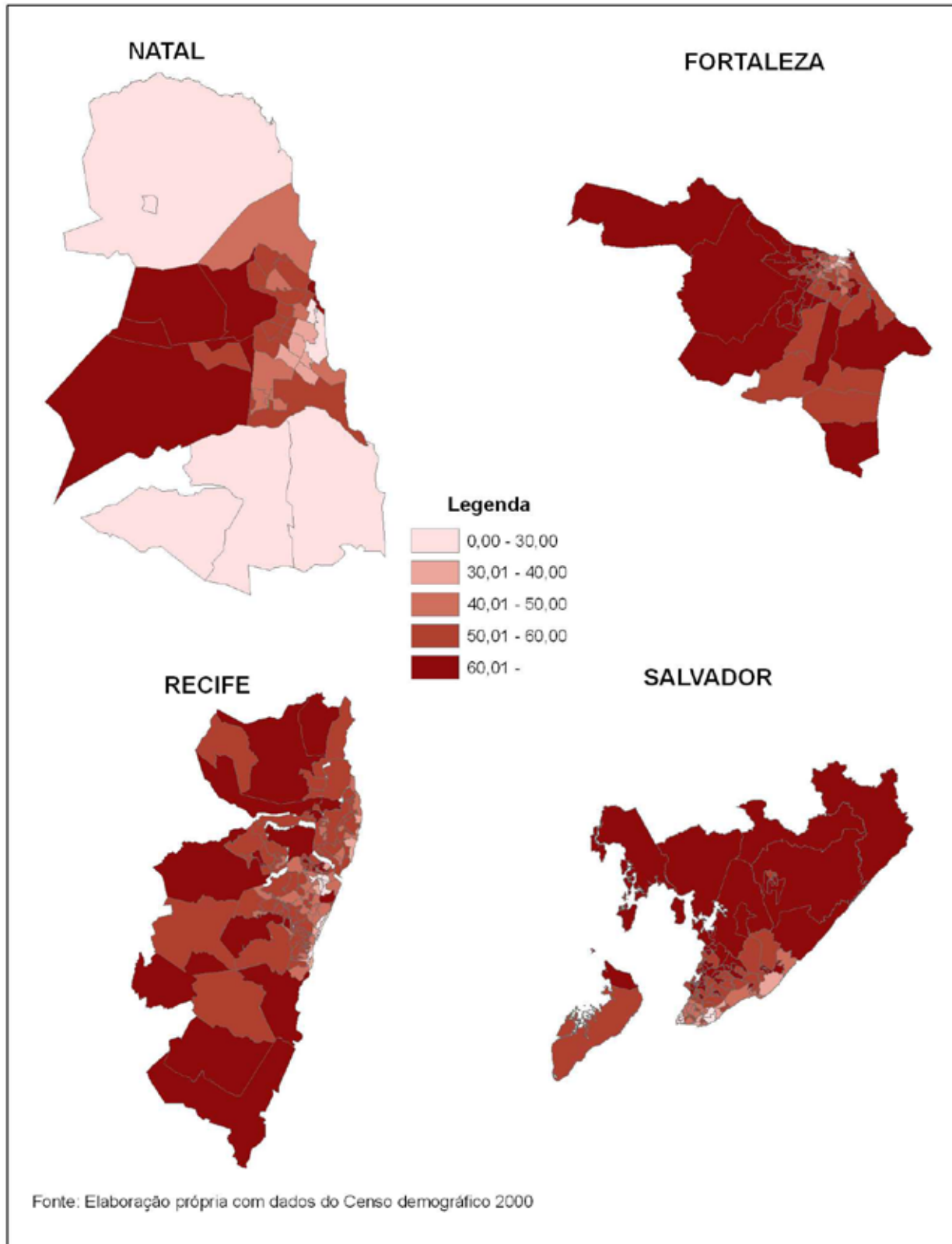
GEUBs: Pessoas de Cor Parda (%) - 2000



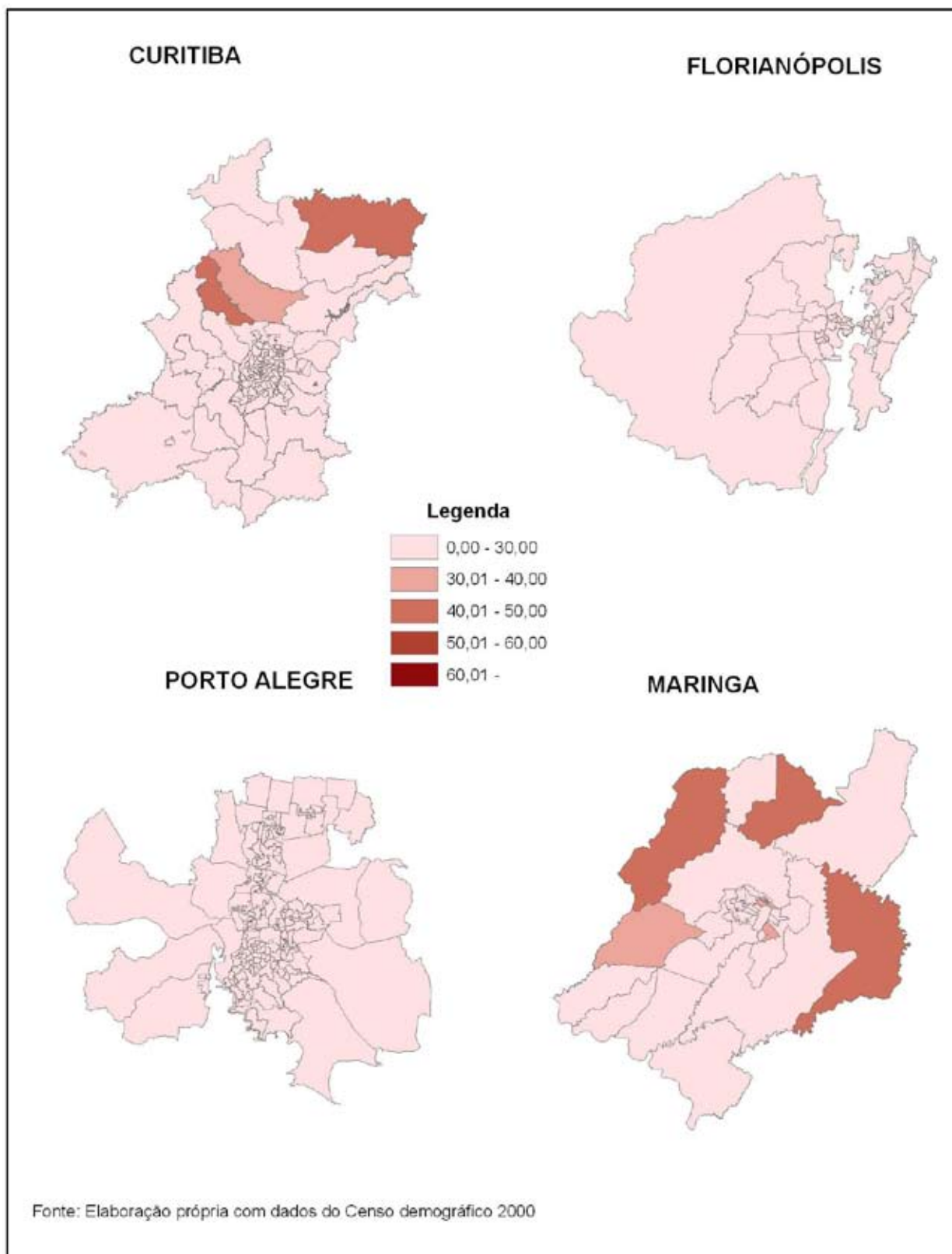
GEUBs: Pessoas de Cor Parda (%) - 2000



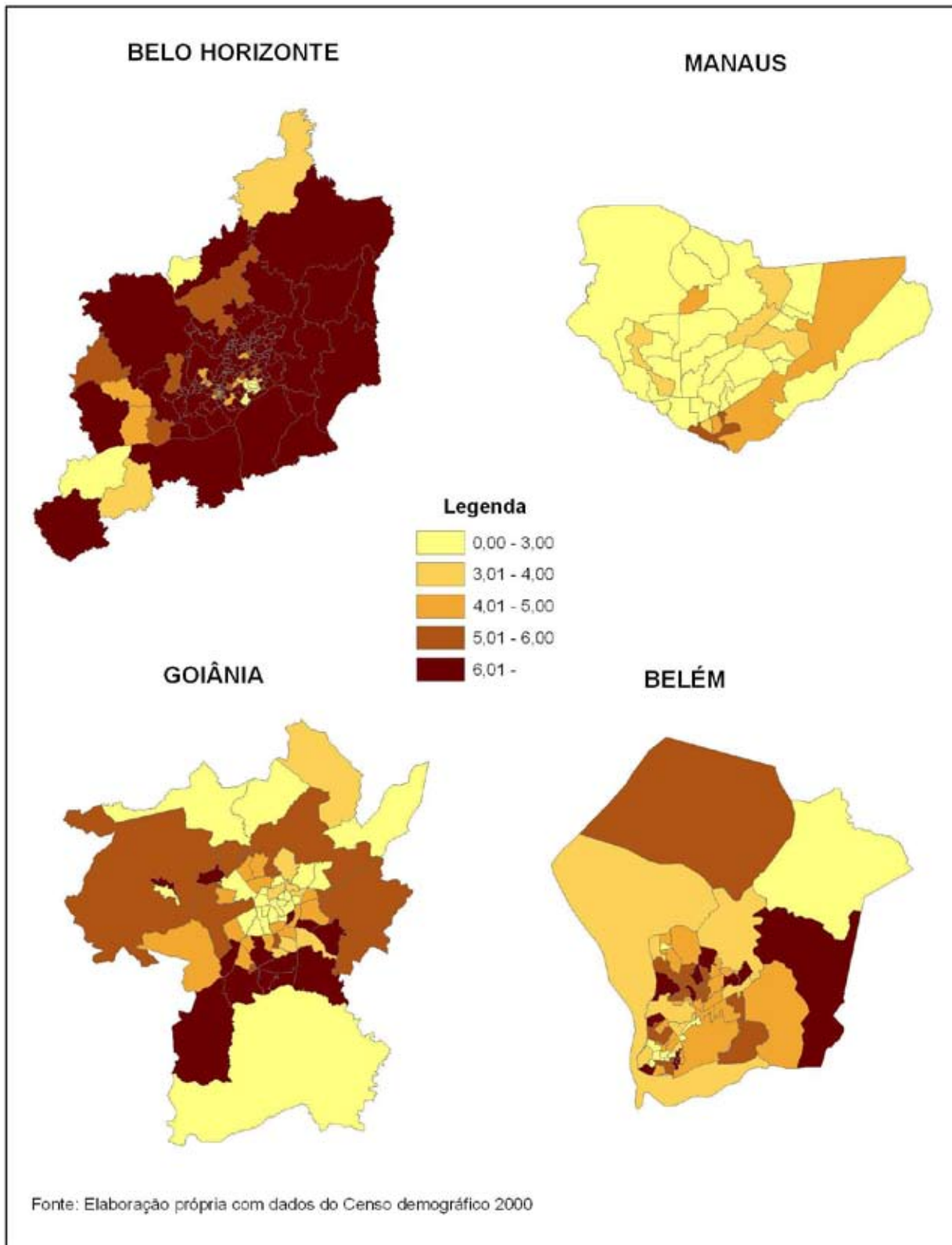
GEUBs: Pessoas de Cor Parda (%) - 2000



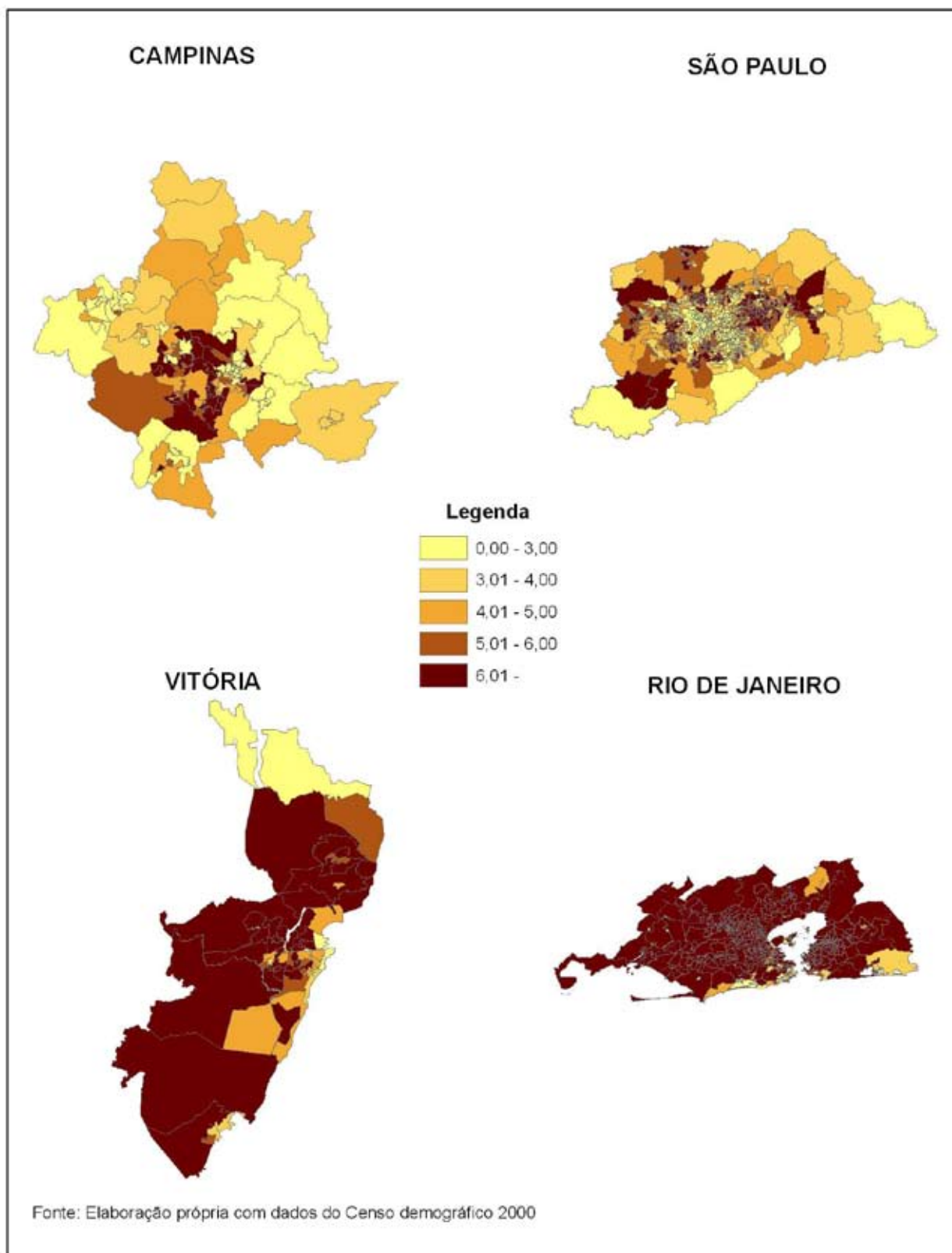
GEUBs: Pessoas de Cor Parda (%) - 2000



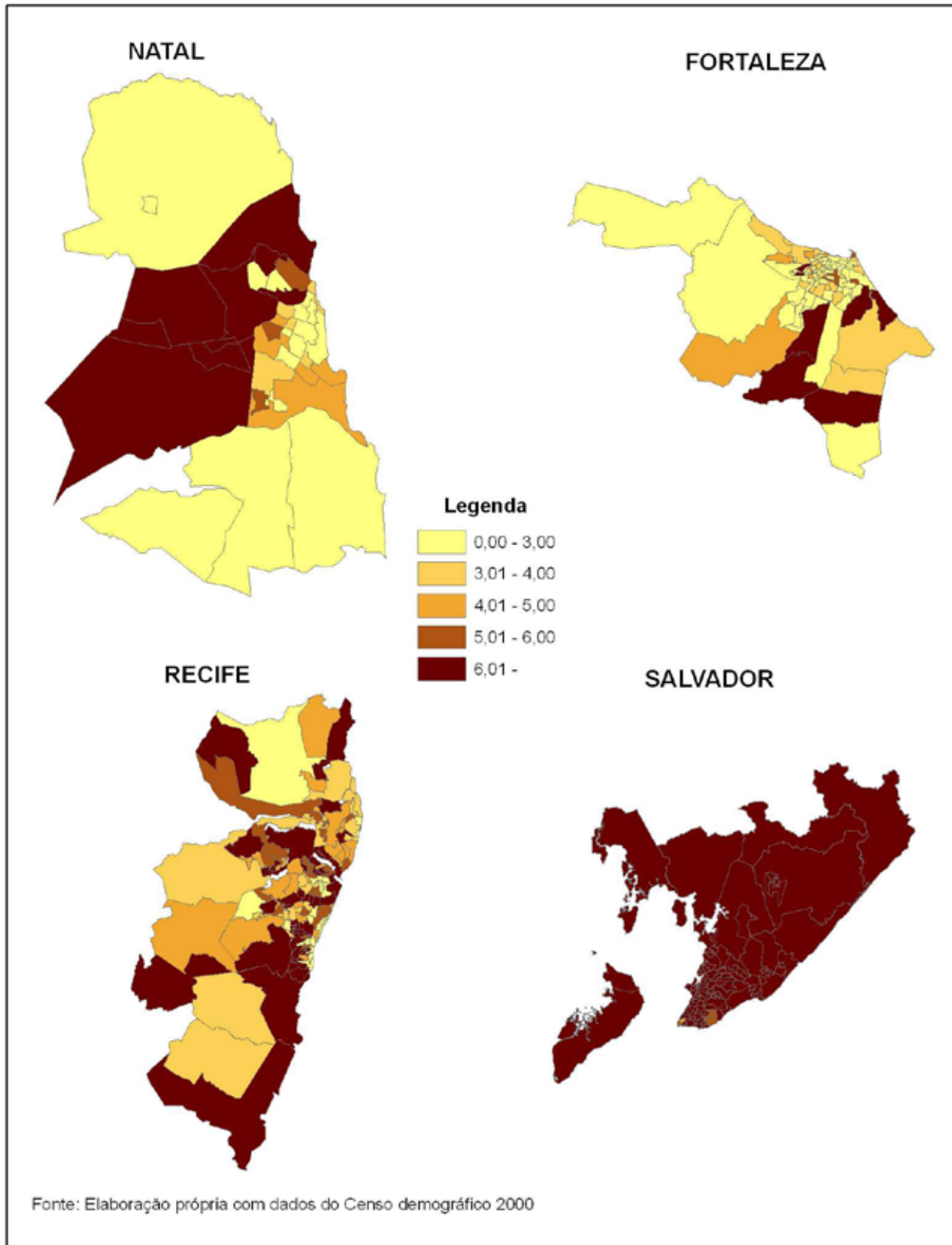
GEUBs: Pessoas de Cor Preta (%) - 2000



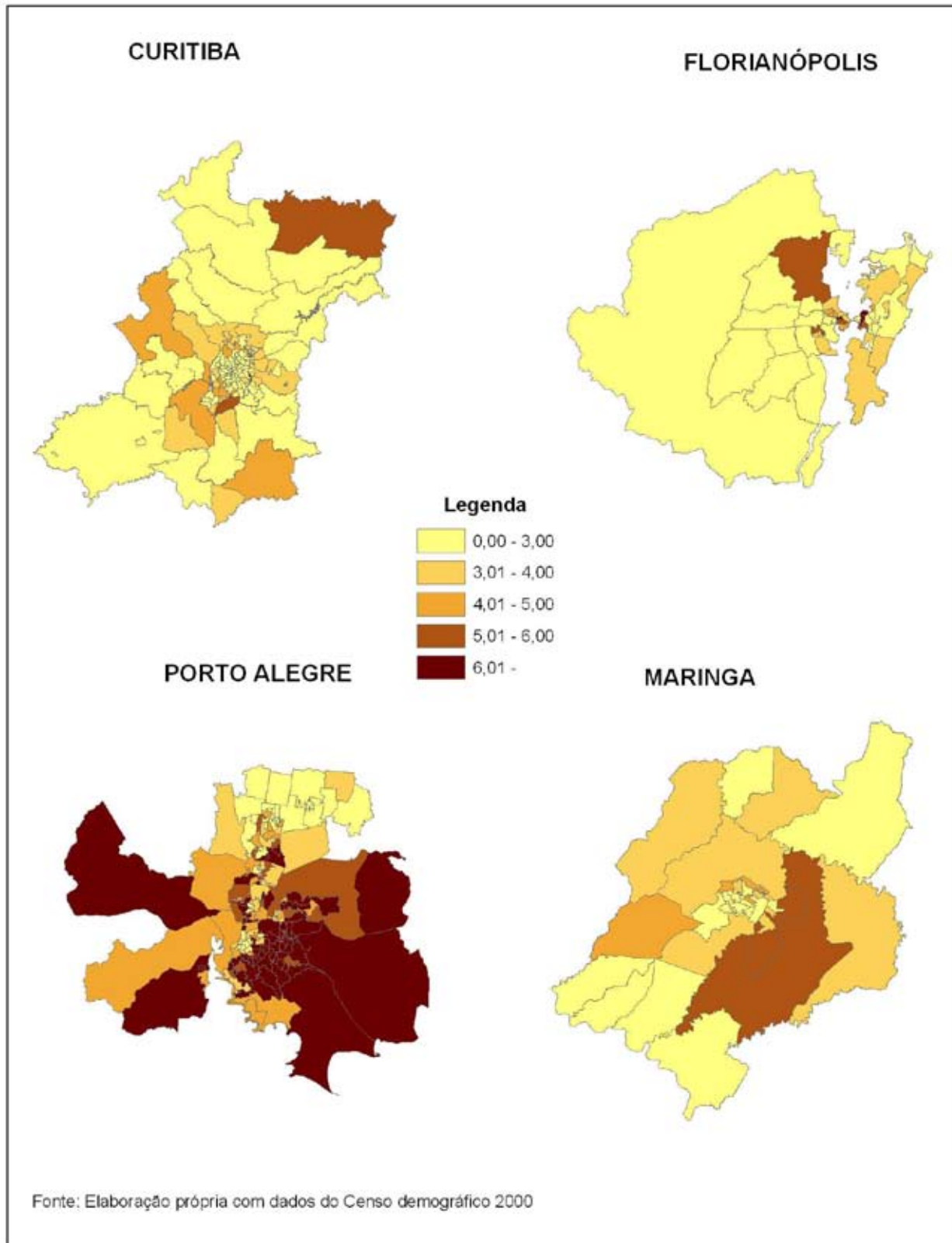
GEUBs: Pessoas de Cor Preta (%) - 2000



GEUBs: Pessoas de Cor Preta (%) - 2000



GEUBs: Pessoas de Cor Preta (%) - 2000



ANEXO III

(Indicadores das variáveis dependentes)

Tabela 1 - Indicadores de Desigualdades de Oportunidades segundo contexto socioespacial - Belém

Indicadores de Desigualdades	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Atraso Escolar	Branca	37,1	24,2	7,4	26,7
	Preta	53,5	42,1	30,3	47,0
	Parda	44,5	33,9	13,3	37,9
	Total	43,2	31,4	10,3	35,1
Evasão Escolar	Branca	5,4	2,4	0,4	3,2
	Preta	7,1	3,9	11,2	5,6
	Parda	5,3	3,2	1,8	4,1
	Total	5,4	3,0	1,2	3,9
Maternidade precoce	Branca	7,6	4,7	2,5	5,4
	Preta	9,0	3,7	2,7	5,7
	Parda	10,4	7,8	3,6	8,6
	Total	9,6	6,7	3,0	7,4
Desafiliação Institucional	Branca	7,6	6,5	3,7	6,4
	Preta	8,7	6,4	11,3	7,7
	Parda	8,9	7,3	4,7	7,8
	Total	8,6	7,0	4,4	7,4

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

Tabela 2 - Indicadores de Desigualdades de Oportunidades segundo o contexto socioespacial - Fortaleza

Indicadores de Desigualdades	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Atraso Escolar	Branca	27,9	15,4	9,0	20,9
	Preta	44,6	33,1	37,6	41,1
	Parda	35,0	23,8	17,8	30,5
	Total	33,0	20,5	12,8	27,2
Evasão Escolar	Branca	4,9	2,7	2,0	3,7
	Preta	8,1	5,2	9,5	7,3
	Parda	5,4	4,2	2,5	4,9
	Total	5,3	3,6	2,3	4,5
Maternidade precoce	Branca	5,4	4,5	1,6	4,5
	Preta	7,3	7,3	11,4	7,6
	Parda	7,1	5,6	7,3	6,6
	Total	6,6	5,2	4,2	5,8
Desafiliação Institucional	Branca	8,1	6,6	4,5	7,0
	Preta	11,9	9,1	9,0	10,9
	Parda	10,2	8,1	5,1	9,2
	Total	9,6	7,5	4,8	8,4

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

Tabela 3 - Indicadores de Desigualdades de Oportunidades segundo o contexto socioespacial - Natal

Indicadores de Desigualdades	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Atraso Escolar	Branca	31,0	16,8	7,4	21,6
	Preta	47,6	35,1	32,1	43,5
	Parda	38,3	25,3	16,0	32,4
	Total	36,2	21,6	10,8	28,3
Evasão Escolar	Branca	4,9	2,4	0,5	3,2
	Preta	8,4	6,3	0,0	7,5
	Parda	6,7	3,3	2,2	5,2
	Total	6,2	3,0	1,1	4,5
Maternidade precoce	Branca	7,1	4,8	1,5	5,1
	Preta	9,2	11,3	0,0	9,2
	Parda	7,1	5,6	2,6	6,1
	Total	7,2	5,3	1,9	5,8
Desafiliação Institucional	Branca	8,8	5,8	2,8	6,4
	Preta	12,9	8,7	5,4	11,1
	Parda	11,0	6,4	5,5	8,9
	Total	10,4	6,2	3,9	7,9

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

Tabela 4 - Indicadores de Desigualdades de Oportunidades segundo o contexto socioespacial - Recife

Indicadores de Desigualdades	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Atraso Escolar	Branca	30,8	21,2	9,5	24,6
	Preta	47,5	33,5	42,3	44,6
	Parda	38,5	29,9	22,7	35,5
	Total	36,4	26,2	14,9	31,7
Evasão Escolar	Branca	5,0	2,4	1,3	3,7
	Preta	8,5	3,6	6,4	7,5
	Parda	6,2	4,3	3,1	5,5
	Total	5,9	3,5	2,0	4,9
Maternidade precoce	Branca	6,8	5,1	2,2	5,5
	Preta	8,7	6,7	5,7	8,1
	Parda	7,8	6,7	6,5	7,4
	Total	7,5	6,0	3,8	6,7
Desafiliação Institucional	Branca	9,9	7,5	4,7	8,3
	Preta	13,4	10,4	9,3	12,5
	Parda	11,1	9,0	6,4	10,3
	Total	10,9	8,5	5,4	9,6

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

Tabela 5 - Indicadores de Desigualdades de Oportunidades segundo o contexto socioespacial - Salvador

Indicadores de Desigualdades	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Atraso Escolar	Branca	32,1	19,0	7,5	19,4
	Preta	45,0	37,1	32,0	39,6
	Parda	38,6	30,5	20,1	32,9
	Total	39,1	29,7	14,7	31,6
Evasão Escolar	Branca	4,4	2,0	0,8	2,2
	Preta	5,3	4,0	6,1	4,5
	Parda	4,4	3,2	3,1	3,7
	Total	4,6	3,2	2,2	3,5
Maternidade precoce	Branca	6,9	4,9	1,9	4,6
	Preta	9,3	6,6	5,7	7,4
	Parda	8,1	6,6	5,1	7,0
	Total	8,2	6,3	3,6	6,6
Desafiliação Institucional	Branca	7,4	5,5	2,9	5,2
	Preta	8,3	5,5	4,3	6,4
	Parda	8,0	5,7	2,5	6,2
	Total	8,0	5,6	2,9	6,1

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

Tabela 6 - Indicadores de Desigualdades de Oportunidades segundo o contexto socioespacial - Belo Horizonte

Indicadores de Desigualdades	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Atraso Escolar	Branca	14,4	7,8	4,8	11,3
	Preta	24,3	18,5	18,9	22,8
	Parda	19,3	13,5	18,9	18,0
	Total	17,9	10,7	7,1	15,4
Evasão Escolar	Branca	2,6	1,1	0,6	1,9
	Preta	4,2	2,5	1,7	3,7
	Parda	3,0	2,2	2,2	2,8
	Total	3,0	1,6	0,9	2,5
Maternidade precoce	Branca	4,6	3,4	1,4	3,8
	Preta	6,9	7,7	5,7	7,1
	Parda	5,6	5,6	3,8	5,6
	Total	5,3	4,5	1,9	4,9
Desafiliação Institucional	Branca	5,1	3,8	2,7	4,4
	Preta	7,2	4,5	6,1	6,5
	Parda	5,9	5,4	7,5	5,8
	Total	5,8	4,5	3,3	5,3

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

Tabela 7 - Indicadores de Desigualdades de Oportunidades segundo o contexto socioespacial - Vitória

Indicadores de Desigualdades	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Atraso Escolar	Branca	16,4	7,6	4,3	11,1
	Preta	31,6	18,8	15,8	26,8
	Parda	22,7	13,6	11,8	19,4
	Total	21,2	11,2	7,2	16,5
Evasão Escolar	Branca	4,0	1,6	0,8	2,6
	Preta	8,0	3,2	2,8	6,3
	Parda	4,8	3,9	2,2	4,3
	Total	4,7	2,9	1,4	3,7
Maternidade precoce	Branca	3,9	3,3	1,3	3,1
	Preta	8,9	6,4	11,9	8,5
	Parda	6,4	6,0	5,9	6,3
	Total	5,7	4,7	3,3	5,0
Desafiliação Institucional	Branca	6,0	4,7	2,5	4,7
	Preta	8,3	5,5	8,9	7,6
	Parda	7,5	5,5	2,9	6,5
	Total	7,1	5,1	3,0	5,9

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

Tabela 8 - Indicadores de Desigualdades de Oportunidades segundo o contexto socioespacial - Rio de Janeiro

Indicadores de Desigualdades	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Atraso Escolar	Branca	24,0	12,9	6,1	17,6
	Preta	40,6	29,2	28,0	36,3
	Parda	32,4	22,9	19,7	29,1
	Total	29,8	17,9	8,2	24,1
Evasão Escolar	Branca	3,7	1,9	1,3	2,7
	Preta	6,4	3,8	3,9	5,5
	Parda	4,6	2,9	3,4	4,1
	Total	4,5	2,4	1,6	3,5
Maternidade precoce	Branca	5,7	4,1	0,9	4,4
	Preta	11,2	9,8	8,4	10,7
	Parda	7,6	7,0	4,4	7,3
	Total	7,2	5,6	1,5	6,2
Desafiliação Institucional	Branca	8,0	6,0	4,5	6,7
	Preta	10,7	8,8	11,8	10,0
	Parda	8,7	7,4	5,1	8,2
	Total	8,7	6,7	4,8	7,6

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

Tabela 9 - Indicadores de Desigualdades de Oportunidades segundo o contexto socioespacial - São Paulo

Indicadores de Desigualdades	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Atraso Escolar	Branca	13,0	8,5	5,5	9,2
	Preta	21,5	16,3	11,3	17,8
	Parda	17,2	13,8	15,9	15,3
	Total	15,2	10,4	6,7	11,5
Evasão Escolar	Branca	3,7	2,4	1,3	2,6
	Preta	6,1	3,5	2,6	4,3
	Parda	4,6	3,4	5,3	4,0
	Total	4,2	2,8	1,7	3,1
Maternidade precoce	Branca	5,1	4,3	2,2	4,2
	Preta	7,3	6,3	4,0	6,5
	Parda	5,6	5,9	5,7	5,7
	Total	5,4	4,9	2,6	4,8
Desafiliação Institucional	Branca	6,1	5,0	3,7	5,0
	Preta	8,3	6,3	5,4	6,9
	Parda	7,2	5,9	5,6	6,4
	Total	6,7	5,4	3,9	5,6

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

Tabela 10 - Indicadores de Desigualdades de Oportunidades segundo o contexto socioespacial - Campinas

Indicadores de Desigualdades	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Atraso Escolar	Branca	10,2	7,1	6,0	9,1
	Preta	20,8	18,9	24,6	20,4
	Parda	16,8	17,3	14,5	16,8
	Total	12,3	9,3	6,9	11,3
Evasão Escolar	Branca	2,9	1,9	1,5	2,5
	Preta	5,1	4,5	6,0	5,0
	Parda	3,4	2,4	5,1	3,2
	Total	3,1	2,1	1,8	2,8
Maternidade precoce	Branca	4,2	3,2	1,8	3,7
	Preta	7,0	5,8	13,5	6,9
	Parda	6,5	4,1	4,7	6,1
	Total	4,9	3,4	2,2	4,3
Desafiliação Institucional	Branca	4,1	5,8	2,6	4,4
	Preta	8,0	9,3	0,0	8,1
	Parda	5,0	7,5	2,8	5,4
	Total	4,5	6,2	2,5	4,8

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

Tabela 11 - Indicadores de Desigualdades de Oportunidades segundo o contexto socioespacial - Curitiba

Indicadores de Desigualdades	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Atraso Escolar	Branca	20,1	11,1	4,7	13,6
	Preta	31,4	21,6	2,8	25,3
	Parda	29,4	17,3	13,0	23,0
	Total	22,4	12,3	5,1	15,4
Evasão Escolar	Branca	6,1	2,7	1,1	3,7
	Preta	7,9	6,7	3,5	7,1
	Parda	8,3	4,8	4,0	6,5
	Total	6,6	3,1	1,3	4,3
Maternidade precoce	Branca	5,8	4,2	1,4	4,3
	Preta	6,0	12,0	0,0	8,9
	Parda	7,2	6,8	5,4	6,9
	Total	6,1	4,7	1,6	4,8
Desafiliação Institucional	Branca	7,6	5,0	3,3	5,6
	Preta	7,7	6,0	5,4	6,6
	Parda	10,6	6,4	6,2	8,3
	Total	8,3	5,2	3,5	6,0

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

Tabela 12 - Indicadores de Desigualdades de Oportunidades segundo o contexto socioespacial - Maringá

Indicadores de Desigualdades	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Atraso Escolar	Branca	11,7	6,3	2,5	8,2
	Preta	27,5	20,7	23,9	24,2
	Parda	14,9	12,4	13,3	13,9
	Total	13,1	7,9	3,5	9,9
Evasão Escolar	Branca	2,2	1,1	1,1	1,5
	Preta	5,6	2,0	0,0	3,8
	Parda	5,0	2,9	0,0	4,0
	Total	3,2	1,5	1,0	2,2
Maternidade precoce	Branca	3,3	1,9	1,9	2,4
	Preta	0,0	8,1	0,0	4,3
	Parda	5,1	4,3	11,4	4,9
	Total	3,7	2,6	2,6	3,1
Desafiliação Institucional	Branca	3,8	3,2	4,8	3,6
	Preta	4,0	6,0	0,0	4,8
	Parda	5,0	4,2	3,1	4,6
	Total	4,1	3,6	4,6	3,9

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

Tabela 13 - Indicadores de Desigualdades de Oportunidades segundo o contexto socioespacial - Florianópolis

Indicadores de Desigualdades	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Atraso Escolar	Branca	17,1	15,2	9,9	14,9
	Preta	26,6	28,8	11,4	26,7
	Parda	35,6	31,2	37,7	32,7
	Total	18,3	16,9	11,8	16,6
Evasão Escolar	Branca	2,9	2,1	1,7	2,2
	Preta	4,7	3,2	0,0	3,2
	Parda	8,6	5,2	1,0	5,3
	Total	3,2	2,4	1,6	2,5
Maternidade precoce	Branca	1,9	3,6	2,2	3,0
	Preta	10,0	13,7	8,3	12,1
	Parda	11,7	9,6	10,4	10,1
	Total	2,7	4,4	2,8	3,8
Desafiliação Institucional	Branca	5,3	5,0	6,5	5,3
	Preta	6,4	7,1	26,2	8,4
	Parda	6,7	9,8	10,2	9,4
	Total	5,4	5,5	7,1	5,8

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

Tabela 14 - Indicadores de Desigualdades de Oportunidades segundo o contexto socioespacial - Porto Alegre

Indicadores de Desigualdades	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Atraso Escolar	Branca	17,3	13,8	7,2	14,1
	Preta	31,1	27,6	30,8	28,8
	Parda	30,7	27,2	28,1	28,3
	Total	19,0	16,1	9,5	16,2
Evasão Escolar	Branca	3,1	2,0	1,3	2,3
	Preta	5,7	3,7	2,1	4,0
	Parda	6,0	3,6	1,9	4,2
	Total	3,4	2,3	1,4	2,6
Maternidade precoce	Branca	4,4	4,8	2,8	4,3
	Preta	8,2	10,0	9,8	9,5
	Parda	6,7	7,8	8,8	7,7
	Total	4,7	5,5	3,5	4,9
Desafiliação Institucional	Branca	4,9	5,3	3,8	4,9
	Preta	6,6	7,4	8,0	7,3
	Parda	7,1	7,0	5,9	6,9
	Total	5,2	5,6	4,0	5,2

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

Tabela 15 - Indicadores de Desigualdades de Oportunidades segundo o contexto socioespacial - Goiânia

Indicadores de Desigualdades	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Atraso Escolar	Branca	28,6	14,6	4,7	17,5
	Preta	40,7	34,2	32,8	37,4
	Parda	34,7	22,2	12,1	27,3
	Total	32,5	18,4	6,5	22,6
Evasão Escolar	Branca	3,3	1,9	1,0	2,2
	Preta	3,7	3,7	0,0	3,6
	Parda	4,1	2,5	1,5	3,2
	Total	3,7	2,2	1,1	2,7
Maternidade precoce	Branca	8,8	4,9	1,9	5,3
	Preta	12,7	12,0	4,4	11,9
	Parda	7,8	5,2	4,4	6,1
	Total	8,5	5,3	2,5	5,9
Desafiliação Institucional	Branca	5,5	3,8	3,0	4,1
	Preta	4,2	4,4	0,0	4,2
	Parda	5,2	3,9	4,4	4,4
	Total	5,2	3,8	3,2	4,2

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

Tabela 16 - Indicadores de Desigualdades de Oportunidades segundo o contexto socioespacial - Brasília

Indicadores de Desigualdades	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Atraso Escolar	Branca	22,7	9,0	3,8	15,2
	Preta	37,4	23,4	28,5	33,1
	Parda	28,7	15,0	11,1	24,1
	Total	26,9	12,2	5,6	20,5
Evasão Escolar	Branca	3,1	1,3	0,5	2,1
	Preta	7,3	3,9	10,7	6,5
	Parda	4,2	2,3	4,3	3,6
	Total	3,9	1,9	1,3	3,1
Maternidade precoce	Branca	6,1	5,0	1,0	5,0
	Preta	6,7	5,6	0,0	6,1
	Parda	8,0	6,1	5,3	7,2
	Total	7,2	5,5	1,7	6,2
Desafiliação Institucional	Branca	7,0	4,3	2,7	5,3
	Preta	10,1	5,9	2,3	8,4
	Parda	7,9	5,2	4,3	6,9
	Total	7,8	4,8	3,0	6,3

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.

Tabela 17 - Indicadores de Desigualdades de Oportunidades segundo o contexto socioespacial - Manaus

Indicadores de Desigualdades	Cor	Contexto socioespacial			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Atraso Escolar	Branca	38,0	23,2	13,4	28,5
	Preta	53,4	35,9	26,3	45,6
	Parda	42,5	30,9	23,1	36,6
	Total	41,6	28,5	18,7	34,3
Evasão Escolar	Branca	7,2	4,2	1,1	5,2
	Preta	8,9	10,0	0,0	8,9
	Parda	7,4	4,6	3,9	6,0
	Total	7,4	4,6	2,6	5,8
Maternidade precoce	Branca	10,1	7,2	3,0	7,8
	Preta	14,5	5,9	0,0	10,2
	Parda	10,3	8,5	6,0	9,2
	Total	10,4	8,0	4,5	8,8
Desafiliação Institucional	Branca	9,2	6,4	6,7	7,5
	Preta	8,2	9,7	10,8	9,0
	Parda	10,2	7,3	6,4	8,6
	Total	9,9	7,1	6,6	8,3

Fonte: Tabulação própria com base nos dados do Censo 2000 - IBGE.